

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**O BÓIA-FRIA E A (DE)FORMAÇÃO DO ESPAÇO
AGRÁRIO DE FLORESTÓPOLIS-PR**

Marcos Henrique Broietti

Orientador: Prof. Dr. Roland Luiz Pizzolatti

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

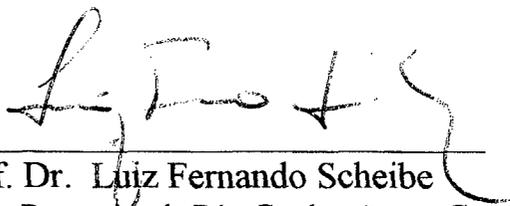
Área de Concentração: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Florianópolis - SC, Setembro de 1999

“O bóia-fria e a (de)formação do espaço agrário de Florestópolis-PR”

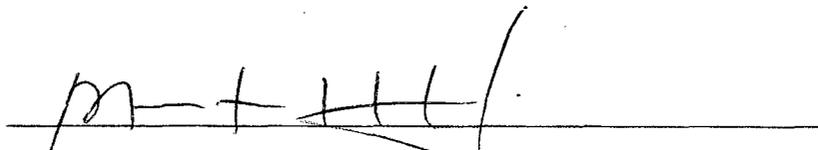
Marcos Henrique Broietti

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.



Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

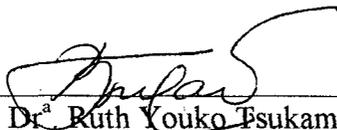
APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 17/09/1999



Dr. Roland Luiz Pizzolatti (Orientador-UFSC)



Dr.ª Walquíria Krüger Corrêa (Membro-UFSC)



Dr.ª Ruth Youko Tsukamoto (Membro-UEL)

Florianópolis - 1999

*À Vilma,
pelo amor, companheirismo e incentivo.*

*Aos meus pais, Irineu e Maria,
que sempre deram o máximo de si para que
seus filhos tivessem condições de estudar.*

*À minha irmã Marta,
pela amizade que nos acompanha desde a infância.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi possível devido ao auxílio de várias pessoas, de antigas amigas e de novas conquistadas no desenvolvimento da pesquisa. As sugestões, as contribuições e o apoio recebido se encontram presentes nestas páginas.

Sem querer hierarquizar nossos débitos, deixamos aqui sinceros agradecimentos manifestando nossa gratidão às pessoas e instituições que contribuíram, de alguma forma, para que este trabalho fosse realizado. Somos profundamente gratos a todos e especialmente;

À Professora Ruth Youko Tsukamoto, nossa gratidão pela amizade e sugestões extremamente pertinentes durante o desenvolvimento do trabalho.

À Professora Alice Yatiyo Asari, pelos ensinamentos e a contribuição na elaboração do roteiro das entrevistas.

À Professora Walquíria Kruger Corrêa, pelas sugestões e incentivos para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos assalariados rurais temporários, os bóias-frias, homens e mulheres que nos receberam com carinho e com suas informações e depoimentos subsidiaram este trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida através do Programa Especial de Treinamento (PET), sem qual não teríamos condições de realizar esta dissertação.

À Marta Aparecida Broietti, por ter realizado a revisão ortográfica deste trabalho.

Ao pessoal de Florestópolis, Célia Bento da Silva, José Paulino da Silva e Laércio Bento, que gentilmente nos acompanharam nas entrevistas e forneceram informações sobre a dinâmica dos trabalhadores bóias-frias residentes em Florestópolis.

Ao Edmilson Feliciano Leite, Valdecir Ribeiro Soares e Reginaldo Rocha, pela digitalização do trabalho.

Ao Denilson Sebastião Henrique e Wilton Ribeiro, pela ajuda no tratamento estatístico dos dados.

Ao Reinaldo Santos Gabriel, pelas fotografias.

Aos funcionários da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina, especialmente à Laudicena de Fátima Ribeiro, pela revisão bibliográfica da dissertação.

Ao Adilar Cigolini e Júlio Wincler, pelo desenho dos mapas.

À Cristina Otsuchi e Marisa Emmer, pelo convívio fraterno que tivemos durante nossa permanência em Florianópolis.

À Margareth Hirata, pela tradução do abstract.

Aos amigos Dirceu Luiz Fumagalli, Edilaine Aparecida de Godoi Ferreira de Almeida, Francisco Carlos Moreno, Isabel Cristina Diniz e Wagner Roberto do Amaral, que de diversas maneiras nos apoiaram na elaboração do trabalho.

À Giselia de Almeida e Jaqueline de Moraes, que gentilmente nos ajudaram na pesquisa de matérias jornalística sobre os bóias-frias.

E principalmente ao Professor Roland Luiz Pizzolatti, nossa eterna gratidão, pela sua orientação segura e paciente. Quando iniciamos a dissertação ficamos felizes por termos uma orientação competente, ao final do trabalho descobrimos que mais do que um orientador ganhamos um amigo.

SUMÁRIO

Lista de figuras	vii
Lista de fotos	ix
Lista de gráficos.....	x
Lista de mapas	xi
Lista de tabelas.....	xii
Resumo	xiii
Abstract.....	xiv
Introdução	1
Capítulo 1 - O trabalho assalariado no campo e a questão do bóia-fria	12
1.1 - Caracterização do bóia-fria.....	21
Capítulo 2 - O bóia-fria no Paraná	29
2.1 – A CPT e o bóia-fria no Paraná.....	31
2.1.1 - A Romaria da Terra em Florestópolis	36
2.1.1.1 - O transporte dos bóias-frias	42
Capítulo 3 - O espaço agrário de Florestópolis	47
3.1 - Caracterização de Florestópolis	48
3.2 - Estrutura fundiária	59
3.3 - Uso da terra	70
3.4 - Industrialização/modernização da agricultura.....	82
Capítulo 4 - Os bóias-frias e as relações de trabalho	99
4.1 - O pagamento do bóia-fria	115

Capítulo 5 - Os bóias-frias de Florestópolis	123
5.1 - A Moradia dos bóias-frias de Florestópolis	135
5.2 - Escolarização	139
5.2.1- O Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário	141
Considerações finais	144
Referências Bibliográficas	154
Anexos	160

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Contrato de trabalho	92
Figura 2 - Comprovante de corte de cana	106
Figura 3 - Demonstrativo de pagamento.....	126

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Transporte dos bóias-frias.....	45
Foto 2 - Florestópolis	49
Foto 3 - Canavial.....	69
Foto 4 - Bóias-frias cortando cana.....	90
Foto 5 - Transporte de cana.....	93
Foto 6 - Modernização da agricultura	97
Foto 7 - Coletor de dados	108
Foto 8 - O bóia-fria cortando cana.....	118
Foto 9 - A bóia-fria cortando cana	119
Foto 10 - Facão	121
Foto 11 - O bóia-fria.....	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Denominação mais adequada.....	22
Gráfico 2 – Área (ha) colhida das principais culturas agrícolas de Florestópolis	78
Gráfico 3 - Estrutura etária dos bóias-frias de Florestópolis	124
Gráfico 4 - Expectativa de futuro	133
Gráfico 5 - Moradia	136
Gráfico 6 - Opinião dos bóias-frias sobre as ações do MST	147

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de Florestópolis.....	3
Mapa 2 - Os "três nortes".....	37
Mapa 3 - Distribuição das áreas com solos favoráveis a canavicultura	73
Mapa 4 - Aptidão climática para a cultura da cana-de-açúcar.....	75
Mapa 5 - Deslocamento dos bóias-frias	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População rural e urbana de Florestópolis	57
Tabela 2 - Distribuição do número dos estabelecimentos rurais por categorias dimensionais no Município de Florestópolis	62
Tabela 3 - Distribuição da área dos estabelecimentos rurais por categorias dimensionais no Município de Florestópolis	63
Tabela 4 - Utilização das terras e área (%) ocupada no Município de Florestópolis	76
Tabela 5 - Efetivo de bovinos no Município de Florestópolis.....	81
Tabela 6 - Número de tratores em Florestópolis.....	86
Tabela 7 - Tempo de atividade como bóia-fria.....	127
Tabela 8 -Cultura que os bóias-frias preferem trabalhar.....	129
Tabela 9 - Eletrodomésticos e veículos que os bóias-frias possuem.....	138
Tabela 10 - Grau de escolaridade.....	140

RESUMO

O presente trabalho discute o assalariado rural temporário, o bóia-fria, no processo de (de)formação do espaço agrário do Município de Florestópolis, que se localiza no norte do Paraná. As análises referentes ao Município em apreço foram realizadas através de reflexões sobre a estrutura fundiária, o uso da terra e a modernização da agricultura.

Além disso, discutimos as relações de trabalho no campo, privilegiando a problemática dos bóias-frias. Enfatiza-se que os bóias-frias são trabalhadores desprovidos dos meios de produção e encontram oferta de serviços em períodos sazonais, sendo obrigados a vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Em Florestópolis, a cultura agrícola que mais absorve mão-de-obra destes trabalhadores é a cana-de-açúcar. A colheita de cana-de-açúcar acontece, normalmente, no período de junho a dezembro.

No decorrer do trabalho, buscamos diagnosticar algumas potencialidades do grupo em discussão, tais como questões relacionadas à reforma agrária e suas aspirações para o futuro. Assim, de maneira geral, procuramos entender a dinâmica desses trabalhadores no processo de transformação do espaço agrário do Município de Florestópolis.

ABSTRACT

This paperwork aims at discussing the working conditions of the temporary hired hand, the "bóia-fria", in the process of formation and deformation of the agrarian space in the borough of Florestópolis, located in the north of Paraná state. This analysis has been done through reflections on the agrarian structure, the use of land and the modernization of agriculture.

Furthermore, the working relations in the rural space is also addressed, favoring the "bóias-frias" question. It is emphasized that the "bóias-frias" are workers devoid of means of production who find job offers in seasonal periods.

In Florestópolis, for instance, the vast majority of these workers are absorbed by the sugarcane crop whose harvest normally happens in the period of June and December. Consequently, they are forced to sell their manual labor to guarantee their survival.

Through this work, then, we seek to identify some of the potentialities of the group of workers in question concerning the issues of land reform and their aspirations towards the future. Moreover, this study intends to understand these workers' dynamics in the process of transformation of the countryside in Florestópolis.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que apresenta algumas características marcantes, no que se refere à questão agrária. Uma delas é a sua estrutura fundiária concentradora, herdada da colonização realizada pelos portugueses no início do século XVI e reforçada pela Lei de Terras de 1850. Além disso, no atual século, sobretudo após a década de 30, o país passou por uma transição, onde o setor industrial foi se consolidando como o centro das atividades econômicas, espaço até então ocupado pelo setor agrário exportador.

A segunda metade do século XX, no que diz respeito à questão agrária, vem sendo marcada pela redefinição das relações capitalistas na agricultura. A industrialização/modernização da agricultura, conjuntamente, com o contínuo processo de concentração fundiária liberou (“expulsou”) um grande contingente de trabalhadores do campo para a cidade.

O estudo, que se inicia neste momento, tem como problemática central os trabalhadores expulsos do campo, obrigados a voltar a trabalhar na agricultura como assalariados rurais temporários, denominados de bóias-frias. Para a realização de tal estudo procuramos resgatar a gênese desse trabalhador, assim como suas expectativas de futuro. Como os bóias-frias estão presentes em quase todo território brasileiro, delimitamos, como área a ser enfocada,

o Município de Florestópolis (mapa 1), que se localiza no norte paranaense.

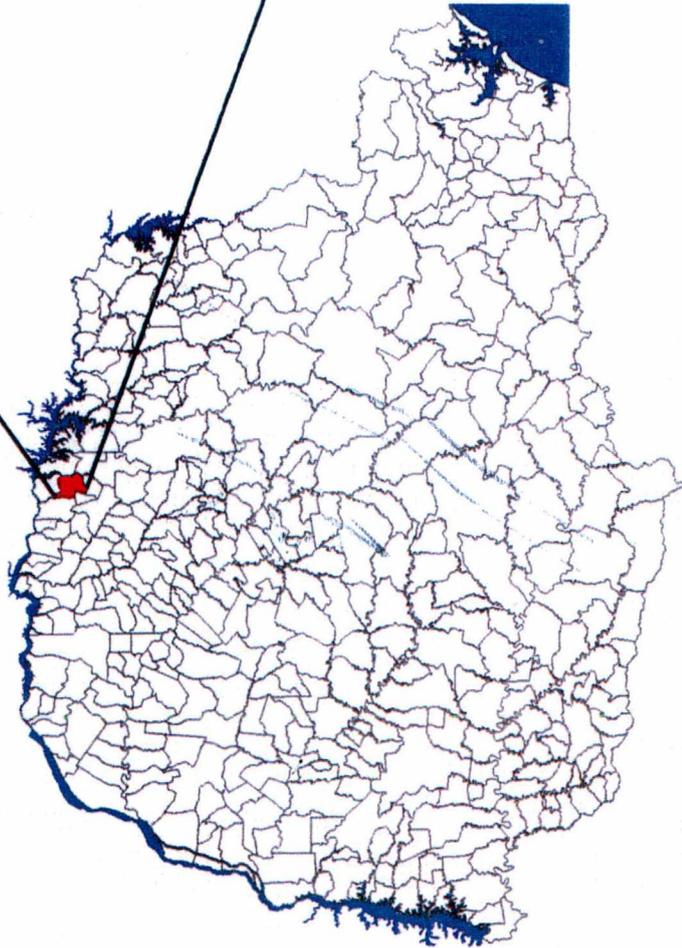
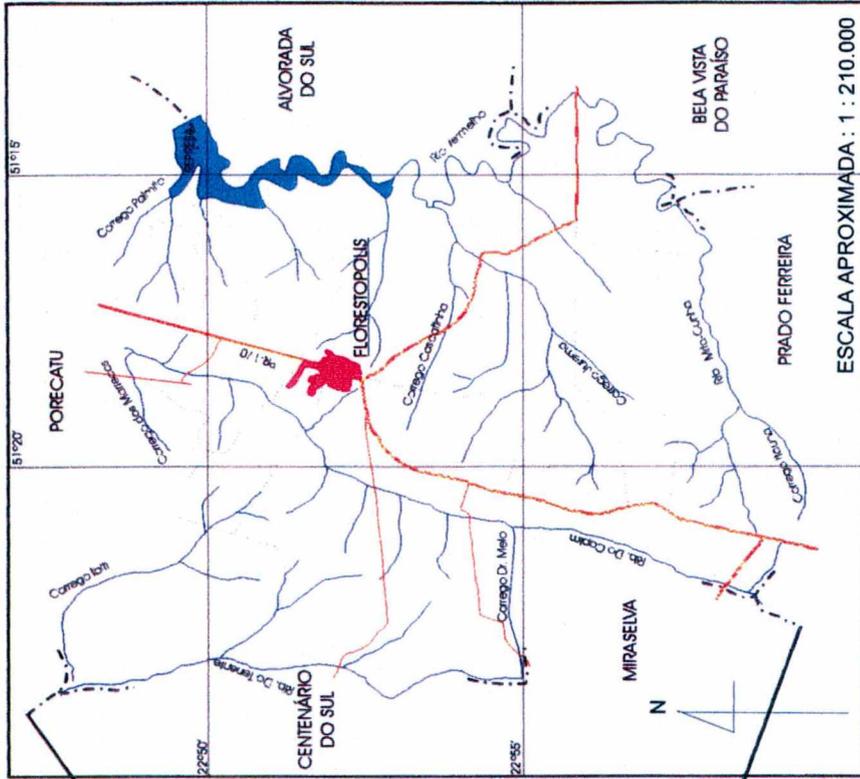
No estudo deste tema, utilizamos como pressuposto que, para o desenvolvimento do capitalismo, a separação do trabalhador do meio de produção é uma condição “imprescindível” para o capital se reproduzir. O bóia-fria, nesse contexto, é um trabalhador desprovido dos meios de produção e apresenta especificidades, tanto na sua forma arregimentação como na sazonalidade da sua força de trabalho.

Dessa forma, a pesquisa versa sobre o bóia-fria no processo de (de)formação do espaço agrário de Florestópolis. Discutiremos as formas de (re)produção do espaço rural deste Município.

Para realização da pesquisa proposta, é conveniente detalharmos o procedimento metodológico utilizado. Ao explicitarmos a metodologia, procuramos evidenciar a maneira como realizamos nosso estudo e como conseguimos as informações básicas, no sentido de aprofundarmos as questões relacionadas ao tema deste trabalho. Na operacionalização desta pesquisa, utilizamos fontes primárias e secundárias.

Percebemos que, para desenvolver a pesquisa sobre os bóias-frias, seria fundamental uma discussão sobre a problemática agrária brasileira, ou seja, extrapolar as investigações sobre os trabalhadores rurais. Como o objetivo central desta dissertação está relacionado ao conhecimento

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FLORESTÓPOLIS



ESCALA APROXIMADA : 1 : 6.500.000

FONTE: Divisão de cartografia - SEMA
ELABORADO POR: Adilar Cigolini e Julio Cezar Whittier

do processo de inserção do trabalhador bóia-fria no processo de transformação do espaço agrário de Florestópolis, privilegiamos alguns aspectos capazes de fornecer subsídios para atingir o objetivo proposto. Para tanto, pesquisamos sobre a estrutura fundiária do Município, o processo de modernização/industrialização da agricultura, ou seja, como as máquinas, gradativamente, vêm se tomando parte do espaço agrário de Florestópolis, além de dados sócio-econômicos (trabalho, educação, migração e condição de moradia) obtidos, geralmente, através de entrevistas. Para introduzirmos a discussão no Município eleito para pesquisa, tecemos comentários gerais sobre o bóia-fria no Paraná, pois estes trabalhadores não se apresentam de forma homogênea no Estado.

Nessa perspectiva, torna-se importante colocar que não tivemos a preocupação de realizarmos “longas” contextualizações para chegarmos até a temática central do estudo, isto é, não faremos uma abordagem sobre o processo de ocupação do Paraná e, posteriormente, do norte paranaense. Mesmo considerando de grande valor tais análises, elas não fazem parte do enfoque central de nosso interesse. Ainda assim, citamos vários trabalhos que tiveram esse objetivo¹.

¹ Citamos abaixo alguns trabalhos sobre o norte do Paraná:

ALEGRE, Marcos; MORO, Dalton Áureo. A mobilidade nas antigas áreas cafeeiras do norte do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 28-73, jan./1989.

CERNEV, Jorge. **Liberalismo e colonização: o caso do norte do Paraná**. Londrina: Ed. UEL, 1997.

LOPES, Ana Yara Dania Paulino. **Pioneiros do capital: a colonização do norte novo do Paraná**. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, USP.

MORO, Dalton Áureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no norte do Paraná**. Rio Claro, 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, UNESP.

_____. **“Norte do Paraná” história e fantasmagoras**. Curitiba, 1987. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, UFPR.

Isso não quer dizer que será feita uma análise isolada de Florestópolis, desconectada de um todo, já que estaremos extravasando os limites empíricos da temática da pesquisa em várias ocasiões. Como tivemos a oportunidade de realizar muitas conversas informais com os bóias-frias, isto também nos permitiu ter a ousadia para investigarmos aspectos de sua subjetividade. Por isso, o estudo não ficará apenas no papel desempenhado pelo bóia-fria no processo produtivo, o que daria um caráter muito funcional à dissertação, mas sim, entre outras coisas, diagnosticar algumas potencialidades do grupo em discussão, tais como questões relacionadas à reforma agrária e suas aspirações para o futuro.

Procuramos realizar, no decorrer da dissertação, apenas citações bibliográficas que contemplem a problemática da pesquisa e, assim, valorizar a realidade encontrada durante a investigação. Não queremos dizer que o trabalho não terá citações ou mesmo alguns desvios do seu objetivo principal. Tentamos evitar que essa fosse uma obra que nos seus primeiros capítulos discutisse tudo, menos a temática da pesquisa e, apenas no último capítulo, trabalhasse realmente sua problemática. A seguir, detalharemos o procedimento utilizado para a realização do nosso trabalho.

Primeiramente, levantamos a bibliografia acerca da temática abordada, isto é, sobre os trabalhadores bóias-frias e o Município de Florestópolis. Isso nos possibilitou a delimitação do referencial teórico, pois concordamos com D'INCAO (1979, p. 18) quando acentua que “... a pesquisa propriamente dita se

inicia a partir do momento em que se delinea o campo teórico com que se há de operar”.

O referencial teórico proporcionou um maior aprofundamento sobre a problemática agrária e, em especial, sobre os trabalhadores bóias-frias. Além disso, nos forneceu apontamentos para entendermos o que é o aparente, o superficial e a essência. Trabalhos de pós-graduação (teses e dissertações), artigos de periódicos, livros, etc., foram utilizados nesta direção. Acreditamos que a relação entre teoria e pesquisa de campo não possam ser fragmentadas em fases estanques, mas sim uma relação dialética, na qual as duas se articulem em busca do conhecimento.

Durante o trabalho, utilizaremos vários dados estatísticos. Eles foram obtidos, principalmente, junto aos Censos Demográficos, Agrícola (1960) e Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996) publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Também realizamos entrevistas com os bóias-frias e com pessoas que estavam diretamente ligadas à dinâmica desses trabalhadores em Florestópolis. No caso das entrevistas com os bóias-frias, consideramos importante colocar os pontos que enfatizamos:

- dados pessoais relativos à sua família (composição, idade, sexo, escolaridade, trabalho e renda);
- dados sobre as suas condições de vida e habitação;

- resgatar a história de vida do entrevistado, especialmente no que se refere ao trabalho como bóia-fria;
- descrição das condições de trabalho fora da época de colheita;
- informações sobre as aspirações para o futuro.

Desse modo, torna-se importante ressaltarmos que as entrevistas foram realizadas por amostragem e, a seguir, tabuladas e representadas através de tabelas e gráficos. Posteriormente, o material foi analisado.

Um dos inconvenientes nesse processo de discussão sobre a problemática dos bóias-frias é o de não podermos levantar, estatisticamente, o número de trabalhadores existentes no Município de Florestópolis. Apenas para esclarecimento, cumpre mencionar que o Censo Agropecuário 1995-1996 traz, entre os dados pesquisados, uma tabela (nº 68) com título "Pessoal ocupado distribuído por categoria, segundo Mesorregiões, Microrregiões e Municípios". Nesta tabela estão contempladas as categorias de empregados permanentes e empregados temporários². No referido Censo constam que eram 699 empregados permanentes e 33 temporários. Como no nosso trabalho estamos discutindo os

² Segundo o Censo Agropecuário de 1995-1996 (IBGE, Censo Agropecuário 1995-1996, p. 25-26). **“Empregados permanentes** – Pessoas contratadas para execução de tarefas permanentes ou de longa duração, mediante remuneração em dinheiro ou em quantia fixa de produtos, inclusive os membros da família dos empregados permanentes que efetivamente os auxiliavam na execução de suas respectivas tarefas;

Empregados temporários – Pessoas contratadas para execução de tarefas eventuais ou de curta duração, mediante remuneração em dinheiro ou sua equivalência em produtos, inclusive os membros da família desses empregados que os auxiliavam na execução de suas respectivas tarefas”.

No Censo também consta que o pessoal ocupado que desempenhava trabalhos por conta de empreiteiros não foram pesquisados.

temporários, constatamos, na pesquisa de campo, que na realidade não são apenas 33 trabalhadores. Podemos dizer que se trata de um número muito mais expressivo que não tivemos a possibilidade de quantificar com precisão. A sazonalidade desses trabalhadores, bem como a informalidade em que muitos realizam seus serviços, somados com a falta de dados confiáveis, não permitiu levantar um número próximo da realidade.

A bibliografia consultada nos mostrou que esta questão, relacionada ao número de bóias-frias, também se constituiu em problemas em alguns outros estudos sobre os bóias-frias. D'INCAO (1979, p. 34), numa obra marco sobre estes trabalhadores, optou em entrevistar 50 bóias-frias, escolhidos ao acaso, segundo ela

“ponderou-se, primeiramente, que a impossibilidade de precisar o montante da população ‘bóia-fria’, com os recursos disponíveis, não permitia delimitar estatisticamente o tamanho da amostra. De outro lado, considerou-se que o teor dos dados buscados dispensava, na maioria das vezes, tratamento quantitativo e, conseqüentemente, uma preocupação maior com o rigor estatístico na seleção da amostra”.

Como a autora citada, também optamos por efetuar 50 entrevistas que foram tabuladas e analisadas no desenvolvimento da dissertação. É de fundamental importância colocarmos que não ficamos totalmente aprisionados aos dados obtidos através das entrevistas. Na realidade, acreditamos que a observação e a interpretação crítica do espaço constituem-se em elementos enriquecedores de um trabalho geográfico e, portanto, não podem ser

desprezadas. As conversas informais com bóias-frias provaram isso, pois eles foram extremamente acessíveis. Além disso, tais trabalhadores demonstraram gostar muito de conversas acerca de suas vivências.

Também registramos a dinâmica da vida dos bóias-frias através de fotografias. Tais registros possibilitam visualizar parte da desgastante rotina desse trabalhador.

Salientamos o fato de não pretendermos esgotar as discussões sobre os bóias-frias, mas contribuir para que outros estudiosos possam elaborar trabalhos relacionados a este tema. Entendemos que os recentes fenômenos acontecidos no espaço agrário brasileiro estejam desfocando os bóias-frias do centro das discussões³. Porém, eles continuam existindo e seus problemas só têm aumentado. Sendo assim, uma discussão sobre os assalariados rurais temporários não é ultrapassada, mas sim oportuna. Isto foi um dos fatores motivadores para a realização desta pesquisa.

Ainda justificando o trabalho, cabe mencionar que seu ponto de partida foi a pesquisa realizada em 1996 como atividade do Programa Especial de Treinamento/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PET/CAPES) no Município de Cambé, norte do Paraná. Nesta pesquisa, constatamos o quanto era volumoso o número de assalariados rurais temporários, não só naquele Município, como em todo norte paranaense.

³ Veremos mais à frente que, nos últimos anos, as discussões referentes às problemáticas agrárias têm se centralizado nos assentamentos e ocupações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Florestópolis foi escolhida, como área de estudo, através da observação direta da realidade onde detectamos a existência de uma massa de trabalhadores, vivendo em precárias condições de vida. Estes trabalhadores prestam seus serviços especialmente na cultura da cana-de-açúcar, visto que se encontra em Porecatú, Município vizinho de Florestópolis, a Usina Central do Paraná (UCP) e, em Florestópolis, a Destilaria da Cooperativa de Cafeicultores de Porecatú (COFERCATU). Tanto a Usina como a Destilaria têm como matéria-prima básica a cana para produção de álcool e açúcar. O interesse em compreender a dinâmica dos cortadores de cana nos levou a realização desta dissertação.

A estrutura desta pesquisa encontra-se organizada em seis capítulos, que versam sobre a temática em estudo. Os cinco primeiros capítulos são referentes ao desenvolvimento do trabalho e, no sexto, tratamos das considerações finais.

No primeiro capítulo, abordamos o trabalho assalariado no campo, enfatizando a questão histórica e o surgimento do bóia-fria. A caracterização deste trabalhador também é realizada neste capítulo. Procuramos, assim, desde o início, delimitarmos os trabalhadores que estamos estudando.

No segundo capítulo, buscamos discutir o bóia-fria no Paraná. As elucubrações deste capítulo mostram a heterogeneidade desses trabalhadores, que vão desde forma do transporte, até maneira de serem remunerados. Ainda no segundo capítulo, discutimos um evento realizado em 1992, no Município de

Florestópolis, promovido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), denominada de Romaria da Terra.

No terceiro capítulo, as reflexões centralizam-se no espaço agrário de Florestópolis. Primeiro descrevemos brevemente o Município para, em seguida, problematizarmos a estrutura fundiária, o uso da terra e a industrialização/modernização da agricultura. Procuramos articular essas múltiplas variáveis cuja discussão permeiam o espaço agrário.

No quarto capítulo, realizamos análises sobre as relações de trabalho. As especificidades da arregimentação dos trabalhadores via empresa agrícola e o salário dos bóias-frias são questões discutidas neste capítulo.

No quinto capítulo, procedemos, deliberadamente, a um afinilamento das particularidades dos trabalhadores bóias-frias. Abordamos temas como moradia, educação e expectativa de futuro. Este capítulo está basicamente respaldado pela pesquisa de campo, a qual, sem dúvida alguma, enriqueceu em muito nosso estudo.

As considerações finais estão no sexto capítulo. Dissemos que é um capítulo, pois não realizaremos apenas a recapitulação dos objetivos e das deduções tiradas dos resultados da pesquisa. Optamos por uma abordagem onde tentamos realizar alguns apontamentos sobre as possibilidades de futuro desses trabalhadores. Por isso, trata-se de um capítulo que se conecta com desenvolvimento dos outros cinco anteriores.

CAPÍTULO 1

O TRABALHO ASSALARIADO NO CAMPO E A QUESTÃO DO BÓIA-FRIA

As relações de trabalho no campo brasileiro apresentam-se de forma de complexa. Tal complexidade, de acordo com GRAZIANO DA SILVA (1990, p. 68-69) “... advém, de um lado, da multiplicidade de formas sob as quais se organiza o trabalho, sob o comando do capital”. Ele considera que, por outro lado, “... essa complexidade decorre do imbricamento que existe entre os diferentes grupos sociais engajados diretamente nas atividades produtivas”. Esse processo torna qualquer análise sobre a agricultura brasileira muito difícil. Apresentando uma grande diversidade, encontramos desde o trabalho familiar até a grande empresa agrícola. Também existem pequenos produtores que, em determinados períodos do ano, trabalham como assalariados temporários, vivendo uma dupla situação. Diante disso, podemos dizer que a expansão do capitalismo no campo gera, ao mesmo tempo, a expansão das contradições.

Como nesta dissertação estamos refletindo sobre o bóia-fria, trabalhador que se enquadra nas relações capitalistas trabalho, faz-se necessário expressar que entre os grandes problemas para a realização de análises de tais

relações de trabalho no campo estão as constantes transformações do espaço agrário. MARTINS (1983, p. 152) nos explica que *“a tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria”*. Ora, com a expansão do capitalismo no campo, segundo o referido autor, duas coisas, pelo menos, acontecem de forma combinada

“... de um lado, uma massa crescente de camponeses, isto é, de lavradores autônomos cuja existência está baseada estritamente no seu trabalho e no de sua família, estaria sendo expulsa da terra, expropriada; de outro lado, em conseqüência, essa massa de lavradores estaria se transformando em massa de proletários rurais, de trabalhadores sem terra. O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso: - os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar” (MARTINS, 1983, p. 152).

Nesta relação de liberdade, exposta acima, é que se baseia a relação capitalista, ou seja, os trabalhadores são livres para vender a única coisa que lhes resta, sua força de trabalho. Ela será vendida para quem precise comprá-la, isto é, alguém que detenha os meios de produção, mas precisa do trabalho.

Quando falamos em relação de liberdade, trabalhadores livres, estamos buscando explicar que esta é uma relação onde um compra e outro vende a força de trabalho. *“A relação de compra e venda só pode existir entre pessoas formalmente iguais. Só pessoas juridicamente iguais podem fazer*

contratos entre si. E porque são iguais, cada uma delas tem a liberdade de desfazer o contrato quando quiser" (MARTINS, 1983, p. 153).

Existem, portanto, no capitalismo duas classes distintas; o dono do meio de produção (o patrão) e o vendedor da força de trabalho (o trabalhador). "O patrão converte uma parte do seu capital em salário para pagar a força de trabalho do trabalhador" (MARTINS, 1983, p. 153). Através da força de trabalho o dono do meio de produção obtém a mais-valia, isto é, o valor apropriado pelo patrão, pois apenas parte do valor da mercadoria produzida pela força de trabalho é repassada ao trabalhador em forma de salário. Essa relação cria uma ilusão de igualdade, pois o trabalhador se vê igual e livre, não tendo um dono, não sendo um "escravo". Porém, a relação entre o dono do meio de produção e o vendedor da força de trabalho "... produz resultados econômicos profundamente desiguais entre si, que são o salário e o lucro (...) personificados por pessoas de fato desiguais, que são o trabalhador e o capitalista" (MARTINS, 1983, p. 55). Nesse contexto, o bóia-fria é um trabalhador cuja força de trabalho é alienada ao capitalista.

Enfatiza-se que o desenvolvimento do capitalismo no campo "... tem ampliado as relações de produção e de trabalho assentadas no assalariamento. Com isto, o número de trabalhadores assalariados, bóias-frias, sobretudo, tem crescido em praticamente todo país" (OLIVEIRA, 1986, p. 77). O bóia-fria é um trabalhador assalariado no campo e existem controvérsias referentes ao surgimento deste na agricultura brasileira. De acordo com VEIGA (1986, p. 19-20) com a publicação da carta magna de 1946 onde constava, pela primeira vez, que a lei poderia "... promover a justa distribuição da propriedade

com igual oportunidade para todos". VEIGA (1986, p. 20) acentua ainda que naquele momento já existia um grande contingente de mão-de-obra não absorvida no país, existindo um "... *considerável número de lavradores sem terra que não conseguiam encontrar sequer a oportunidade de vender sua força de trabalho de forma permanente. Datam desse período os primeiros contingentes dos hoje chamados 'bóias-frias'.*"

Entretanto, outros autores, como GANCHO et al. (1991), explicam o surgimento do bóia-fria de outra forma. Para eles, o Estatuto do Trabalhador Rural, que regulamentou os direitos dos trabalhadores rurais na década de 60 teria assegurado conquistas, tais como

"... salário mínimo, férias, aposentadoria. Tal medida criou indiretamente o trabalhador volante, o 'bóia-fria', sazonal, sem-terra, sem vínculo empregatício e que geralmente mora nas periferias das cidades próximas à zona rural. Percebe-se que a exigência do cumprimento dos direitos trabalhistas originou uma grande massa de trabalhadores rurais sem direito algum" (GANCHO et al., 1991, p. 7).

As informações existentes não nos permitem afirmar se somente após a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, passou a existir figura do bóia-fria no espaço agrário brasileiro. No entanto, podemos colocar que o trabalho denominado livre no campo data de muitos anos e de acordo com SZMRECSÁNYI (1991), desde o final do século passado homens livres já vendiam sua força de trabalho na agricultura.

O bóia-fria é um trabalhador com oferta de emprego em períodos sazonais. Torna-se importante salientar que a sazonalidade desta mão-de-obra é acentuada, de acordo com GRAZIANO DA SILVA (1982b, p. 138-139), com a mercantilização da agricultura, que tem início com processo de dissolução do artesanato rural.

Nesse sentido, KAUTSKY (1986, p. 21) escreveu a situação vigente no final do século XIX.

“Enquanto existia a indústria doméstica camponesa, a variação da demanda de mão-de-obra na agricultura fazia pouca diferença. Não havendo o que fazer no campo, a família do camponês mais trabalhava em casa ou na sede. Isso deixa de acontecer quando não mais existe a indústria doméstica camponesa”.

Ainda sobre o desaparecimento da indústria camponesa⁴, KAUTSKY colocou que

“ela pode ser igualmente paralisada por mudanças que venham a ocorrer na produção agrícola como, por exemplo, a passagem do pastoreio para a criação intensiva de gado, economia que exige mais trabalho; no entanto, existem outras mudanças que, pelo contrário, também podem ampliar a referida indústria doméstica. Assim, um dos trabalhos agrícolas mais importantes que ocupava o inverno era a debulha de cereais. A introdução da debulhadora acaba com esse trabalho e se torna uma razão bem forte para a redução adicional da família camponesa.

Os que restam sob o mesmo teto vão ter, naturalmente, mais trabalho no verão; mas apesar de todos os seus esforços não conseguem arcar com a

⁴ O presente trabalho não tem por objetivo discutir o conceito de camponês, devido a isso, não aprofundaremos nossas análises sobre, o que muitas vezes, é chamada de “agricultura camponesa”.

parte dos que partiram. Impõe-se a contratação de braços auxiliares, de assalariados que são apenas empregados durante a fase de trabalho mais intensa e depois são despedidos quando já não mais se necessita deles. E por mais alta que seja a remuneração destes, sai sempre mais barato que os agregados alimentados durante o ano inteiro em casa. Esses trabalhadores que se oferecem em troca de um salário são constituídos por camponeses proletarizados, camponeses que procuram um rendimento extra, e por excedentes familiares, filhos e filhas de camponeses.

Esse desenvolvimento que cria a demanda de assalariados, cria também o respectivo gênero de trabalhadores. (...) A área de plantio do pequeno agricultor é excessivamente restrita e não permite produção que exceda a demanda de sua própria família; ele não tem produtos agrícolas que possa levar ao mercado. A única mercadoria que lhe resta então para vender é a própria energia de trabalho, que excede a requerida temporariamente pelo próprio estabelecimento. Um dos modos de aproveitá-la é a sua transformação em trabalho assalariado, a serviço de estabelecimentos agrícolas maiores" (KAUTSKY, 1986, p. 21).

Podemos dizer que o processo de assalariamento, gradativamente, vem contribuindo para destruir antigas formas de cooperação no trabalho agrícola. Citamos, por exemplo, o caso do mutirão, uma das formas cujos os pequenos proprietários ajudavam-se mutuamente, principalmente nas épocas de colheita e plantio. Além disso, com o assalariamento grande parte dos trabalhadores passam a depender exclusivamente da venda de sua força de trabalho para continuar sobrevivendo.

Historicamente, as grandes propriedades têm-se utilizado do trabalho livre nos momentos em que é necessário o aumento do contingente de

mão-de-obra nas tarefas do campo. Nessa direção, SZMRECSÁNYI (1991, p. 42), considerou que desde a época colonial,

“nas lavouras cafeeiras do Sudeste, os trabalhadores livres nacionais eram denominados agregados e camaradas. Os primeiros eram empregados fixos e permanentes das fazendas, enquanto que os segundos eram empregados temporários, sem posto fixo de trabalho, semelhantes aos bóias-frias da atualidade”.

No final do século passado e nas primeiras décadas deste século, o expediente mais utilizado, pelos grandes proprietários de terras, era o de ceder terras para o pequeno arrendatário ou parceiro. Porém, nas últimas décadas temos observado que os grandes proprietários têm preferência em pagar-lhes um salário, deixando-os comprar os produtos necessários para sua sobrevivência no mercado. E, assim, os trabalhadores reproduzem-se como vendedores da força de trabalho alienando-a ao empresário agrícola, pois segundo MARTINS (1983, p. 154) *“a função do salário é a de recriar o trabalhador, fazer que o homem que trabalha reapareça como trabalhador do capital”.*

O assalariamento no campo constituiu-se, principalmente, pela separação direta entre o pequeno produtor, arrendatário e parceiro da terra, ou seja, do meio de produção, obrigando-o a vender o único dispositivo que ainda possui, isto é, sua força de trabalho. Anteriormente, quando algum membro da família buscava trabalho assalariado, normalmente por se constituírem em braços excedentes, o objetivo era o de complementar a renda familiar. Entretanto,

verificamos que agora eles são obrigados assalariar-se, principalmente como bóias-frias, sendo esta a única forma de garantir a reprodução da família.

O surgimento do bóia-fria está ligado, sobretudo, às recentes transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro nas últimas décadas, especialmente nesta segunda metade século. D'INCAO (1984, p. 26) afirma que de um lado isso é

“... resultado da expropriação da terra de pequenos produtores agrícolas, decorrente do desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura, que provoca o processo conhecido como êxodo rural, de outro, é reabsorvido como assalariado temporário, pelo próprio sistema produtivo agrário, como solução mais vantajosa do que a máquina durante os períodos de pico de demanda de força de trabalho”.

Com o objetivo de conhecer os trabalhos já realizados sobre a problemática do bóia-fria, realizamos uma pesquisa bibliográfica. Para nossa surpresa, encontramos poucos estudos sobre este tema. Além disso, observamos que estes estudos se concentram, principalmente, nas décadas de 70 e 80. Com certeza nos anos 70 havia um maior interesse entre os pesquisadores por estes trabalhadores. Eles se constituíam em “novidade”⁵ no campo, embora, como citamos anteriormente, o trabalho denominado de livre vem existindo desde o século passado no espaço agrário brasileiro.

⁵ “Novidade” porque nos anos 70 temos, no caso do norte paranaense, a intensificação da substituição das lavouras de café por culturas como a da cana-de-açúcar que exige um grande contingente bóias-frias no corte da mesma.

Na década de 90, conforme observamos no levantamento bibliográfico, os trabalhos sobre a questão agrária concentram-se, especialmente, em acampamentos e assentamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Provavelmente, isso vem acontecendo devido ao significativo número de ocupações ocorridas nesta década, tentando fixar o homem no campo. O espaço ocupado pelo MST no cenário político nacional, sem dúvida, tem proporcionado forte apelo aos estudiosos.

Ainda sim, encontramos alguns trabalhos relacionados aos bóias-frias e, dentre eles: D'INCAO (1979) estuda o trabalho do bóia-fria na Alta Sorocabana/SP; GRAZIANO DA SILVA (1981) aborda a questão do progresso técnico e as relações de trabalho na agricultura; SILVEIRA (1982) discute a situação do trabalhador rural residente urbano de Bebedouro-SP; BRITO et al. (1984) utilizam mapas, tabelas e gráficos para ilustrar o trabalho volante na agricultura brasileira; OLIVEIRA (1984) faz um estudo documental sobre os levantes dos trabalhadores da cana e da laranja; IANNI (1984) num estudo sobre "As origens agrárias do Estado brasileiro", dedica alguns capítulos desta obra para discutir os bóias-frias no corte de cana; OLIVEIRA (1989) estuda o cortador de cana em Porecatú-PR e COLOSSO (1990) investiga os bóias-frias da agroindústria canavieira de Assis-SP. Dentre os mais recentes, merecem ênfase o trabalho de livre docência SILVA (1996) e GRAZIANO DA SILVA (1997) na obra intitulada "De bóias-frias a empregados rurais".

Além dos estudos citados, consideramos importantes duas coletâneas publicadas. A primeira é “A mão-de-obra volante na agricultura” (1982), na qual textos das várias “Reuniões Nacionais sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura” discutem a problemática dos volantes. A segunda publicação é uma edição especial da “Revista Reforma Agrária” (1986), também dedicada aos volantes.

1.1 – CARACTERIZAÇÃO DO BÓIA-FRIA

Após esta breve menção sobre as bibliografias, buscaremos caracterizar o bóia-fria. Verificamos que nos diversos estudos, as conceituações têm algumas divergências, principalmente a respeito das especificidades deste trabalhador.

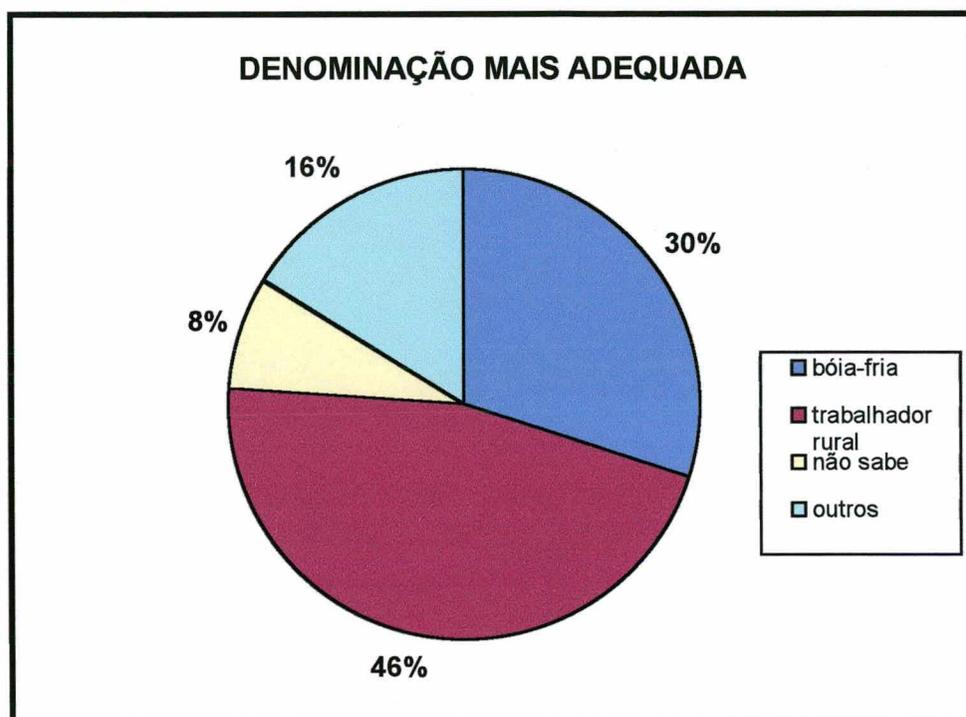
A primeira dúvida está relacionada ao termo utilizado para caracterizar este trabalhador rural temporário. Os termos mais freqüentes são: volantes, bóias-frias, birolos, paus-de-arara, clandestinos, queima-latas, entre outros⁶.

Na maioria dos trabalhos científicos, estes trabalhadores recebem as denominações de volantes ou bóias-frias. Durante as entrevistas, perguntamos para os trabalhadores qual era denominação que eles consideravam mais

⁶ Essas são algumas das denominações que encontramos referentes aos trabalhadores rurais não-residentes nos estabelecimentos agropecuários. Entretanto, devem existir outras. Não tivemos a preocupação de mostrar todas, mas sim, de evidenciar a sua existência.

adequada (gráfico 1).

GRÁFICO 1



Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (1998)

A resposta mais encontrada foi a de trabalhador rural, com 46%, em seguida bóia-fria, com 30%. Embora, a denominação trabalhador rural tenha sido a resposta mais lembrada, doravante utilizaremos o termo bóia-fria para mencionar este trabalhador. Isto acontece porque nas conversas informais o termo predominante é o de bóia-fria, ou “boião”, como eles costumemente se referem ao trabalho. Para exemplificar isso, utilizaremos a fala de um dos entrevistados

que nos disse o seguinte: **“no canavial é bóia-fria, é boião”**. Percebemos que a resposta predominante, isto é, trabalhador rural, só foi a mais lembrada porque no momento tratava-se de uma conversa mais “formal”. Porém, nas conversas “informais”, no cotidiano dos moradores de Florestópolis, a denominação utilizada é a de bóia-fria.

O trabalhador volante, bóia-fria, mora na cidade, mais propriamente na periferia destas. Ele presta serviços na agricultura, no caso de não encontrar um emprego “melhor” na zona urbana. Concordamos com BASTOS & GONZALES (1982, p. 45), quando acentuam que

“o trabalho volante é uma modalidade de trabalho assalariado por tarefa, ou seja, uma forma concreta de relação social de produção capitalista. A natureza desta relação pressupõe, por um lado (não só como condição necessária mas com resultado) um mínimo e sempre crescente volume de capital nas mãos dos empresários agrícolas e, por outro, um contingente de trabalhadores despojados dos meios de produção”.

Em outras palavras, esta relação social de produção pressupõe a existência do dono dos meios de produção e o do trabalhador desprovido destes. O trabalhador dispõe apenas de sua força de trabalho para vender.

Normalmente, os bóias-frias viajam diariamente das periferias das cidades até o campo. Há também casos onde ele não é transportado diariamente até o local de trabalho. D'INCAO (1979, p. 109) coloca que dependendo da conveniência para o empregador, os bóias-frias muitas vezes são alojados no

local de trabalho. Ele leva seus mantimentos e prepara suas refeições no próprio local. D'INCAO (1979, p. 109) acrescenta que

“isso ocorre principalmente quando o número de trabalhadores necessário é pequeno e não compensa o custo do transporte diário. Uma outra variável importante é a distância dos locais de trabalho, em relação às cidades onde o pessoal é recrutado. A maior ou menor proximidade, no caso, determina o maior ou menor preço do transporte. Quando essa distância é muito pequena, o volante chega a percorrê-la a pé, eliminando assim o problema do transporte. Quando é muito grande, a solução para o empregador é o alojamento do pessoal em suas propriedades. Neste caso, aparece como variável determinante o fato do empregador possuir ou não instalações adequadas. Mas a relevância desta variável é relativa, uma vez que, quando o tempo de trabalho é grande, os próprios volantes são encarregados de construir os seus ranchos. É o caso, por exemplo, da derrubada das matas. Enquanto os ranchos não estão prontos, os trabalhadores dormem ao relento ou sob a copa das árvores”.

A expressão bóia-fria é utilizada porque este trabalhador, geralmente, é contratado para desempenhar suas tarefas em pequenos intervalos de tempo, na maioria dos casos não se fixando no local de trabalho, viajando diariamente para o mesmo. Leva sua marmita ou caldeirão com alimento que lhe servirá de almoço e, normalmente, não tem como aquecê-la. Porém, concordamos GOMES DA SILVA & RODRIGUES (1982, p. 56-57) quando afirmam que a expressão bóia-fria é

“... totalmente imprópria e nada definidora. Acreditamos que tenha se originado de uma designação pejorativa cunhada fora do meio rural e que, em si mesma, denota desconhecimento da

realidade agrícola. Na verdade, a maior parte dos trabalhadores da roça se alimenta com bóia-fria, e não apenas os que, morando na periferia das cidades, exercem o seu trabalho no campo”.

Consideramos que o termo bóia-fria deve ser melhor detalhado, ou seja, caracterizado adequadamente para não existir dúvidas sobre qual categoria de trabalhadores estamos estudando. Dentre as caracterizações encontradas, nos chamaram a atenção a de BOMBO & BRUNELLI, *apud* GOMES DA SILVA & RODRIGUES (1982, p. 57), que caracterizam o bóia-fria como *“pessoa que tem um emprego periódico, relações informais de trabalho, morando fora da propriedade agrícola, geralmente na zona periférica das cidades”*. Neste caso, BOMBO & BRUNELLI procuram enfatizar o trabalho informal e a pouca segurança da manutenção do emprego deste trabalhador.

VASSIMON, *apud* GOMES DA SILVA & RODRIGUES (1982, p. 58), caracteriza o bóia-fria como *“uma categoria de trabalhadores rurais residentes na zona urbana, que exercem atividades agrícolas como diaristas em diversas propriedades, dependendo do mercado de trabalho”*. Nesta definição, VASSIMON acrescenta o termo trabalhador rural, dando uma maior precisão à caracterização. Estas definições tentam englobar as várias conceituações existentes sobre o bóia-fria. Os autores levaram em consideração a variação das situações nos diferentes pontos do território nacional, a periodicidade do trabalho executado, o caráter formal ou não nas relações de trabalho e a forma de contratação. GOMES DA SILVA & RODRIGUES (1982, p. 61), levando em conta os vários autores mencionados, definem o bóia-fria como

“trabalhador rural, residente fora da propriedade agrícola, geralmente na periferia das vilas ou cidades, registrado ou não, recebendo por empreitada, tarefa ou por dia, aliciado ou não por turmeiro e que geralmente se locomove todos os dias para o local de trabalho, quase sempre em caminhões”.

Esta definição procura abranger, de forma objetiva, os aspectos caracterizadores do bóia-fria, e é com ela que particularmente mais nos identificamos e estaremos trabalhando neste estudo.

Podemos, ainda, acrescentar outra característica deste trabalhador. Trata-se de uma mão-de-obra parcialmente liberada pela agricultura, sendo reabsorvida periodicamente. Acontece que em determinadas épocas do ano, principalmente na colheita, os bóias-frias encontram oferta de emprego. Para D'INCAO (1984, p. 8-9) a questão dos bóias-frias se articula tanto com a questão camponesa como com a questão proletária. Segundo a autora

“essa duplicidade de referências liga-se ao fato de os bóias-frias constituírem a manifestação concreta da forma tendencialmente predominante, através da qual se realiza o processo de proletarização do homem do campo. Isto é, do processo através do qual o trabalhador rural deixa de ser o pequeno produtor – sitiante, parceiro, rendeiro, etc. – e se transforma em trabalhador assalariado, destituído da posse de qualquer meio de produção, mero vendedor de força de trabalho”.

Há bóias-frias trabalhando permanentemente no campo e outros que recorrem a empregos urbanos, principalmente aqueles sem a exigência de

qualificação mais aprimorada. Segundo GRAZIANO DA SILVA (1981, p, 134-135), existem tipos bastante distintos de bóias-frias, tais como: os permanentes, os eventuais ou esporádicos e os temporários. Para este autor, os *bóias-frias permanentes* prestam serviços praticamente o ano inteiro; os *bóias-frias eventuais ou esporádicos* prestam serviços a diversos proprietários agrícolas, em períodos descontínuos. Normalmente, eles trabalham cerca de dois meses por ano como bóia-fria. Na maioria das vezes são menores, velhos e donas de casa. O terceiro, os *bóias-frias temporários* se constituem num tipo intermediário, quanto ao período de trabalho no campo. Estes trabalham geralmente nas safras e uma das principais características é a alternância sazonal entre empregos rurais e urbanos.

Além dessas especificidades, consideramos conveniente colocar que, nos últimos anos, o termo mais comum para denominar este trabalhador é o de Assalariado Rural Temporário (ART). As entidades que surgiram, principalmente no Paraná, para atuar junto aos bóias-frias já empregam esta denominação, como é o caso do Fórum das Entidades que Atuam Junto aos Assalariado Rurais Temporários (FEAJART) e do Grupo de Articulação do Assalariado Rural Temporário (GAART).

As entidades FEAJART e GAART nasceram através de discussões realizadas, na maioria das vezes, entre a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário

(APEART⁷). Essas organizações, ao implementar seu trabalho, conseguiram algumas melhorias quanto a situação do bóia-fria. Porém, isto não aconteceu homogeneamente, havendo diferenças no Paraná, desde a forma de arregimentação do bóia-fria até a maneira como ele é transportado da cidade até o campo.

⁷ A APEART foi criada em 1994 e gerencia vários projetos, dentre eles: o PEART (Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário), o PERI (Projeto Educação Reviver Indígena), o PEJU (Projeto Educação do Jovem à Universidade), o PEPO (Projeto Educação dos Posseiros do Paraná) e o PEABA (Projeto Educação dos Atingidos por Barragens).

CAPÍTULO 2

O BÓIA-FRIA NO PARANÁ

Em alguns estados brasileiros, como São Paulo, os bóias-frias têm uma história de luta que marca essa categoria. Sem dúvida, as greves ao “pipocarem” no interior desse Estado, em meados da década de 80, levaram ao Brasil informações sobre a questão do bóia-fria. As greves ocorridas em Guariba-SP (1984/1985) e a de Leme-SP (1986) foram as que mais repercutiram na esfera nacional. Esses movimentos provocaram um processo de mobilização entre os bóias-frias, com engajamento nos sindicatos, bem como um maior poder de negociação frente ao empresariado rural.

No Paraná, ao contrário de São Paulo, esse movimento de mobilização dos trabalhadores bóias-frias⁸ em busca de melhores condições de trabalho foi pouco expressivo nas últimas décadas. Foram greves isoladas e, na maioria das vezes, desarticuladas. Os sindicatos dos trabalhadores rurais, em nível estadual, não se consolidaram como representação efetiva dos bóias-frias.

⁸ Em 1995, o governo do Paraná lançou o Programa de Vilas Rurais, destinado principalmente aos bóias-frias. As Vilas Rurais são lotes de aproximadamente 5000 m² com infra-estrutura básica: água encanada, luz elétrica, posto de saúde e escola primária. A média de famílias assentadas por Vila Rural é de 60. Os lotes são pagos em financiamentos de 25 anos. Não nos aprofundaremos em análises sobre Vilas Rurais, pois esse é um programa recente, com especificidades merecendo, assim, um trabalho a parte que contemple toda sua problemática.

Muitas vezes, quem realiza o papel de sindicato dos trabalhadores rurais é a CPT. Isabel Cristina Diniz, membro da coordenação da CPT no Paraná, nos relatou que **“o papel da Comissão Pastoral da Terra é de assessoria, de acompanhamento, de mediação, de denúncia das situações, mas ela não tem o papel de representação dos trabalhadores. Infelizmente, como aconteceu recentemente no ano de 98 na região de Umuarama, Alto Piquiri e Engenheiro Beltrão a Comissão Pastoral da Terra na ausência do movimento sindical acaba tendo esse papel. Por isso, hoje nós investimos no grupo de articuladores para que os trabalhadores cada vez mais vão se apossando, por assim dizer, do papel que eles têm, que é de tomar as rédeas e a bandeira da sua organização”**.

Através do exposto acima, percebemos que a CPT tem investido na formação de articuladores junto aos bóias-frias. Trata-se do Grupo de Articulação dos Assalariados Rurais Temporários, o GAART. O grupo se constituiu e ganhou forças na segunda metade da década de 90. O GAART é formado por lideranças surgidas entre os bóias-frias. Por conseguinte, seus membros são pessoas conhecedoras da realidade do trabalho dos bóias-frias por sua própria prática.

Além do GAART, na década 90 surgiu o Fórum de Entidades que Atuam Junto ao Assalariado Rural Temporário, o FEAJART. O Fórum é formado por entidades que têm algum trabalho relacionado aos bóias-frias. Dentre as

entidades destacamos as seguintes: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (APEART), o Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT/PR), a Rede Nacional Autônoma de Advogados Populares (RENAAP), o Centro de Referência de Estudos do Assalariado Rural (CREAR), o Serviço Pastoral do Migrante (SPM), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e os membros do Grupo de Articulação do Assalariado Rural Temporário (GAART).

Tanto o GAART como o FEAJART expressam avanços organizacionais junto aos bóias-frias. Contudo, quem realmente proporcionou e motivou a formação dessas organizações foi a CPT.

2.1 – A CPT E O BÓIA-FRIA NO PARANÁ

A CPT, na maioria dos estados brasileiros, caracteriza-se por ser o segmento da Igreja Católica que atua junto aos assuntos relacionados à questão agrária. De acordo com MARTINS (1994, p. 140-141) a CPT

“... tornou ativa a presença da Igreja nas regiões de conflitos sociais que vitimam os camponeses. Ela se propôs a constituir-se num canal suplente de expressão e apoio para que os trabalhadores se organizem, especialmente nos sindicatos, e exijam respeito por direitos reconhecidos em lei e, até mesmo, avancem na direção do reconhecimento legal de seus costumes relativos à concepção do direito de propriedade. A ação pastoral da CPT somou-se à do sindicato no sentido de transformar a violência que os proprietários de terra levam aos camponeses, numa disputa legal. Mesmo que o aparelho judicial seja ainda muito dependente da

influência das oligarquias, a que se soma hoje o poder dos grandes grupos econômicos, a transformação dos conflitos em casos judiciais criou uma espécie de duplo tribunal: o tribunal institucional, diante do qual os casos são apresentados, e o tribunal da opinião pública, que, sobretudo através dos meios de comunicação, acabou se transformando em grupo de pressão sobre as autoridades. Essa providência pôs em questão a tradicional violência privada do latifúndio, em que o proprietário ainda é rei e juiz, cuja vitalidade se revelou no seu recrudescimento no regime civil que sucedeu a ditadura militar, em 1984. Embora insuficiente, um surpreendente avanço nas desapropriações de terras para reforma agrária, nos últimos anos da ditadura, foi resultado indireto dessa pressão e da politização dos conflitos por meio do envolvimento da Igreja na defesa dos trabalhadores”.

No caso do Paraná, além da luta pela terra, a CPT tem se mostrado muito sensibilizada com situação dos bóias-frias. De acordo com Isabel Cristina Diniz a CPT atua junto com todos os trabalhadores que tem alguma ligação com a terra, ela nos relatou que **“... independente do nível: seja com os trabalhadores dos acampamentos e assentamentos ligados ao Movimento Sem Terra ou não, com os posseiros, com a agricultura familiar, com os atingidos por barragens e com os assalariados rurais temporários. Haja vista que é um público que do seu trabalho na terra tira o seu ganha pão. É um público também que interessa por estar dentro de uma das linhas de ação da Comissão Pastoral da Terra, que é o eixo da formação, capacitação e seguridade aos direitos”.**

Um dos principais problemas dos bóias-frias refere-se aos seus direitos. Podemos afirmar, com segurança, que a falta de mobilização desses trabalhadores gera uma situação extremamente heterogênea no Paraná. Assim, alguns direitos adquiridos por trabalhadores de certos municípios não foram alcançados por bóias-frias de outros municípios. O registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é um deles. Segundo o relato de Maria Pinheiro Pereira (conhecida como Dona Lina), uma das coordenadoras do GAART e da CPT na Arquidiocese de Londrina, o número aproximado de bóias-frias que não tem registro em CTPS no Paraná corresponde a 60%. ***“Como essa categoria não tem registro em carteira, eles não têm nada que possam apresentar para comprovar que são trabalhadores”.***

Quando falamos em percentuais, como o número de bóias-frias registrados, é importante termos em mente o número total desses trabalhadores no Paraná. Buscamos de várias formas quantificar o número de bóias-frias e como já mencionamos, isso foi praticamente impossível. Entretanto, obtivemos alguns dados que servem como parâmetros mínimos para as análises. O jornal Folha de Londrina do dia 19 de dezembro de 1993, citando como fonte a Secretaria de Agricultura do Paraná, publicou a existência de 400 mil bóias-frias no Paraná. Na entrevista realizada com o Padre Dirceu Luiz Fumagalli, assessor da CPT no Paraná, ele nos disse que o número de bóias-frias aproxima-se disso. Quando entrevistamos Maria Pinheiro Pereira, uma das coordenadoras do GAART, ela também mencionou que o número é próximo a 400 mil e eles estão concentrados no norte e noroeste do Paraná.

Embora a matéria do jornal Folha de Londrina seja de 1993, as entrevistas realizadas para esta pesquisa foram posteriores, a com Padre Dirceu Luiz Fumagalli foi em 1996 e com a Maria Pinheiro Pereira aconteceu em 1999. Se este número for aproximado do real, em torno de 400 mil bóias-frias, isso significa que 240 mil trabalham sem registro em carteira⁹, pois como Maria Pinheiro mencionou, cerca 60% não têm registro em CTPS.

Além do registro em carteira, existem outros aspectos que diferenciam os bóias-frias, o principal refere-se à cultura que o bóia-fria trabalha. Os bóias-frias da cana, geralmente, são contratados por usinas, destilarias ou cooperativas e, na maioria das vezes, são registrados no período da safra e são transportados em ônibus. Já os bóias-frias do café, normalmente, são arregimentados diretamente pelo "gato", não tendo registro em carteira, sendo transportados em caminhões. Os bóias-frias que não têm cultura definida para trabalhar, ou seja, ora trabalham colhendo algodão, ora colhendo mandioca, entre outras culturas, também são contratados pelos "gatos", sendo transportados em caminhões. Segundo Maria Pinheiro Pereira, da CPT e do GAART, 60% dos bóias-frias trabalham com culturas definidas e 40% não têm uma cultura específica para o trabalho.

A forma de pagamento também é diferenciada. Um trabalhador arregimentado pelo "gato", recebe dele seu pagamento, enquanto os contratados por usinas, destilarias ou cooperativas recebem destas. No primeiro caso não há o

⁹ Na pesquisa que realizamos em Cambé (1996) constatamos que todos os bóias-frias eram arregimentados pelos "gatos" e nenhum bóia-fria daquele Município tinha registro em CTPS.

demonstrativo de pagamento, o holerite (o bóia-fria recebe seu pagamento sem ter um comprovante de quanto recebeu, ou mesmo porque recebeu). Já no segundo caso o bóia-fria recebe o holerite onde são especificados seus proventos, bem como seus descontos.

Os bóias-frias se concentram no norte paranaense, onde a cultura da cana-de-açúcar é amplamente cultivada, apresentando características específicas. Eles, atualmente, quase não migram no período de entressafra para outros municípios, pois nesses meses fazem “bicos” e quando conseguem mais de seis meses de registro em CTPS são beneficiados com seguro desemprego. Além disso, tem assegurados os direitos trabalhistas como: 13º salário, férias proporcionais e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Por outro lado, os bóias-frias arregimentados pelos intermediários, normalmente os bóias-frias do café, juntamente com aqueles sem culturas definidas para seu trabalho, não recebem o seguro desemprego, férias proporcionais, 13º salário e FGTS, pois não possuem registro em CTPS. Isto os obriga a migrarem na entressafra para outros municípios ou mesmo estados. Os bóias-frias do café migram, principalmente, para Garça-SP e Patrocínio-MG e aqueles que não têm culturas definidas estão em constante processo de migração, sendo levados pelo “gato”.

A fixação dos trabalhadores numa localidade, como os bóias-frias da cana, permite que eles se organizem, discutam e busquem melhores condições trabalho. De acordo com o relato Isabel Cristina Diniz **“podemos afirmar seguramente que hoje a população dos assalariado rurais**

temporários que estão mais vinculados à região norte novo alcançaram melhores condições de trabalho do que os de outras regiões”.

O chamado Norte Novo do Paraná, compreende desde as terras que vão do rio Tibagi até as proximidades de Paranavaí (mapa 2). No Norte Novo estão situadas as localidades onde os bóias-frias se encontram melhor organizados, como Lunardeli, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Bela Vista do Paraíso e Florestópolis. Nestas localidades há predomínio do trabalho dos bóias-frias no corte da cana-de-açúcar. Cumpre colocar que nestes Municípios o GAART tem um trabalho mais efetivo, com várias lideranças entre os bóias-frias.

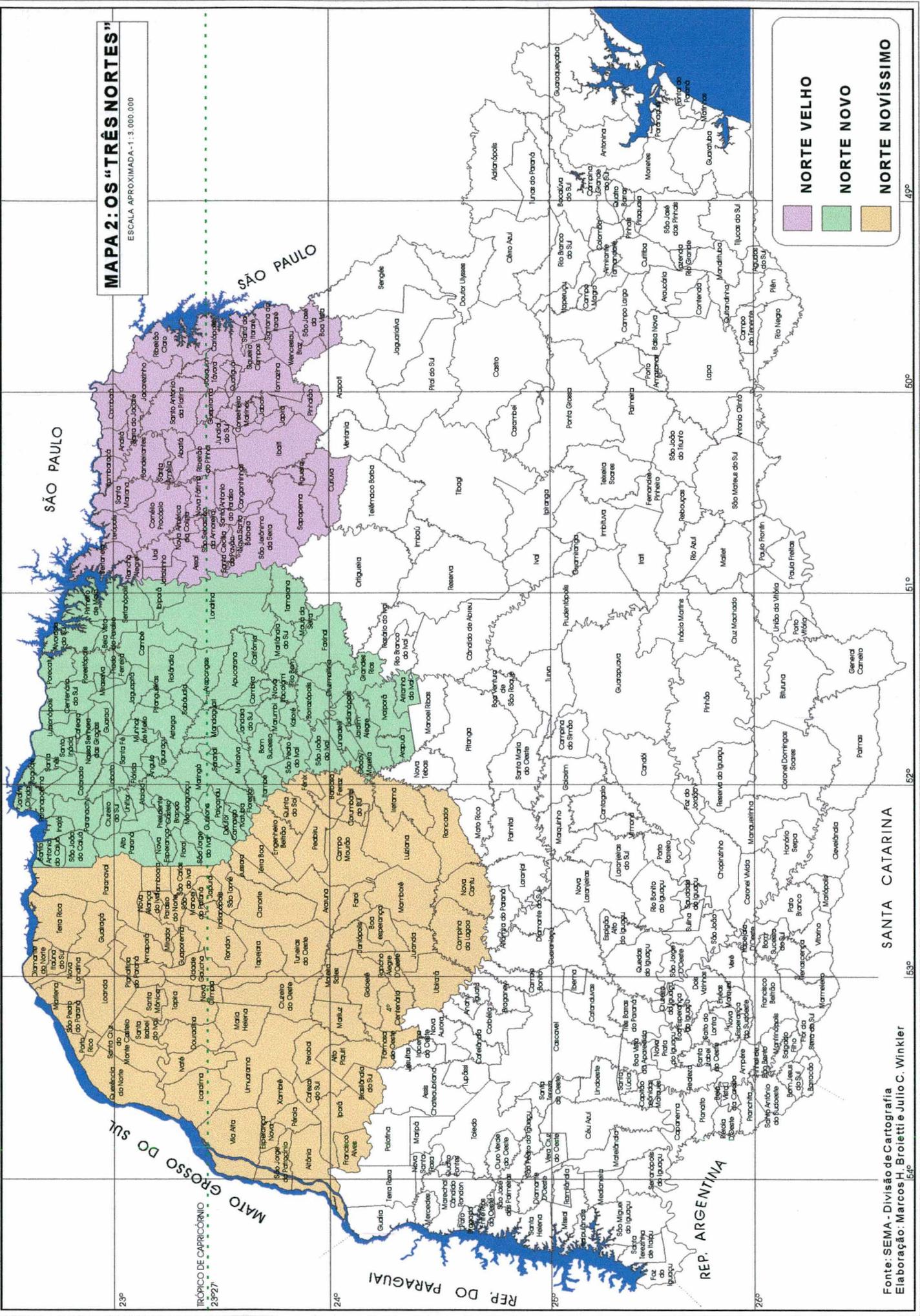
A organização diferenciada dos bóias-frias da cana, com certeza, foi um dos elementos que nos motivou realizar essa pesquisa, ainda mais em Florestópolis onde em 1992 a CPT realizou a oitava Romaria da Terra do Paraná, sendo a questão do bóia-fria amplamente enfatizada.

2.1.1 - A Romaria da Terra em Florestópolis

A Romaria da Terra é uma atividade anual promovida pela CPT. Como organismo da Igreja Católica, a CPT tem sua metodologia de trabalho baseada nos aspectos religiosos, como os símbolos. BARROS & PEREGRINO (1996, p. 15) colocam que *“quem conhece o Brasil sabe que, como em toda*

MAPA 2: OS "TRÊSNORTES"

ESCALA APROXIMADA - 1 : 3 000 000



NORTE VELHO

NORTE NOVO

NORTE NOVÍSSIMO

Fonte: SEMA - Divisão de Cartografia
 Elaboração: Marcos H. Broletti e Julio C. Winkler

América Latina, um dos elementos mais comuns da religião do povo é o costume de fazer peregrinações, ou romarias, a santuários de sua devoção". A Romaria da Terra, no Paraná, aconteceu pela primeira vez no ano de 1985 e desde então ela vem atraindo milhares romeiros. Ao mesmo tempo eles cultivam sua religiosidade e discutem problemas relacionados à questão agrária.

A Romaria da Terra foi realizada em Florestópolis no dia 26 de julho de 1992. No caso paranaense, esta foi a oitava Romaria da Terra, promovida pela CPT¹⁰. Sendo, no Paraná, a segunda Romaria a centralizar suas discussões no assalariamento rural, a primeira foi em 1988, no Município de São João do Ivaí e teve como tema "O Assalariado Rural".

Segundo Isabel Cristina Diniz (da CPT) a Romaria foi realizada em Florestópolis porque no **"... norte novo do Paraná, onde se localiza**

¹⁰ De acordo com BARROS & PEREGRINO (1996, p. 19) *"a Comissão Pastoral da Terra surgiu no Brasil em 1975, um pouco depois da criação do CIMI – Conselho Indigenista Missionário (1973). A Pastoral da Terra começou a apoiar a luta dos trabalhadores do campo; e o CIMI, a caminhada dos povos indígenas. Era uma pastoral a serviço da causa dos camponeses e camponesas. Nasceu como um organismo voltado mais para a necessidade dos agentes de pastoral da Amazônia e, depois, de todo o país. A CPT tem suas raízes em fatos bem anteriores à data em que foi criada. Veio como resposta a toda uma situação, no Brasil, de transgressão dos direitos humanos no campo. Não surge como uma idéia, mas começa a existir pela necessidade de se criar um organismo pastoral, uma comissão encarregada diretamente de animar e incentivar um maior compromisso das Igrejas, através de uma pastoral apropriada ao campo"*.

Segundo o 12º Plano de Pastoral dos Organismos Nacionais, também chamado de Documento da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) nº 49 os objetivos da CPT são:
"I – Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas igrejas aos pobres da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.

II – Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.

III – Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida" (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, p. 227).

No mesmo documento fica evidente a opção por "luta pela terra", através de uma efetiva reforma agrária.

Florestópolis, há uma grande incidência de assalariados rurais temporários”.

A oitava Romaria da Terra teve como tema “Terra e trabalho, direito de todos: conquistá-lo é um dever”. Cada Romaria tem um objetivo específico. Nesta o objetivo¹¹ principal foi

“levar os cristãos e a sociedade a refletir, perceber e sentir a angústia, a esperança e luta por libertação dos assalariados rurais, bóias-frias, à luz da Palavra de Deus, movendo a uma prática solidária de conquista da cidadania – dos direitos sociais, melhores condições de vida como sinais do Reino de Deus” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1992, p. 1).

No caso do objetivo desta Romaria, a ênfase é dada a questões de politização, como a expressão levar à reflexão, perceber e sentir a luta dos bóias-frias. Como a principal justificativa desta Romaria ter acontecido em Florestópolis foi o grande contingente de bóias-frias existentes no Município, eles foram também centro das discussões.

Contudo, conforme o relato do Padre Sebastião Benedito de Souza¹² não houve uma grande participação dos bóias-frias do Município. Segundo ele, haviam algumas controvérsias, no Município, a respeito da Romaria da Terra. Mesmo assim, afirmou que ***“pela Romaria da Terra tomou-se um***

¹¹ Foi elaborado um material de preparação para romeiros, dentre eles um livreto onde consta o objetivo desta Romaria Terra.

¹² O Pe. Sebastião Benedito de Souza foi o Pároco de Florestópolis no período de 1988-1995.

ânimo (...) porque até então eles espalhavam, até mesmo os bóias-frias (eles não participaram muito da Romaria da Terra). Eles entendiam que a Romaria da Terra seria um tipo, quase uma revolução. Até se espalhou à idéia que viria 10 mil, 20 mil pessoas para até mesmo invadir as fazendas. Eu me lembro que teve até fazendeiros que eram meus amigos entre aspas, hoje são meus amigos e eles andaram até com armas dentro do carro, naquele dia, eu lembro que isso aconteceu ...”.

O Pe. Sebastião Benedito de Souza acrescentou que a Romaria foi importante na história dos bóias-frias daquele Município. Segundo ele “... **a Romaria da Terra foi uma injeção de ânimo, com as pessoas caindo um pouco na realidade**”.

Mesmo havendo algumas greves destes trabalhadores anteriormente, após a Romaria da Terra eles buscaram conquistar alguns de seus direitos. Isso aconteceu por vários fatores. Um deles foi número de participantes da Romaria. Segundo o jornal Folha de Londrina (anexo 1) do dia 28 de julho de 1992 foram cerca 10 mil romeiros para os organizadores e 7 mil para a Polícia Militar (PM).

Num município em que a população era de aproximadamente 12 mil pessoas, sendo aproximadamente 8500 na área urbana, 7 ou 10 mil romeiros pode ser considerado um número extremamente representativo. Embora muitos bóias-frias residentes em Florestópolis não estivessem presentes na Romaria da

Terra, de alguma forma, eles perceberam o impacto da mesma, seja pela movimentação na cidade, pois estiveram presentes caravanas de mais de 120 municípios do Paraná, seja pelos seus desdobramentos futuros. Além disso, a Romaria trouxe para Florestópolis algumas autoridades, principalmente religiosas e políticas. Durante a Romaria aconteceram várias apresentações e algumas pessoas fizeram uso da palavra, sempre ressaltando a questão dos bóias-frias.

Se um dos objetivos da Romaria da Terra foi mostrar e denunciar as precárias condições de trabalho existentes no campo, em parte os desdobramentos da Romaria trouxeram alguns ganhos reais para estes trabalhadores.

De acordo com Isabel Cristina Diniz, da CPT, ***“... várias denúncias foram realizadas na Romaria, despertando a atenção da Assembléia Legislativa do Paraná, tanto que no mesmo ano da Romaria, em 92, inicia-se a CPI do bóia-fria no norte e noroeste do Paraná, que teve a frente a então Deputada Estadual Emília Belinati¹³, que junto com Comissão Pastoral da Terra e o Serviço Pastoral do Migrante, realizaram um trabalho investigativo no acompanhamento das denúncias referentes aos direitos dos bóias-frias. Enfatizando a qualidade do trabalho, qualidade do transporte e a questão do salário”.***

¹³ Emília Belinati foi Deputada Estadual do Paraná de 1991-1994, vice-governadora do Paraná de 1995-1998 e reeleita vice-governadora para o período de 1999-2002.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do bóia-fria foi amplamente divulgada pela imprensa (anexo 2). As atividades da CPI iniciaram-se em agosto de 1992, estendendo-se até 1994. Sem dúvida alguma, o principal avanço da Comissão está relacionado aos transportes. Prestes a entregar o relatório final da CPI, a Relatora, Deputada Emília Belinati, afirmou para o jornal Folha de Londrina que *“enquanto animais de raça são transportados em avião, o bóia-fria continua vivendo em condições desumanas”* (TORTATO, 1993).

2.1.1.1 – O transporte dos bóias-frias

As denúncias investigadas pela CPI dos bóias-frias mostraram que não havia fiscalização efetiva sobre o deslocamento dos trabalhadores da periferia das cidades até o campo, seu local de trabalho. Existiam leis que regulamentavam o transporte de bóias-frias, mas não eram cumpridas.

Em 1990, o então governador Álvaro Dias, através do Decreto Estadual 7003, proíbe o transporte de bóias-frias em caminhões. O caminhão, como coloca SILVA (1996, p. 154), é *“aparentemente, apenas um meio de transporte através do qual a turma é levada da cidade ao talhão e vice-versa. Na realidade, um espaço cristalizado da violência movente”*. Era, e em muitos locais no Brasil ainda é comum notícias de caminhões sem mínimas condições de segurança, transportando bóias-frias. Tem ocorrido inúmeros acidentes, havendo vários casos de mortes no transporte dos bóias-frias.

No dia 31 de maio de 1991 o ex-governador Roberto Requião revogou o Decreto Estadual 7003, depois que a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) obteve uma liminar suspendendo o Decreto. A partir daquele momento, o Estado do Paraná optou pela aplicação da Resolução 683/87 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). De acordo com a Resolução Federal, os bóias-frias poderiam ser transportados em caminhões, contudo, deveriam ser respeitadas algumas condições de segurança. Os caminhões deveriam ter carrocerias altas e fechadas, cobertura, assentos fixados ao assoalho da carroceria, compartimento em separado para guardar as ferramentas, número de passageiros de acordo com a capacidade do veículo, grades laterais altas e escada de acesso à carroceria. Quem não cumprisse a lei estaria sujeito a multas e até apreensão do veículo. A revogação do Decreto que não permitia o transporte de bóias-frias em caminhões aconteceu, principalmente, pela pressão dos exploradores do trabalho do bóia-fria.

Todavia, as adaptações cujos caminhões deveriam ter sido submetidos, em muitos casos não foram feitas. No dia 12 de maio de 1992, o então governador Roberto Requião, num encontro na Catedral de Londrina, onde estavam presentes o Arcebispo de Londrina, Dom Albano Bortoletto Cavallin, lideranças dos trabalhadores, agentes de pastorais, transportadores e pequenos proprietários (anexo 3), recebeu um estudo realizado pela Divisão dos Serviços de Transporte Comercial (DSTC) em conjunto com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). O citado estudo fazia referência ao baixo custo da adequação dos caminhões. Ficou estabelecido como prazo para adaptar os caminhões até o

dia 24 do mesmo mês. Novamente não se efetivou, em nível estadual, o cumprimento da Resolução 683/87 do CONTRAN. O anexo 4 mostra um acidente com um caminhão transportando bóias-frias, sem ter realizado as devidas adaptações. O acidente aconteceu no dia 26 de março de 1993, ou seja, quase um ano depois do prazo fixado pelo governador. No dia 23 de julho de 1993, o jornal Folha de Londrina publicou um artigo com o título “Transporte irregular predomina”, destacando que os “gatos” que fazem o papel de agenciador em Campo Mourão, Município do norte paranaense, continuavam transportando os bóias-frias sem realizar as devidas alterações nos caminhões.

Porém, em Florestópolis, logo após Romaria da Terra, ocorreu uma mobilização entre trabalhadores buscando melhorias no seu transporte. Eles reivindicavam o cumprimento da Resolução 683/87 do CONTRAN. De maneira gradativa, os velhos caminhões foram substituídos por antigos ônibus. Esses ônibus (foto 1), chamados de antigos, têm sido comprados de empresas de transporte coletivos que não os utilizam mais. Mesmo assim, constituiu-se em uma melhoria significativa no transporte dos bóias-frias.

Todos os bóias-frias, entrevistados durante a pesquisa, têm sido transportados por ônibus. Ressalta-se que isso não acontece em todo o Estado do Paraná. Acidentes com bóias-frias transportados em caminhões ainda não deixaram de existir no Paraná. Como exemplos citamos um acidente ocorrido em 6 fevereiro de 1996, entre Prudentópolis e Imbituba, ferindo 36 bóias-frias (anexo 5) e outro que vitimou uma trabalhadora em Londrina, no dia 24 de agosto de 1994 (anexo 6). Acidentes como estes, geralmente, acontecem em caminhões

FOTO 1: TRANSPORTE DOS BÓIAS-FRIAS



Fonte: Reinaldo Santos Gabriel
Ano: 1998

O transporte em ônibus foi uma conquista dos bóias-frias de Florestópolis. Os ônibus representam uma forma mais segura de transportar estes trabalhadores da cidade até o campo. Até o início da década de 90, os bóias-frias residentes em Florestópolis, eram transportados em caminhões que não apresentavam as mínimas condições de segurança.

sem condições de transportar os bóias-frias, na tentativa de burlar a fiscalização. Em Florestópolis, porém, os acidentes não são comuns, pois a mobilização dos bóias-frias, com a greve ocorrida em 1992, trouxe entre suas conquistas o transporte em ônibus.

Uma das lideranças do GAART residente em Florestópolis, que foi um dos líderes da greve realizada em 1992, nos relatou que a mobilização só foi possível a partir da Romaria da Terra. **“A Romaria mostrou o quanto era importante lutarmos pelos nossos direitos”**. Além do transporte em ônibus, o registro em Carteira Trabalho e Previdência Social (CTPS) foi outra importante conquista conseguida por meio da greve. Atualmente, em Florestópolis, todos os bóias-frias empregados no período do corte da cana-de-açúcar têm o registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social.

CAPÍTULO 3

O ESPAÇO AGRÁRIO DE FLORESTÓPOLIS

Na configuração do espaço agrário de Florestópolis, privilegamos reflexões que possibilitem uma compreensão de como tal espaço vem sendo (re)produzido com passar do tempo. Para tanto, realizamos uma breve caracterização do processo de ocupação do Município. No processo de (re)produção do espaço, embora nesta dissertação enfatizemos uma problemática local, precisamos ter claro um contexto mais abrangente para buscarmos através de análises sobre a estrutura fundiária, o uso da terra, industrialização/modernização da agricultura e relações de trabalho mostrar a lógica da dinâmica que vem se processando historicamente no espaço agrário em apreço.

Nessa direção, a compreensão da organização espacial, especialmente do espaço agrário é muito valiosa. Concordamos com CORRÊA (1986, p. 60) quando acentua que *“a organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo”*. Isso quer dizer que ela é constituída pelo conjunto das inúmeras atividades criadas pelo trabalho social, isto

é, a sociedade concreta cria condições para formação de seu espaço geográfico para nele produzir e reproduzir, objetivando criar formas duradouras que se cristalizam sobre a superfície da terra.

3.1 – CARACTERIZAÇÃO DE FLORESTÓPOLIS

Como mencionamos na introdução desta dissertação não iremos realizar um estudo exaustivo do processo de ocupação do Paraná e, posteriormente, do norte do Estado, pois existem vários trabalhos contemplando tal problemática. O que vamos descrever é um breve relato deste processo a fim de caracterizar o Município enfocado (foto 2).

As obras consultadas sobre a ocupação norte paranaense, mostraram que ela está, em grande parte, relacionada ao prolongamento das atividades cafeeiras desenvolvidas, sobretudo, no Estado de São Paulo. Em terras paulistas o café já era cultivado desde a primeira metade do século XIX, e de acordo com MARTINS (1981, p. 108) o café é uma cultura itinerante. Seu cultivo intensivo e econômico teve início no final século XVIII nas vizinhanças do Rio de Janeiro, deslocando-se, posteriormente, em direção à província de São Paulo. Na primeira metade século XIX, tomou conta de toda região paulista do Vale do Paraíba. No início da segunda metade do século XIX, penetrou na porção central da província paulista. No começo do século XX, abrangia o chamado de Oeste

FOTO 2: FLORESTÓPOLIS



Fonte: Prefeitura Municipal de Florestópolis
Ano: 1997

O Município de Florestópolis, fundado em 1951, tem seu nome derivado dos termos “floresta” e “pólis”. O primeiro é referente a mata nativa que cobria o Município e “pólis” é o sufixo grego que significa cidade.

velho, sendo que, nas décadas de 30 e 40 chegou ao Paraná. DIAS (1998, p. 19) coloca que *“toda essa apropriação espacial de novas regiões, pela atividade cafeeira, ocorria ao mesmo tempo em que, na parte das regiões antigas, a cultura era abandonada”*.

Torna-se conveniente salientar que segundo OLIVEIRA (1989, p. 44)

“a crise na bolsa de Nova York de 1929, aliada à superprodução de café e queda de preços, afeta profundamente a cafeicultura de São Paulo e Minas que transforma a maioria das antigas fazendas de café em plantações de algodão, ou em pasto para gado, ou ainda as subdividem em propriedades menores para vendê-las”.

No período de 1930-1940, várias famílias, especialmente de mineiros e paulistas, foram expulsas, sendo forçadas a migrarem para outros estados. O norte paranaense tornou-se uma das alternativas viáveis para esses trabalhadores continuarem na agricultura. Assim, o norte do Paraná foi colonizado, sobretudo, por mineiros e paulistas. Além de imigrantes europeus, pois a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)¹⁴, sucedida pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP) tinha, inicialmente, a intenção

¹⁴ De acordo com CUNHA (1996, p. 45)

“... às de mudanças políticas ocorridas no Brasil a partir de 1937, principalmente, com o advento do governo Vargas, os ingleses passaram a ter dificuldades para receber os juros dos investimentos no norte do Paraná. A situação se agravaria mais ainda com início da segunda guerra mundial, quando o governo brasileiro edita leis, aumentando os impostos das empresas estrangeiras instaladas no país”.

Descontentes com esta nova realidade, os ingleses decidiram vender a Cia de Terras Norte do Paraná-CTNP para um grupo de investidores brasileiros. Assim, a Cia de Terras tornou-se nacional, passando a se chamar Cia. Melhoramentos Norte do Paraná-CMNP”.

Portanto, em 1944, a CTNP foi comprada por empresários paulistas.

de estabelecer colônias de acordo com o grupo étnico, objetivando atrair imigrantes europeus.

Outro fator de atração para migração rumo ao norte paranaense está relacionado, diretamente, com a proibição do Governo Federal (1932) de plantio de novos cafeeiros,

“... como forma de diminuir o volume de oferta e, desta forma, segurar os preços, não se estende ao Paraná, que vê na estratégia da continuidade do plantio de café, no Norte do Estado, a principal alternativa de continuar a ocupar a região e aumentar a arrecadação do governo” (OLIVEIRA, 1989, p. 45).

Embora a ocupação do norte do Paraná¹⁵ esteja intimamente ligada à evolução da economia cafeeira paulista, à ocupação e à organização espacial da área não ocorreu da mesma maneira. DIAS (1998, p. 25) acentua que há particularidades para serem consideradas. De fundamental importância foram *“... as estratégias desencadeadas pelo governo do estado do Paraná e pelas empresas privadas de colonização, para ocupar a região”*.

O processo de ocupação paranaense ocorreu de maneira diferente da paulista. MONBEIG (1984, p. 211) esclarece tal processo com muita propriedade

“no Estado de São Paulo todas as terras são de propriedade particular, tanto as de florestas como as de

¹⁵ Na década de 50, o Paraná, de fato, consolida-se como grande produtor de café, sendo que, em 1952, os cinco primeiros municípios produtores de café no Brasil eram do norte paranaense: Bela Vista do Paraíso, Apucarana, Cornélio Procópio, Assaí e Mandaguari (MÜLLER, 1956, p. 94).

campos. Isso se deve à legislação fundiária, ao povoamento da fase inicial e à perseverança dos grileiros. A noção de terra pertencente ao Estado é tão estranha à mentalidade paulista, que foi impossível manter uma reserva florestal na serra do Diabo. No Paraná a situação é diferente e o governo do Estado possui ainda grandes extensões de florestas. Se, às vezes, ele mesmo criou centros de colonização, do norte do Estado preferiu vender glebas a empresas de grande porte. Dessa forma, para onde quer que se dirija, o avanço paulista encontra sempre propriedades privadas. O pioneiro não pode, portanto, como nos países de free land, instalar-se a seu bel-prazer e criar amplos patrimônios, limitado apenas pelas suas possibilidades de trabalho, sem despesa e sem o risco de ser barrado pela propriedade de um vizinho. Aqui, ele deve instalar-se em um quadro preestabelecido, com limites traçados pelo proprietário da terra que ele comprou”.

Os proprietários de terras eram as companhias particulares de colonização no Paraná. Essas companhias adquiriram extensas áreas de terras, tendo um papel estratégico na ocupação do norte paranaense. As empresas tinham dimensões e formas particulares de atuação, a maior delas foi a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

Um dos objetivos da CMNP era obter lucros imobiliários através da colonização com grande rapidez na parte do norte paranaense. Esta área contava com terras férteis que se constituíam em um atrativo especial para os migrantes. Porém, na primeira metade do corrente século, esta porção do Estado do Paraná ainda apresentava difícil acesso. A CMNP comprou as terras a preços baixos, na maioria das vezes do próprio Governo do Estado do Paraná e, após investimento na Cia. Ferroviária São Paulo – Paraná, revendia as terras com lucro significativo.

Florestópolis, situada próximo ao Rio Paranapanema, quase na divisa com Estado de São Paulo, não teve sua colonização influenciada diretamente por esta companhia. A ocupação de Florestópolis esteve estreitamente ligada ao Município vizinho, Porecatú.

Nesse sentido, um estudo mais fecundo já foi realizado por OLIVEIRA (1989)¹⁶. Assim, faremos um breve comentário a fim de contextualizar a ocupação do Município em foco, ou seja, para um melhor entendimento do seu processo histórico, bem como do papel no processo de (de)formação do seu espaço agrário.

Para falarmos da ocupação de Porecatú, nos reportaremos à primeira metade do século, mais precisamente à década de 40. Nesta época, a Companhia Agrícola Lunardelli, dirigida por Ricardo Lunardelli, natural de Rio Claro-SP, que em 1941 adquiriu 9860 alqueires de terras dos herdeiros de Escolástica Melchert da Fonseca, onde atualmente encontra-se a cidade de Porecatú, sendo durante muitos anos denominada “Cidade Lunardelli” (OLIVEIRA, 1989, p. 61).

CANCIAN (1981, p. 81) num estudo sobre a cafeicultura paranaense, no período de 1900-1970, escreve que

“a ‘Companhia Agrícola Lunardelli’, constituída em 1939, foi sucedida pela ‘Sociedade Civil Agrícola Lunardelli Ltda.’, em 1946, por sua vez substituída pela

¹⁶ No trabalho de dissertação de mestrado de OLIVEIRA (1989) intitulado: De “trabalhador volante” a “morador de periferias”: O cortador de cana de Porecatú, PR (1945-1985), o autor no segundo capítulo privilegia uma discussão sobre a ocupação de Porecatú e municípios vizinhos a este.

'G. Lunardelli S/A. – Agricultura, Comércio, Exportação'. Iniciando suas atividades agrícolas no Paraná, no município de Sertanópolis, até 1941 Geremia Lunardelli havia plantado 400.000 pés de café, atingindo até 1946, 3 milhões de cafeeiros. As fazendas foram se espalhando, chegando a atingir um total de 55 mil alqueires (...) atingindo até 1950, um total de 6,6 milhões de cafeeiros''.

Desse modo, Porecatú teve como base inicial da sua agricultura *"... o plantio de café cultivado em sítios e fazendas de porte médio, complementado pelo milho, feijão, arroz, algodão e, em menor grau, a pecuária"* OLIVEIRA (1989, p. 59). Até 1951, Florestópolis era distrito de Porecatú e também tinha como base da agricultura o plantio do café.

Em 1951 Florestópolis tornou-se Município, desmembrando-se de Porecatú. Algumas peculiaridades merecem um relato nesse processo. O jornal Folha de Londrina, numa matéria sobre o Município, mencionou que *"a cidade surgiu dos 50 alqueires de João Dias"*. Para explicitar melhor isso, vamos transcrever parte da referida reportagem escrita pelo jornalista Widson Schwartz.

"A 18 de agosto de 1944, conforme certidão do Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Sertanópolis, João Dias registrava o 'Loteamento do povoado de Florestópolis' compreendendo 12 quadras totalizando 97.065 metros quadrados, 'devidamente aprovado pela Prefeitura Municipal de Sertanópolis em 31 de julho de 1944'.

Anteriormente, o lugarejo era denominado 'Patrimônio São João', passando a Florestópolis por sugestão de Paulo Cabral Kraus, funcionário da Prefeitura de Sertanópolis, provavelmente levando em conta a origem dentro da Fazenda Floresta.

Nas recordações de João Dias, aparecem o primeiro comprador de lotes onde seria a zona urbana de

Florestópolis, João Belarmino (15 datas por 250 mil réis); o primeiro comerciante e delegado de Polícia, Pedro Tavares, cuja foto dá a impressão que o bigode em família é como se fosse algo hereditário; o primeiro padre Francisco de Sertanópolis.

E o fundador ia doando espaços para a construção de prédios públicos, tendo ele próprio erigido a cadeia.

Pela lei nº 790, de 14 novembro de 1951, é criado o município de Florestópolis, desmembrado de Porecatú. A instalação ocorre em 14 de dezembro do ano seguinte (...).

Mas quem continuava a doar terrenos era o fundador. Um de 100 por 120 metros para o campo de futebol, outro de 90 por 90 metros para igreja-matriz. Mas nunca atribui a isso a pobreza em que vive: 'Não deu de ficar rico porque fiquei doente, parei de trabalhar 10 anos (...).

Florestópolis tem uma rua com nome da sra. Ivone Pimentel, esposa do ex-governador Paulo Pimentel. Ao que parece, exclusivamente por este aspecto. Mas nunca prestou homenagem a seu fundador. Quando se lembraram dele – conta o professor Édison Paulino – foi para colocá-lo sobre uma carrocinha num desfile. Uma cena ridícula. O cavalo se espantou e a carroça quase tombou, pondo em risco à integridade física de João Dias" (SCHWARTZ, 1984, p.22).

Observa-se pela matéria que a área Município, pelo menos a de origem, foi doada por João Dias, possibilitando o desmembramento de Porecatú. No início, a agricultura de Florestópolis estava baseada no café, tendo em 1960 uma área colhida de 21028 hectares. Além disso, as culturas de subsistência também se faziam presentes, caso do arroz, feijão e milho.

Para entendermos melhor a dinâmica de Florestópolis vamos nos valer, inicialmente, de dados referentes à população deste Município. Cumpre esclarecer que na década de 60 faziam parte de Florestópolis os distritos de

Mirasselve (desmembrado em 1960) e Prado Ferreira, que com o desdobramento de Mirasselve, tornou-se distrito deste, desmebrando-se de Mirasselve em 1995. Dessa forma, os dados de Florestópolis de 1960 trazem consigo os números de Mirasselve e Prado Ferreira.

O Município de Florestópolis vem mostrando, paulatinamente, a concentração da população na área urbana. Os dados do IBGE (tabela 1) indicam que 84,29% da população, em 1960, residia na área rural. No entanto, esse panorama foi se alterando, graças às transformações ocorridas no espaço agrário do Paraná, mais especificamente no norte do Estado. Conforme a tabela 1, podemos observar que em 1970 o índice diminuía para 72,28%. A população total diminuiu quase pela metade em apenas dez anos, com o desmembramento dos distritos. Mirasselve, em 1960, tinha 4634 habitantes (28,47% do total do Município de Florestópolis) e Prado Ferreira 3350 habitantes (20,58% do total do Município de Florestópolis).

De fato, as transformações mais visíveis, referentes à população, foram verificadas na década de 70. Observando os dados do Censo Demográfico de 1980, constata-se que população urbana tornou-se maioria em Florestópolis. Os dados da tabela 1 mostram que a população urbana passou a representar 52% do total de habitantes. Do total de 12146 moradores do Município, 6316 estavam no perímetro urbano. De 1970 para 1980, a população urbana cresceu de 2709 para 6316 pessoas. Isto representou um crescimento da ordem de 133,15%.

TABELA 1 - População rural e urbana de Florestópolis

POPULAÇÃO	1960		1970		1980		1991		1996	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Rural	13718	84,29	7065	72,28	5830	48,00	3453	28,78	4.035	33,01
Urbana	2556	15,71	2709	27,72	6316	52,00	8545	71,22	8188	66,99
TOTAL	16274	100,00	9774	100,00	12146	100,00	11998	100,00	12.223	100,00

Fonte: IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico (1960)
 Censos Demográficos (1970, 1980 e 1991)
 Contagem da População (1996)

Já a população rural sofreu um processo inverso. Em 1970 ela representava 72,28% do total do Município, em 1980 caiu para 48%. Em números absolutos isso significou que população rural era de 7065, em 1970, diminuindo para 5830, dez anos depois. Na realidade, isso representa a diminuição da população rural em 17,48%. Podemos dizer que alguns fatores contribuíram para a ocorrência deste processo.

O êxodo rural¹⁷ que vem acontecendo no Município, bem como em quase todo país, é um dos principais fatores para a redução da população rural. Ressalta-se a existência de causas repulsivas no campo e causas atrativas na cidade, permitindo que este fenômeno aconteça.

No período em que a população de Florestópolis passou a concentrar-se na cidade, o campo apresentava várias causas repulsivas. Dentre elas, podemos citar: a falta de assistência médica e de escolas, uma baixa remuneração no trabalho, a concentração de terras nas “mãos” de poucos, a mecanização na agricultura, a substituição de algumas culturas tradicionalmente cultivadas e, além disso, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, os proprietários de terras, não querendo ou não podendo assumir os encargos trabalhistas (salário mínimo, férias, 13º salário) dispensaram muitos de seus empregados. Nessa direção, no decorrer da dissertação discutiremos

¹⁷ Quando falamos em êxodo rural, concordamos com a conceituação D'ASSUMPÇÃO (1996, p. 92), ou seja, que este “é um fenômeno da saída de considerável contingente populacional de um meio rural para outro, ou para o meio urbano, provocado por causas de ordem natural, político-cultural ou sócio-econômica. É um fenômeno de manifestação esporádica, que ocorre em curto espaço de tempo”.

algumas causas repulsivas do campo, tais como: estrutura fundiária concentradora e a modernização da agricultura.

3.2 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A estrutura fundiária brasileira caracteriza-se por uma concentração de terras. Nessa direção, OLIVEIRA (1991, p. 28) acentua que desde os primórdios da colonização a distribuição de terras no Brasil aconteceu de maneira desigual.

“Primeiro foram as capitâneas hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas, estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial.

Com a independência e com fim da escravidão, trataram os governantes do país de abrir a possibilidade de, através da ‘posse’, legalizar grandes extensões de terras. Com a Lei de Terras de 1850, entretanto, o acesso à terra só passou a ser possível através da compra/venda com pagamento em dinheiro, o que limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os escravos que foram sendo libertos”.

Observa-se, portanto, que a concentração de terras é característica marcante na estrutura agrária brasileira, embora existam particularidades na distribuição e posse, tanto em escala regional como nacional. De acordo com HOFFMANN, *apud* CORRÊA (1996, p. 113), *“a principal razão para tal desequilíbrio é a própria desigualdade interna do país”.* No caso de

Florestópolis, utilizaremos os dados censitários para explicitarmos como o processo de concentração de terras vem se acentuando no Município.

Ao discutirmos a estrutura fundiária, que é uma das faces do espaço agrário, utilizamos a proposta de PIZZOLATTI (1996, p. 96), na qual ele utiliza a divisão das classes de áreas dos estabelecimentos agropecuários¹⁸.

- até 10 hectares: muito pequenos estabelecimentos ou de porte muito pequeno;
- de 10 a 50 hectares: pequenos estabelecimentos ou de pequeno porte;
- de 50 a 100 hectares: médios estabelecimentos ou de porte médio;
- de 100 a 1000 hectares: grandes estabelecimentos ou de grande porte;
- mais de 1000 hectares: muito grandes estabelecimentos ou de porte muito grande.

¹⁸ Segundo o Censo Agropecuário do IBGE 1995-1996 (IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996, p. 23).

“Considere-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. Excluíram-se da investigação os quintais de residências e hortas domésticas.

As áreas confinantes sob a mesma administração, ocupadas, segundo diferentes condições legais (próprias, arrendadas e ocupadas gratuitamente), foram consideradas como um único estabelecimento.

As áreas confinantes pertencentes a um só proprietário, mas entregues a administrações diversas, foram consideradas como estabelecimentos distintos. Consideraram-se, também, como estabelecimentos distintos, as áreas exploradas em regime de parceria, quando os responsáveis por sua administração eram os próprios parceiros”.

Esta divisão em faixas, segundo a dimensão dos estabelecimentos, permite uma análise mais aprofundada sobre a área eleita para pesquisa, possibilitando um maior detalhamento e a particularização das mudanças procedidas no espaço agrário em foco. Embora PIZZOLATTI (1996, p. 97) tenha acentuado a existência de “... *um certo grau de generalização*”. O critério utilizado para denominar se é pequeno, médio ou grande estabelecimento, está diretamente ligado ao número de hectares do estabelecimento, isto é, ao tamanho (em hectares). Iniciaremos nossas análises através dos dados do Censo Agrícola de 1960 (tabelas 2 e 3).

O **Censo Agrícola de 1960** mostra que os estabelecimentos de porte muito pequeno, ou seja, até 10 hectares, representavam a maioria dos estabelecimentos rurais existentes, alcançando um índice de 56,97% do total do número de estabelecimentos (tabela 2). Isso foi derivado, em muitos casos, pelo fracionamento por conta da partilha por herança ou empobrecimento motivando a vender parte da terra. Entretanto, estes estabelecimentos tinham sua participação em termos percentuais de área ocupada em apenas 5,42% (tabela 3). Os pequenos estabelecimentos, com dimensões entre 10 e 50 hectares, somavam 31,36% do total do número de estabelecimentos. E, como os muito pequenos, em termos de área ocupada existe uma grande diferença e, neste caso, eles ocupavam apenas 9,76% da área total. Somando os estabelecimentos muito pequenos e pequenos, constatamos que eles, juntos, eram 88,33% do total do número de estabelecimentos. Porém, representavam apenas 15,18% da

TABELA 2 – Distribuição do número dos estabelecimentos rurais por categorias dimensionais no Município de Florestópolis

Classes de área (ha)	1960		1970		1975		1980		1985		1995-1996	
	Nº	%										
- 10	396	56,97	96	31,89	42	21,11	43	27,92	26	17,45	14	12,50
10 a 50	218	31,36	148	49,17	89	44,72	41	26,62	41	27,52	37	33,04
50 a 100	22	3,16	18	5,98	27	13,57	23	14,94	29	19,46	12	10,71
100 a 1000	50	7,22	34	11,30	37	18,59	44	28,57	49	32,89	46	41,07
+ 1000	9	1,29	5	1,66	4	2,01	3	1,95	4	2,68	3	2,68
TOTAL	695	100,00	301	100,00	199	100,00	154	100,00	149	100,00	112	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agrícola de 1960
Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996)

TABELA 3 – Distribuição da área dos estabelecimentos rurais por categorias dimensionais no Município de Florestópolis

Classes de área (ha)	1960		1970		1975		1980		1985		1995/96	
	ÁREA (ha)	%										
- 10	2534	5,42	638	2,57	234	1,02	246	1,04	56	0,24	54	0,25
10 a 50	4566	9,76	2883	11,62	1897	8,31	1023	4,32	1005	4,28	957	4,36
50 a 100	1544	3,30	1176	4,75	1832	8,03	1576	6,66	2067	8,80	866	3,95
100 a 1000	17459	37,33	10488	42,28	12551	54,99	16248	68,68	15530	66,15	15212	69,35
+ 1000	20671	44,19	9620	38,78	6310	27,65	4565	19,30	4820	20,53	4845	22,09
TOTAL	46774	100,00	24805	100,00	22824	100,00	23658	100,00	23478	100,00	21934	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agrícola de 1960
Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996)

área ocupada.

Com relação aos estabelecimentos de porte médio, de 50 a 100 hectares, em 1960, ocorreu uma certa semelhança entre as participações percentuais no número estabelecimentos e na área ocupada. No primeiro caso, 3,16% e, no segundo, 3,30%. Já os estabelecimentos de grande porte, de 100 a 1000 hectares, e os de porte muito grande, mais de 1000 hectares, apresentam o inverso. Somando ambos, eles participavam com apenas 8,51% do total do número de estabelecimentos e a sua área ocupada representava 81,52%. Este elevado percentual denota a concentração de terras, sobretudo quando observamos que os estabelecimentos de porte muito grande, representavam apenas 1,29% do total de estabelecimentos e ocupavam 44,19% da área.

Os **dados censitários de 1970** nos indicam a pouca ocorrência de transformações no espaço agrário de Florestópolis, no que se refere à sua estrutura fundiária entre os Censos de 1960 e 1970. Os estabelecimentos de porte muito pequeno, que tinham uma participação 56,97% referente ao número de estabelecimentos e representavam 5,42% da área ocupada, obtiveram um decréscimo. Respectivamente, passaram a alcançar 31,89% e 2,57%.

Os estabelecimentos muito pequenos (até 10 hectares) e os de pequeno porte (10 a 50 hectares) passaram pelo mesmo processo, ou seja, tiveram redução em relação ao número de estabelecimentos e área ocupada. Os estabelecimentos rurais com dimensões de até 50 hectares, alcançaram o percentual de 81,06% do total existente em 1970. Todavia, estes

estabelecimentos ocupavam apenas 14,19% da área agropecuária do Município. Em oposto encontravam-se os estabelecimentos de grande porte, de 100 a 1000 hectares e os de porte muito grande, com mais de 1000 hectares. Eles, juntos, eram 12,96% do número total de estabelecimentos rurais e, no entanto, ocupavam 81,06% da área rural de Florestópolis. A concentração de terras veio, cada vez mais, acentuando-se como característica do Município. Os estabelecimentos de porte médio, de 50 a 100 hectares, com pequena participação, apresentavam uma certa coerência entre o número de estabelecimentos e a área ocupada, correspondendo a 5,98% e 4,75%, respectivamente.

Os dados censitários de 1975¹⁹, 1980 e 1985 reforçaram o processo de concentração de terras (tabelas 2 e 3). No **Censo Agropecuário de 1980** tivemos a continuação desse processo, ou seja, o distanciamento percentual entre a participação do número de estabelecimentos e participação da área ocupada dos pequenos e médios estabelecimentos. Aconteceu, entretanto, que os grandes estabelecimentos e os de porte muito grande atingiram números até então ainda não constatados. Eles, juntos, representavam 30,52% do total de estabelecimentos e ocupavam 87,98% da área.

Os estabelecimentos de porte médio tiveram um pequeno decréscimo, isto é, eles participavam, em 1975, com 8,03% da área ocupada, passando para 6,66%, cinco anos após. Podemos citar alguns fatores que provavelmente podem ter contribuído para este fenômeno, dentre os quais, o

¹⁹ A partir de 1975 os Censos Agropecuários do IBGE passam a ser realizados a cada cinco anos.

parcelamento por herança e/ou a necessidade de vender um pedaço terra.

Conjugando os dados da estrutura fundiária com os dados da população, podemos observar que entre 1970 e 1980 a população rural diminuiu drasticamente (tabela 1). A população urbana passou a representar maioria no Município, alcançando 52% do total de habitantes. Tratou-se do êxodo rural, já mencionado anteriormente, aliado às conseqüências do processo de modernização da agricultura.

Os dados do **Censo Agropecuário de 1985** não apresentam grandes alterações na estrutura fundiária de Florestópolis. Cumpre mostrar que, historicamente, os estabelecimentos de até 50 hectares tiveram sua participação em número diminuída sensivelmente. Em 1960 eram 88,33%, 81,06% em 1970, 65,83% em 1975, 54,54% em 1980 e 44,97% em 1985. Superficialmente, isto pode parecer insignificante, mas possivelmente tratou-se de um processo de remembramento de terras, contribuindo, ainda mais, para a concentração destas. Em números absolutos podemos verificar que os estabelecimentos de porte muito pequeno (até 10 hectares) e de pequeno porte (10 a 50 hectares) juntos eram, em 1960, 614 e ocupam 7100 hectares²⁰. Em 1970 estes eram 244 estabelecimentos e ocupavam 3521 hectares. Em 1980 diminuíram para 84 estabelecimentos e passaram a ocupar 1269 hectares e 1985 eram 67 estabelecimentos e ocupavam 1061 hectares.

²⁰ Como no Censo Agrícola de 1960 constam os dados dos, então, distritos Mirassolva e Prado Ferreira, não utilizaremos estes como parâmetros de análise.

Passaram-se dez anos e alguns aspectos da estrutura fundiária se consolidaram nesse intervalo, principalmente no que diz respeito aos grandes e muito grandes estabelecimentos. Como se observa nas tabelas 2 e 3, os grandes, de 100 a 1000 hectares, embora tenham diminuindo no seu número total de estabelecimentos, isto é, de 49 caíram 46, aumentaram sua participação percentual no número total de estabelecimentos, de 32,89% em 1985 para 41,07%, no **Censo Agropecuário de 1995-1996**.

Pela primeira vez, desde que Florestópolis tornou-se Município, os estabelecimentos com mais 100 hectares somavam 43,75% do total dos estabelecimentos e ocupavam 91,44% da área do Município. Os estabelecimentos com dimensões de até 10 hectares ocupavam apenas 0,25% da área, porém somavam 12,50% do número total de estabelecimentos. O mesmo fenômeno aconteceu com estabelecimentos de 10 a 50 hectares, que eram 33,04% do total dos estabelecimentos, no entanto, ocupavam apenas 4,36% do total da área. GRAZIANO DA SILVA (1982a, p. 55) coloca que nestes casos “... o grande estabelecimento prospera e engole os pequenos à sua volta. Isso se dá basicamente através do aumento da área de exploração das grandes propriedades”.

Todavia, a alteração mais significativa, historicamente, aconteceu nos estabelecimentos de médio porte, ou seja, os de 50 a 100 hectares. Em 1985 eram 19,45% do total e dez anos depois diminuíram para 10,71%, o que representou uma queda de aproximadamente 55% do número total. Desde o Censo Agropecuário de 1975 os estabelecimentos de porte médio sempre

representavam mais de 13%. Além disso, a área ocupada por estes estabelecimentos só foi maior que a registrada no Censo Agrícola de 1960, naquele Censo foi de 3,30% e em 1995-1996 foi de 3,95%. Se observarmos os números absolutos, a situação fica mais problemática ainda, pois pela primeira vez nos Censos os estabelecimentos de 50 a 100 hectares ocupavam uma área inferior a 1500 hectares. Se utilizarmos como base Censo Agropecuário de 1985 constataremos o quanto diminuíram estes estabelecimentos, que de 2067 caíram para 866 hectares, em 1995-1996.

Na configuração desse processo de transformação do espaço agrário de Florestópolis vários aspectos tiveram influência, porém, alguns mais que outros. Diagnosticamos que a substituição de culturas cultivadas no Município evidenciou-se como um dos principais fatores. Exemplo disto foi a cultura da cana-de-açúcar que teve sua área colhida aumentada em praticamente 144%, ou seja, de 2029 de 1985, para 4952 hectares em 1995. Todavia, o que desperta mais a atenção, no que diz respeito à área colhida de cana-de-açúcar, é ela concentrar-se, especialmente, nos grandes estabelecimentos (com mais de 100 hectares). Na realidade dos 4952 hectares colhidos de cana em 1995, 4667 hectares eram procedentes dos estabelecimentos com mais de 100 hectares.

A paisagem da cana (foto 3) vem conquistando, na década de 90, sua predominância no espaço agrário de Florestópolis, pois é a lavoura que tem apresentado maior área colhida, com 4952 hectares (1995-1996). Esta cultura predomina nos grandes estabelecimentos, concentrados em poder de poucos

FOTO 3: CANAVIAL

Fonte: Reinaldo Santos Gabriel
Ano: 1998

Os bóias-frias dizem que em Florestópolis existe um “*mar de cana*”.

proprietários e, em muitos casos, nas “mãos” das empresas agrícolas ou se encontram arrendadas para estas. Esse processo tem reflexos diretos no uso do solo agrícola do Município.

3.3 - USO DA TERRA

As transformações ocorridas no meio rural brasileiro, principalmente na segunda do século XX, através da expansão capitalista nesse espaço, provocaram profundas mudanças no uso da terra, tanto na escala regional como nacional. No caso de Florestópolis isso não foi diferente, ou seja, o Município também sofreu os efeitos dessas mudanças, evidenciadas através da variação na exploração do espaço agrário.

O uso do solo está diretamente relacionado às formas de apropriação e exploração da terra, levando-se em consideração as diferentes tecnologias utilizadas. O solo pode ser explorado com culturas permanentes, culturas temporárias, reflorestamento, pastagens naturais ou plantadas, florestas, horticultura, área de preservação permanente, exploração granjeira ou aquícola, etc. Antes de nos atermos mais especificamente a respeito da utilização da terra em Florestópolis, consideramos oportuno mencionar os tipos de solos encontrados no Município, assim como um breve relato do clima relacionado à cultura da cana-de-açúcar²¹.

²¹ Isso se faz necessário porque esta dissertação tem como temática central os bóias-frias que trabalham no corte da cana-de-açúcar em Florestópolis.

Os tipos de solos²² mais presentes em Florestópolis são os seguintes:

- Latossolo vermelho-escuro álico A: ocorre em topografia suave, sendo facilmente mecanizável. Apresenta baixa fertilidade natural, tornam-se necessárias correções e adubações para elevar o nível de fertilidade.
- Latossolo vermelho-escuro distrófico A: relevo suave ondulado, praticamente plano. Apresenta baixa fertilidade natural. Porém, com correções e adubações mantém um bom nível de fertilidade.
- Podzólico vermelho-amarelo eutrófico: ocorre em relevo suave ondulado, acompanha os canais de drenagem quando estes são pouco encaixados, tem boa fertilidade natural, mas é pouco indicado para agricultura, pois sua textura favorece a erosão. É indicado para o uso de pastagens.
- Podzólico vermelho-amarelo distrófico: ocorre em relevo suave ondulado, apresenta baixa fertilidade natural, além de ser susceptível à erosão. Se utilizado com práticas conservacionistas, dentro de um sistema racional, apresenta boa produtividade.

De forma geral, os solos²³ são aptos à mecanização. Com a adubação e a correção adequada apresentam boa produtividade, constituindo-se, em certa medida, num fator que contribui para a modernização da agricultura.

²² Informações obtidas através do "Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Paraná" realizado pelo Instituto Agrônomo do Paraná.

²³ Os solos predominantes são o Podzólico vermelho-amarelo distrófico e o Latossolo vermelho-escuro distrófico A.

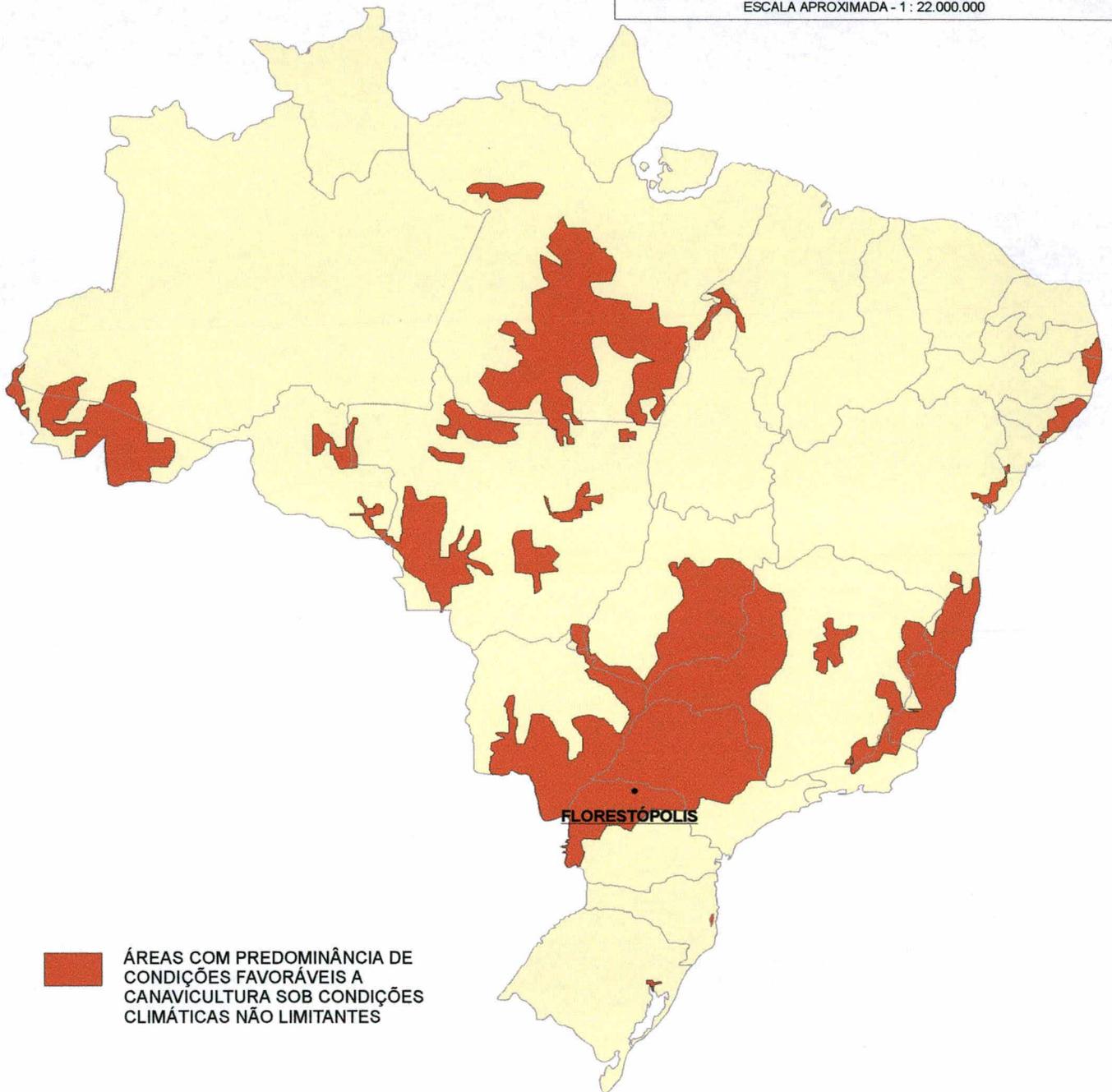
Além do mais, as lavouras temporárias são as que mais tem crescido em Florestópolis e, dentre elas, a cana-de-açúcar é que vem tendo o maior aumento de área colhida.

Nesse sentido, KOFFLER & DONZELI (1987, p. 22-23), esclarecem que *“na prática, a cana-de-açúcar tem se mostrado uma cultura bastante adaptável, sendo cultivada em solos de textura muito variável desde arenosos até muito argilosos e, ainda, em solos com altos teores de matéria orgânica”*. Um solo bom, ou seja, que forneça maior possibilidade para o desenvolvimento da cana, sem a utilização de correções e adubações são, sem dúvida, os preferidos pelos empresários agrícolas, pois estes não precisam dispendir um grande montante recursos financeiros nesses solos. Além disso, como mostra o mapa 3, os solos de Florestópolis são aptos para o cultivo da cana-de-açúcar.

Com relação ao clima, é importante enfatizar que a cana-de-açúcar é uma planta tropical semiperene, sendo seu desenvolvimento influenciado diretamente pelo clima. Se levarmos em consideração o cultivo da cana, cujas exigências diferenciam-se em função do destino pretendido (açúcar, álcool, aguardente ou forragem), perceberemos que o clima não é apenas um componente geográfico, mas sim um elemento que terá desdobramentos no produto final. ALFONSI et al. (1987, p. 42) acentua que *“a cana-de-açúcar sofre influências das condições climáticas em todo o curso do ano, sendo que as culturas destinadas à produção de açúcar são mais exigentes”*.

MAPA 3 : DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS COM SOLOS FAVORÁVEIS A CANAVICULTURA

ESCALA APROXIMADA - 1 : 22.000.000



Fonte: Instituto Agrônomo de São Paulo *apud* KOFFLER & DONZELI, 1987, p. 37
Elaboração: Marcos H. Broietti e Julio C. Winkler

Ainda conforme ALFONSI et al. (1987, p. 43), o Brasil por possuir uma grande dimensão territorial, desenvolve a cultura canavieira nas mais variadas condições climáticas. Sendo, possivelmente, *“o único país do mundo com duas épocas de colheitas anuais: uma no norte-nordeste que se inicia em setembro estendendo-se até abril e outra na região centro-sul que vai de junho a dezembro”*. Florestópolis encaixa-se no segundo caso.

Finalizando as questões referentes ao clima, acentuamos que a cana-de-açúcar, para desenvolver-se economicamente, necessita da aptidão climática. É necessário um período quente, com temperaturas superiores a 18° C e úmido (quantidade de água superior a 850 mm anuais). Como Florestópolis tem uma temperatura média anual de 20° C, sendo nos meses mais quentes superior a 22° C e nos mais frios não muito inferior a 18° C, com tendência da concentração de chuvas nos meses de verão, o Município apresenta condições climáticas favoráveis ao plantio da cultura em apreço (mapa 4).

No que se refere, mais especificamente, à utilização de terras em Florestópolis (1960 a 1995-1996), a tabela 4 nos permite constatar que as culturas permanentes vêm drasticamente diminuindo sua área utilizada. Em 1960 representavam 54,30% da área total de utilização das terras do Município, diminuindo para 39,82% em 1970 e 22,24% em 1980. Contudo, nos cinco anos seguintes a área de lavoura permanente é reduzida em praticamente 50%, isto é, em 1985 ela representava apenas 11,17% do total. Se observarmos os números absolutos da área em hectares isso fica ainda mais evidente. Em 1980 eram 5263

MAPA 4: APTIDÃO CLIMÁTICA PARA A CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR
 ESCALA APROXIMADA - 1 : 22.000.000

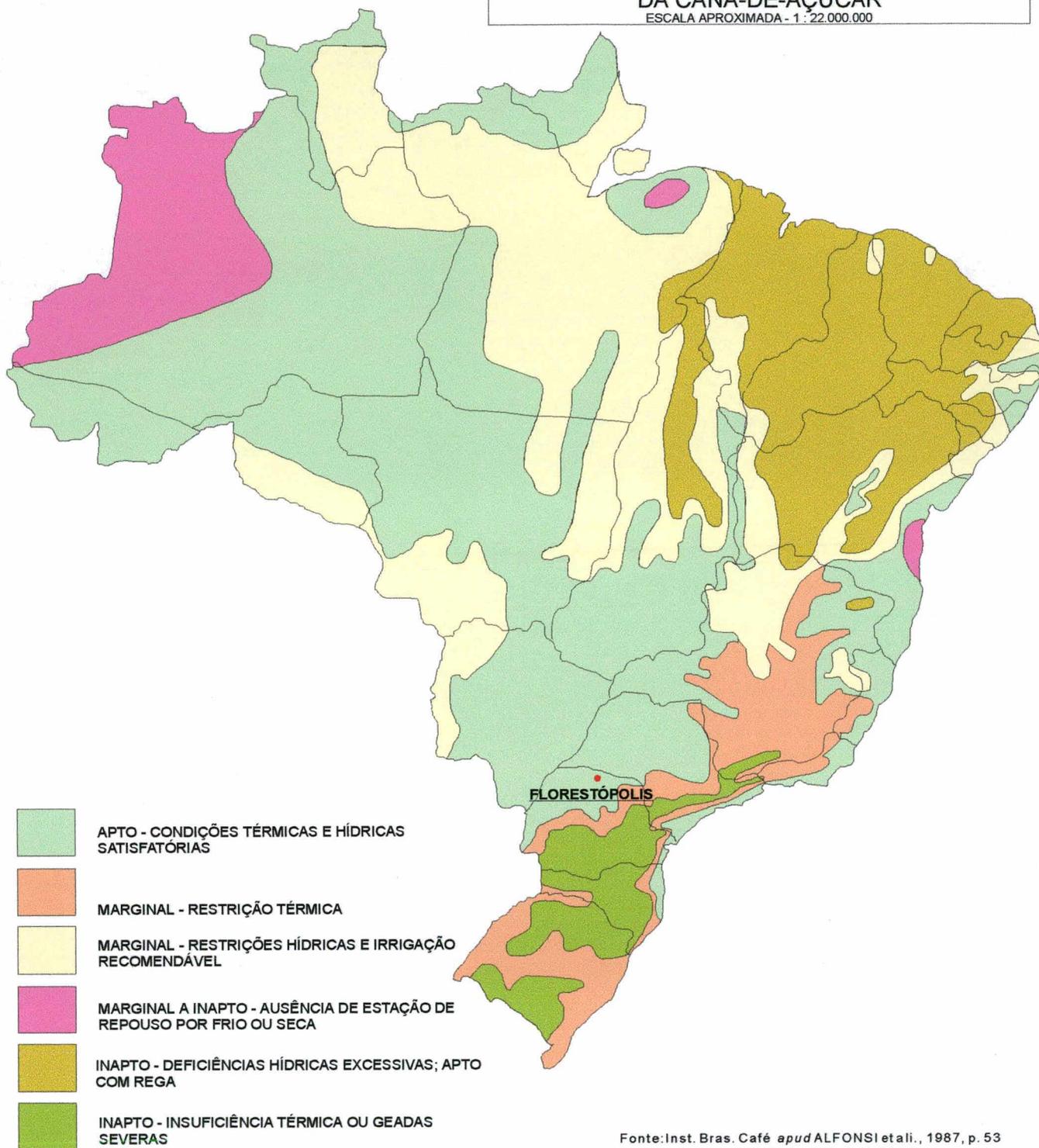


TABELA 4 - Utilização das terras e área (%) ocupada no Município de Florestópolis

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	1960	1970	1975	1980	1985	1995-1996
	área (%)					
Lavouras permanentes	54,30	39,82	32,02	22,24	11,17	4,25
Lavouras temporárias	3,95	14,50	24,97	30,20	39,61	38,23
Lav. em descanso	-	-	0,38	0,41	0,26	5,92
Pastagens naturais	7,19	0,40	0,01	2,09	-	3,89
Pastagens plantadas*	7,30	23,92	22,96	29,02	36,66	32,80
Matas e flor. Naturais	22,89	17,95	11,65	12,01	9,16	10,07
Matas e flor. plantadas	0,78	0,30	0,32	0,74	0,85	0,41
Produtivas não Utilizadas**	2,61	0,45	5,68	0,62	0,08	1,43
Terras improdutivas	0,98	2,66	2,01	2,67	2,21	3
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agrícola (1960)

Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996)

(-) Dados inexistentes

* No Censo Agrícola de 1960 este item consta como pastagens artificiais.

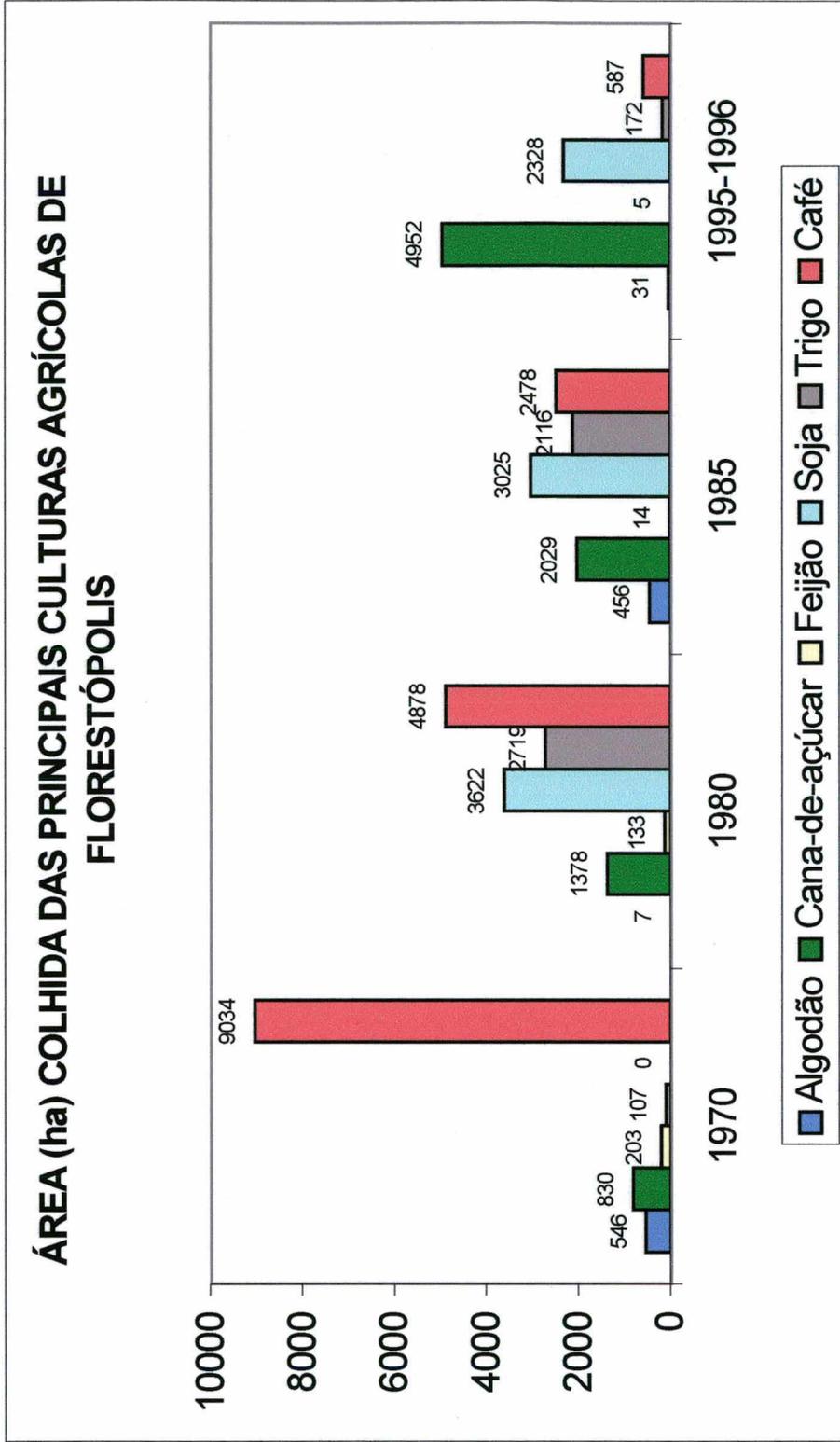
** No Censo Agrícola de 1960 este item consta como terras incultas.

hectares de lavoura permanente e em 1985 eram apenas 2622 hectares. Passados dez anos, o Censo Agropecuário de 1995-1996 denotou que as lavouras permanentes foram apenas 4,25% do total, isto é, 933 hectares. Essa redução da utilização de terras das lavouras permanentes está diretamente relacionada à diminuição da área cultivada com café.

Em contrapartida, temos as lavouras temporárias as quais vêm obtendo um crescimento na utilização das terras. Basta uma breve observação na tabela 4, de utilização de terras, para constatar como é expressivo o aumento da área das lavouras temporárias. Em 1960 elas eram apenas 3,95% do total das terras utilizadas e dez anos depois aumentaram para 14,50%. De 1970 para 1980 as lavouras temporárias aumentaram 98,69%, no que diz respeito à sua área ocupada, passando de 3597 hectares para 7147 hectares. O gráfico 2 mostra que nos próximos cinco anos, ou seja, de 1980 a 1985, ocorreu significativo aumento da área colhida de cana-de-açúcar (de 1378 ha em 1980 aumentou para 2029 ha em 1985) e de milho (de 1119 ha em 1980 aumentou para 2155 ha em 1985) gerando um novo aumento das lavouras temporárias, passando a representar 39,61% da área. Este percentual de participação se manteve praticamente inalterado nos dez anos seguidos, pois o Censo Agropecuário de 1995-1996 mostrou que as lavouras temporárias ocupavam 38,23% das terras de Florestópolis.

Conforme a tabela 4, no total da área agrícola explorada em Florestópolis, além das lavouras temporárias, destacam-se as pastagens

GRÁFICO 2



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1970, 1980, 1985 e 1995-1996)

plantadas. Diferentemente das pastagens naturais as quais tiveram sua área diminuída com o passar do tempo, ou seja, de 7,19% em 1960, caíram para 0,40% em 1970. Em 1975 praticamente deixaram de existir e, em 1980, somavam 2,09%. No Censo Agropecuário de 1985, elas efetivamente não foram mencionadas no Município e, em 1995, representavam 3,89% da área agrícola do Município. Por outro lado, as pastagens plantadas têm se sobressaído no espaço agrário de Florestópolis. Sua área aumentou vertiginosamente nas últimas décadas. Em 1960 representavam 7,30% do total das terras utilizadas, crescendo para 23,92% em 1970 e 29,02% em 1980. No ano de 1985 já eram 36,66%, diminuindo para 32,80% no Censo de 1995-1996. Se somarmos as pastagens naturais e plantadas, em 1995-1996, perceberemos que elas somavam 36,69%, ou seja, mais de um terço de toda área agrícola do Município.

O aumento da área de pastagens em Florestópolis, sobretudo as plantadas, não aconteceu isolada de um contexto, mas sim, como fenômeno que se repete em todo Brasil, com crescimento expressivo da pecuária, a partir da década de 70. Na área em estudo, a pecuária é praticada pelos pequenos, médios e grandes estabelecimentos, tendo duas finalidades: corte e leite. Os dados do Censo Agropecuário de 1995-1996 denotam que, no primeiro caso, havia 13990 cabeças de gado destinadas ao corte, que se concentravam, basicamente, nos grandes estabelecimentos (100 a 1000 hectares). No caso do leite eram 1038 cabeças de gado, concentradas, principalmente, nos pequenos estabelecimentos (até 50 hectares).

Concordamos com SZMRECSÁNYI (1991, p. 79) quando este acentua que para o proprietário de terras que esteja exclusivamente interessado na valorização financeira, a pecuária se constitui num bom negócio,

“... na medida em que lhe permite garantir a posse de grandes superfícies a baixo custo. Uma boiada rala e pouco produtiva, em termos de bezerros, de carne e de leite, sai-lhe mais barata do que um bando de capangas contratados para proteger a propriedade de terras inaproveitadas ou ociosas contra a intrusão dos que desejariam cultivá-las”.

Na mesma direção, GRAZIANO DA SILVA (1978, p. 91) coloca que *“a expansão da pecuária nos últimos anos está bastante vinculada à afirmação do modo capitalista de produção na agricultura”*. Em muitos casos, a pecuária assalaria o pequeno proprietário, na necessidade de mão-de-obra para derrubada da mata, ou mesmo, para o plantio do capim. Depois do rebanho formado existe a figura do “vaqueiro” que cuida do gado. Durante a nossa pesquisa, quando tratamos da expectativa de futuro, um dos informantes mencionou que tinha a expectativa de trabalhar com gado, ou melhor, “tocar o gado”. A tabela 5 apresenta dados sobre o efetivo de bovinos em Florestópolis.

TABELA 5 - Efetivo de bovinos no Município de Florestópolis

ANO	Nº TOTAL DE BOVINOS
1960	6091
1970	6118
1975	9004
1980	12512
1985	15624
1995-1996	15028

Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960
Censos Agropecuários: 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996

A tabela acima mostra como o número de cabeças de bovinos vem aumentando em Florestópolis, sendo que no intervalo entre 1970 e 1980 cresceu 104,51%. Nessa perspectiva, GRAZIANO DA SILVA (1978, p. 92-93) enumera uma série de fatores que justificam a expansão da pecuária de corte no Brasil. Em primeiro lugar, o autor acentua que os investimentos na compra de terras de pastos naturais e no rebanho asseguram a “valorização” do capital investido por si mesmos, especialmente num período inflacionário, caso das décadas de 70 e 80. *“Em outras palavras, o rebanho e as terras passam a ser reservas de valor, a qualquer momento conversíveis em dinheiro pelo proprietário”*. Em segundo lugar, o preço do boi para corte mostrava-se favorável e constante, na década de 70. Em terceiro, o caráter extensivo da pecuária combina

“... *perfeitamente com o absenteísmo do grande proprietário*”. Quarto, e último fator, a pecuária quase não apresenta riscos, além de exigir poucos investimentos.

De fato, o uso do solo em Florestópolis tem um traço marcante. Concomitantemente ao declínio das lavouras permanentes, sobretudo a cafeeira, seguiu-se o incremento da pecuária, além da diversificação e expansão das culturas temporárias, sendo que, a que mais se destacou foi a cana-de-açúcar, apresentando um vínculo direto com indústria.

3.4 - INDUSTRIALIZAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Na década de 70, o processo de industrialização da agricultura²⁴ intensificou-se no Brasil, com a instalação das fábricas de máquinas e insumos agrícolas. A agricultura criou um mercado consumidor para os novos meios de produção instalados no país.

Até a primeira metade do século XX, predominava na agricultura brasileira uma organização primitiva ou tradicional (SCOPINHO, 1995, p. 25), tanto na base técnica como na divisão e organização do trabalho. Isto é, as

²⁴ Quando falamos em industrialização da agricultura, utilizamos o conceito de SZMRECSÁNYI (1991, p. 72), entendendo a mesma como a *“adaptação dos processos produtivos da indústria de transformação aos processos produtivos do setor agropecuário. Fala-se em adaptação em vez de incorporação porque não se trata, no caso do setor agropecuário, de uma simples mecanização dos processos produtivos, da mera substituição do trabalho pelo capital, ou da simples troca de insumos intra-setoriais por insumos extra-setoriais. Não obstante todas as mudanças na tecnologia, nos processos e nas relações de trabalho, as plantas e os animais, bem como os solos de que tanto estes como aqueles ainda dependem, continuam sendo os principais meios de produção do setor agropecuário. Este realmente tende a transformar-se numa indústria por meio do progresso técnico, mas, até onde é possível fazer previsões, ele dificilmente se transformará num ramo industrial como os demais”*.

relações de produção estavam baseadas no trabalho vivo, sendo dependente de uma base técnica frágil, movida sobretudo pela força humana e animal. SCOPINHO (1995, p. 25) coloca que

“os excedentes eram captados e distribuídos em favor da indústria e do comércio interno. Dessa forma, penalizada pelo rebaixamento de preços e transferência de excedentes, a agricultura subordinou-se ao padrão de acumulação urbano-industrial em detrimento do seu próprio desenvolvimento. Obviamente, do ponto de vista da dinâmica da valorização do capital, esse estágio foi necessário para atender às necessidades de suprimentos de matéria-prima e força de trabalho para a indústria em expansão”.

Ressaltamos, ainda, que a industrialização da agricultura promoveu o desenvolvimento das forças produtivas no campo. Isso aconteceu através da transformação da terra, antes, apenas um elemento da natureza, num elemento do capital. O sistema econômico capitalista considera a terra como o principal meio de produção no campo. A terra é utilizada como propriedade capitalista, sendo vista como uma mercadoria. MARTINS (1991, p. 55) chama esta utilização da terra, de terra de negócio, ou melhor, propriedade capitalista. Para o autor, esta propriedade tem como princípio a *“exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, agora possuídos pelo capitalista”.*

Simultaneamente a industrialização da agricultura houve o processo de modernização. O processo de industrialização/modernização da agricultura, segundo GRAZIANO DA SILVA (1982a, p. 46), tornou esse setor parte

integrante de um conjunto maior de atividades e não mais “quase auto-suficiente”. Na realidade, “no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro pós-guerra, a agricultura se converteu gradativamente num setor subordinado à indústria e por ela transformada”.

Novas técnicas de produção foram incorporadas, através da utilização de máquinas como tratores e colheitadeiras. A política implantada visava à modernização do setor agropecuário. Ocorreu, entretanto, um processo denominado de “modernização conservadora”. Segundo ALMEIDA (1990, p. 15) ela se processou através

“de um conjunto de instrumentos que, sem alterar a base fundiária e até mesmo agravando a concentração da posse da terra, passaria a viabilizar a produção em larga escala, de produtos agrícolas modernos para a exportação. Visava, também, a integração do setor agrícola, tanto como consumidor de produtos industriais, quanto como fornecedor de matéria-prima para a agroindústria”.

Para evidenciar o processo de industrialização/modernização pelo qual a agricultura vem passando, nos valem de um dos fatores indicativos, a utilização de tratores no Município de Florestópolis. Utilizaremos o trator para retratar a modernização da agricultura, pois para GRAZIANO NETO (1982, p. 28) ele é

“... talvez o melhor indicador do padrão técnico de uma agricultura, porque tal máquina é que viabiliza a utilização de vários implementos (arados, grades, pulverizadores etc.), além de que a mecanização, de alguma forma, impulsiona ou provoca a utilização de grande parte da tecnologia moderna”.

Constatamos que, com passar do tempo, o número de tratores veio aumentado (tabela 6), passando de 44 em 1960, para 58 em 1970, 94 em 1975, 133 em 1980, 152 em 1985 e diminuindo para 122 em 1995-1996²⁵. Podemos afirmar, de acordo com CORRÊA (1996, p. 127), que “... a partir da década de 70 o setor agrícola brasileiro assumiu uma função importante. Além de produtor de alimentos e matérias-primas também se tornou mercado para as indústrias produtoras de maquinários e insumos agropecuários”. Além disso, conforme SCOPINHO (1995, p. 34), “nos anos 70, a estrutura produtiva do País avançou substancialmente em direção a industrialização”. Esse momento histórico, conhecido como “milagre brasileiro”, trouxe importantes alterações na estrutura industrial, principalmente no que diz respeito aos avanços tecnológicos e à internacionalização da economia. Contudo, ao mesmo tempo acentuou os desequilíbrios sociais, provocados, especialmente, pelo autoritarismo político que minava as tentativas de soluções para os problemas, pois a forma estrutural do processo de industrialização implantada, visava essencialmente possibilitar o lucro às empresas ao se instalarem no país.

No que diz respeito à cultura canavieira (que absorve a mão-de-obra do bóia-fria de Flobrestópolis) SCOPINHO (1995, p. 59) explica

²⁵ Um dos fatores de diminuição do número de tratores de 1985 para 1995 foi devido ao aumento da área colhida de cana-de-açúcar (gráfico 2), pois ela é uma lavoura que depois de plantada pode ser colhida várias vezes consecutivas sem novo replantio, não exigindo, dessa forma, praticamente a utilização de tratores.

TABELA 6 - Número de tratores em Florestópolis

TRATORES	1960*		1970		1975		1980		1985		1995-1996	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Menos de 10 C.V.	7	15,91	8	13,79	1	1,06	-	-	-	-	4	3,28
De 10 a menos de 50 C.V.	26	59,09	23	39,66	24	25,54	34	25,56	27	17,76	23	18,85
De 50 a menos de 100 C.V.	11	25,00	27	46,55	58	61,70	72	54,14	103	67,76	67	54,92
De 100 C.V. e mais	-	-	-	-	11	11,70	27	20,30	22	14,48	28	22,95
TOTAL	44	100,00	58	100,00	94	100,00	133	100,00	152	100,00	122	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agrícola (1960)

Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996)

(-) Dados inexistentes

* O Censo Agrícola de 1960 não pesquisou a utilização de tratores de 100 C.V. e mais. A última categoria de tratores pesquisada foi a de 50 C.V. e mais.

que *“a mecanização dos meios e instrumentos de trabalho têm sido introduzidas de forma gradativa e parcial nas diferentes fases do ciclo produtivo da cana”*. Primeiramente, a mecanização foi introduzida através dos tratores, os quais possibilitaram ampliar a área plantada e, ao mesmo tempo, reduzir o tempo de trabalho na preparação do solo. Por consequência, havia a redução do número de trabalhadores para realizar esta tarefa.

Por isso, vamos detalhar agora, na cultura da cana-de-açúcar, as etapas em que o bóia-fria encontra oferta de serviço. Podemos dividir os ciclos²⁶ da cana em três, sendo eles: plantio, tratos culturais e colheita. No primeiro ciclo, o plantio da cana, existe uma forma combinada entre máquina e homens, ou seja, os colmos maduros são cortados em pedaços, contendo 2 a 3 gemas, também conhecidos como toletes, roletes ou rebolos. Esses pedaços de cana são colocados nas covas pelos bóias-frias, sendo tampadas pelo trator com uma corrente que enche a cova de terra. Este é um momento de absorção do trabalho de alguns bóias-frias. Dissemos alguns, porque, na realidade, são poucos os trabalhadores utilizados para tal serviço que é executado, normalmente, na entressafra do corte da cana-de-açúcar. Em Florestópolis não somam mais de 100 trabalhadores. Além disso, no plantio os bóias-frias não são registrados e o “gato” é quem os agencia, tendo função diferenciada daquela exercida, por ele, no período da safra de cana, conforme trataremos adiante.

²⁶ Nos manuais específicos sobre a cana-de-açúcar o termo utilizado para explicitar as fases crescimento desta são denominados de ciclos.

O segundo ciclo é chamado de tratos culturais. Entende-se, de acordo com CORBINI (1987, p. 33), como tratos culturais o

“... conjunto de práticas agrícolas que têm as seguintes finalidades:

- a) preservar ou restaurar as propriedades físicas e químicas do solo;*
- b) eliminar ou reduzir a concorrência das plantas daninhas infestantes com a cultura;*
- c) conservar os sistemas de controle de erosão;*
- d) controlar pragas ou doenças, eventualmente”.*

No caso da cana, CORBINI (1987, p. 33) coloca que embora ela seja uma cultura praticada em condições bastante variáveis, *“depende de cuidados especiais pós-plantio, no estágio inicial do seu desenvolvimento”*. Nesse momento, logo após o plantio, torna-se necessário controlar o mato e realizar as adubações, hoje predominantemente realizadas por caminhões e máquinas. Implementos específicos são utilizados, possibilitando a incorporação de nutrientes ao solo, além de causar um mínimo de compactação, praticamente não danificando as plantas e, portanto, gerando economia.

Normalmente, a cultura da cana demora de 4 a 5 meses em média para se “fechar”, ou seja, as folhas estarem apresentando um grau crescimento onde o canavial pareça quase homogêneo. Todavia, a partir de 30 dias de plantio, o mato deve ser controlado. Esse controle pode ser feito manualmente através da carpa, de cultivadores de hastes ou discos tracionados por tratores. Existe também a possibilidade do emprego da carpa química através da utilização de herbicidas. Se a técnica utilizada for a última mencionada, ocorre uma diminuição da oferta de emprego na entressafra.

Não detalharemos mais este ciclo, pois nos interessa evidenciar dois aspectos referentes aos tratamentos culturais: o primeiro é que os tratamentos culturais têm, como principal objetivo, garantir futuras produções, isto é, a cana plantada ser cortada em várias outras safras e, segundo, que os bóias-frias, nesse momento específico, encontram ofertas de emprego, especialmente, na carpa da cana. Contudo, na carpa da cana o número de trabalhadores é irrisório, sendo muito parecido ao do plantio, ou seja, em torno de 100 trabalhadores²⁷.

O terceiro ciclo da cana-de-açúcar é a colheita. Sem dúvida alguma é, sobretudo, na colheita da cana que se exige uma quantidade maior de mão-de-obra (foto 4). Esse processo começa, geralmente, com a queima da cana²⁸. O tamanho da área queimada depende de alguns aspectos, segundo SILVA (1996, p. 81) podemos mencionar “*capacidade de moagem e armazenamento da matéria-prima pela indústria, área e estimativa de produção do talhão*”²⁹, *eficiência dos sistemas de corte, carregamento, transporte, localização do talhão e das condições do clima no momento*”.

Após a queima das palhas da cana, que em Florestópolis normalmente é realizada no dia anterior ao corte, há a etapa de trabalho onde, de maneira mais efetiva, existe a presença do bóia-fria. O corte deve ser realizado o

²⁷ A forma de agenciamento é mesma utilizada no plantio da cana.

²⁸ A década de 90 tem acentuado o corte da cana crua, principalmente através de colheitadeiras.

²⁹ O talhão é uma parte subdividida do canavial. O talhão durante o corte da cana-de-açúcar é dividido em eitos, sendo que, cada bóia-fria tem o seu eito de cana pra cortar.

FOTO 4: BÓIAS-FRIAS CORTANDO CANA



Fonte: Reinaldo Santos Gabriel
Ano: 1998

A safra da cana-de-açúcar inicia-se no mês de junho e, normalmente, termina em dezembro. Este é o período do ano em que os bóias-frias têm mais oferta de serviços, pois trabalham no corte da cana.

mais baixo possível, ou seja, na base. Depois de cortada, a cana é colocada em montes, de onde as carregadeiras mecânicas colocam nos caminhões. A seguir é transportada até a Usina Central do Paraná, em Porecatú ou a Destilaria da COFERCATU, localizada em Florestópolis.

De acordo com SILVA (1996, p. 82) *“o trânsito dos caminhões pelo talhão deve ser o mais planejado possível a fim de que os rodados não matem as soqueiras, comprometendo, assim, a longevidade do canavial”*. O corte da cana, em Florestópolis, geralmente, inicia-se em junho e tem o seu término em dezembro. Esse é, portanto, o período em que bóias-frias encontram maior oferta de trabalho. Também trata-se do momento em que eles são registrados como trabalhadores rurais (figura 1), isto é, apenas na safra.

No caso da colheita, o processo de mecanização teve seu início no transporte da cana cortada, através do traslado do canavial até a Usina ou Destilaria em caminhões (foto 5). De acordo com SCOPINHO (1995, p. 60)

“atualmente, são utilizados caminhões gigantesco, que trafegam em diferentes quadros topográficos com máxima economia de combustível, adaptados para carregar cana inteira ou picada, que tracionam dois ou três rebocadores acoplados à cabine (tipo triminhões ou Romeu e Julieta) e com capacidade para transportar até 60 toneladas de cana por viagem”.

FIGURA 1: CONTRATO DE TRABALHO

12 CONTRATO DE TRABALHO	CONTRATO DE TRABALHO 13
Empregador Inscrição 14097000575 - CEI 1407900076-00 FAZENDA SANTA APOLONIA	Empregador
CGC/MF	CGC/MF
Rua ... <u>Água do Tenente</u> Nº	Rua Nº
Município ... <u>Florestópolis</u> Est. <u>Paraná</u>	Município Est.
Esp. do estabelecimento ... <u>Agrícola</u>	Esp. do estabelecimento
Cargo ... <u>Trab. Rural</u>	Cargo
CBO nº ... <u>6.31.50</u>	CBO nº
Data admissão <u>14</u> de <u>Maio</u> de 19 <u>97</u>	Data admissão de de 19
Registro nº <u>1266-7</u> Fls./Ficha	Registro nº Fls./Ficha
Remuneração especificada ... <u>M Tarefa</u>	Remuneração especificada
FAZENDA SANTA APOLONIA Ass. do empregador ou a rogo c/test.	Ass. do empregador ou a rogo c/test.
1º 2º Data saída <u>22</u> de <u>novembro</u> de 19 <u>97</u>	1º 2º Data saída de de 19
<u>FAZENDA SANTA APOLONIA</u> Ass. do empregador ou a rogo c/test.	Ass. do empregador ou a rogo c/test.
1º 2º Com. Dispensa CD Nº	1º 2º Com. Dispensa CD Nº

O bóia-fria é registrado como Trabalhador Rural, tendo sua remuneração especificada por tarefa.

FOTO 5: TRANSPORTE DA CANA

Fonte: AliceYatiyo Asari
Ano: 1997

A carregadeira e o caminhão agilizaram o transporte da cana do canavial até a usina ou destilaria.

Após a mecanização do transporte, ocorreu a mecanização do carregamento, através dos guinchos ou carregadeiras, eliminando a necessidade do trabalho do bóia-fria no carregamento. Contudo, essa mudança fez surgir a figura do “bituqueiro”. Este trabalhador tem a tarefa de recolher os pedaços caídos dos caminhões, bem como aqueles que os guinchos não conseguem pegar ou escapam das garras do mesmo.

Outro sinal da modernização na colheita da cana diz respeito à introdução das colheitadeiras mecânicas para corte da cana, tanto a crua como a queimada. As colheitadeiras de cana chegaram ao Brasil, aproximadamente, em meados da década de 70. Segundo SCOPINHO (1995, p. 60-61) primeiramente foram encontradas inúmeras dificuldades para sua utilização de forma rentável, *“ocorriam elevadas perdas de matéria-prima e os custos financeiros dos investimentos necessários para superá-los eram muito altos”*. Sem falar que a mão-de-obra era extremamente abundante e barata, não motivando os usineiros a empreenderem esforços na direção de viabilizar a mecanização. Na década de 80 os projetos referentes à mecanização do corte da cana foram retomados devido às pressões econômicas e sociais. SCOPINHO (1995, p. 61) acentua que

“por um lado, o Estado, progressivamente, alterou os mecanismos de oferta de subsídios aos usineiros da Região Centro-Sul; ao mesmo tempo, as transformações do mercado impunham a racionalização da produção. Por outro, o custo da mão-de-obra elevou-se, devido às conquistas trabalhistas mínimas adquiridas pelos trabalhadores rurais”.

Assim, gradativamente, o trabalho manual foi sendo substituído pela utilização das máquinas. A divulgação, através de mecanismos como os meios de comunicação e os técnicos rurais, mostravam as vantagens das máquinas. Segundo CASTRO et al. (1979, p.152) a forma com que os agentes modernizantes utilizaram esse processo permitiu a modernização tecnológica tanto na grande como na pequena propriedade vinculada à indústria.

Num período de dez anos, ou seja, de 1970 a 1980, o número de tratores (tabela 6) no Município cresceu 129,31%, e o número de habitantes no campo diminuiu 21,18%. Isso mostra como nada acontece isolado, mas sim de maneira articulada.

Além do número de tratores ter aumentado, com avanço da tecnologia, os tratores também aumentaram sua potência, sua capacidade executar serviços. Observando a tabela 6, constatamos a existência de um crescimento significativo quanto ao número de tratores com 50 C.V., já os com menos de 10 C.V. deixaram de existir no Município, a partir de 1980, só voltando novamente a aparecer nos dados do Censo Agropecuário 1995-1996, onde eram apenas 4, isto é, 3,28% do total de tratores utilizados em Florestópolis.

Em Florestópolis, as culturas que absorvem maior número de bóias-frias são a cana-de-açúcar e o algodão. Ambas culturas, tiveram aperfeiçoamento tecnológico e desenvolvimento genético empreendido durante anos visando às novas variedades. Essas duas culturas já possuem máquinas capazes de realizar sua colheita, substituindo a mão-de-obra do bóia-fria. Mesmo

que o nosso trabalho esteja discutindo, de maneira privilegiada os bóias-frias da cana-de-açúcar, consideramos salutar colocarmos algumas informações referentes ao algodão, pois encontramos vários trabalhadores que no período de entressafra da cana, trabalham na colheita do algodão.

No caso do algodão, à face mais visível da modernização da agricultura são as máquinas (foto 6) utilizadas para realização da colheita desta cultura. Em Florestópolis ainda existem em operação colheitadeiras de um modelo antigo, com aproximadamente trinta anos de uso.

Estas máquinas colhem em duas “linhas”³⁰ simultaneamente. Ao final de um dia chegam a colher cerca de 8 mil quilos de algodão. Num primeiro momento podemos perceber que os proprietários rurais utilizam-se, através do aluguel, de máquinas antigas. Ainda é mais barato o emprego dessas máquinas do que destinar capital em uma máquina mais sofisticada. A utilização da máquina ocorre quando seu uso sai mais barato do que o gasto com a mão-de-obra. Além do mais, a máquina implica numa redução do valor da mão-de-obra do bóia-fria.

Os bóias-frias colhem em torno de 6 ou 7 arrobas de algodão por dia, correspondendo a 90 ou 105 quilos de algodão, respectivamente. Quando o trabalho é executado pelas máquinas de colher algodão, mesmo as de modelo antigo como as que estão sendo usadas em Florestópolis, ocorre a substituição de aproximadamente 80 homens.

³⁰ O algodão é plantado em “linhas”, também popularmente chamadas de “ruas”.

FOTO 6: MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA



Fonte: Reinaldo Santos Gabriel
Ano: 1998

O processo de modernização traz para o campo avanços tecnológicos. Observamos acima uma máquina de colher algodão. É uma máquina de modelo antigo com aproximadamente 3 décadas de utilização e foi alugada da empresa ISAPA de Goiás.

Todavia, no nosso trabalho estamos destacando os bóias-frias que trabalham na cana-de-açúcar, os chamados cortadores de cana. Durante a pesquisa com trabalhadores de Florestópolis não encontramos nenhuma máquina de colher cana, embora as empresas agrícolas que contratam estes trabalhadores já as possuam, ou têm meios para possuí-las. Segundo o relato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Florestópolis, Derval Luiz Zamparoni, **“hoje a máquina tá sendo mais cara que a mão-de-obra do trabalhador. Porque a mão-de-obra do trabalhador tá sendo muito barata. Tá barata demais. O maquinário fica mais caro”**. Por enquanto, ainda é compensador financeiramente para estas empresas continuarem empregando mão-de-obra dos bóias-frias. Sabe-se que quando não for mais interessante economicamente para elas, às máquinas entrarão a “todo vapor” na colheita da cana, implicando, inevitavelmente, nas relações de trabalho.

CAPÍTULO 4

OS BÓIAS-FRIAS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Quando se fala em relações de trabalho no modo de produção capitalista inevitavelmente pensa-se na divisão social do trabalho. A forma de distribuição do trabalho, em diferentes momentos da sociedade, em função da idade, sexo, da divisão do trabalho entre o campo e a cidade, entre o trabalho manual e intelectual, sem dúvida, suscitam discussões.

Mesmo não privilegiando um aprofundamento teórico sobre a divisão social do trabalho em sua dimensão territorial, consideramos que as elucubrações a seguir têm claro como essa categoria é “... capaz de fazer uma mediação entre o desenvolvimento capitalista em geral e o desenvolvimento de um território particular” (BRAGUETO, 1996, p. 13).

GOLDENSTEIN & SEABRA (1982, p. 21) colocam que

“o surgimento do capitalismo, como modo de produção dominante de uma formação econômico-social, pressupõe a existência de formas avançadas de divisão do trabalho e a permanente redefinição das proporções e do significado social e territorial desta divisão”.

MARX (1985, p. 277) detalha a divisão do trabalho em três níveis.

Sendo

“... a separação da produção social em seus grandes gêneros, como agricultura, indústria etc., de divisão do trabalho geral, a diferenciação desses gêneros de produção em espécies e subespécies, de divisão do trabalho em particular, e a divisão do trabalho dentro duma oficina de divisão do trabalho em detalhe”.

A divisão do trabalho na sociedade capitalista apresenta-se numa forma complexa e articulada. Assim, torna-se desafiador discutir a problemática dos trabalhadores bóias-frias, em que a divisão social do trabalho acontece, e se (re)produz, através de um grande contingente de trabalhadores propensos a vender sua força de trabalho num mercado que já não mais absorve sua oferta de mão-de-obra.

Neste quadro, é de extrema importância a inclusão do elemento espacial. GOLDENSTEIN & SEABRA (1982, p. 22) acentuam que *“qualquer processo de trabalho, em suas etapas intelectuais ou na produção strictu sensu, implica na utilização de meios materiais, que têm uma dimensão espacial, o que leva a divisão social e técnica do trabalho a ter uma dimensão territorial”.*

O sistema econômico vigente, na realidade, não se desenvolve de maneira uniforme nas suas diversas facetas. As desigualdades são presentes e constantes no seu desenvolvimento, tendo desdobramentos diretos nos setores e ramos das atividades econômicas, ou seja, não são aplicados os mesmos recursos nas diversas atividades econômicas existentes na sociedade. Diante

disso, tem-se a repercussão direta na forma de organização espacial de uma determinada região, ou mesmo de uma localidade.

Se considerarmos que as relações de trabalho são estabelecidas pelos diversos agentes envolvidos no processo produtivo, sendo elas historicamente cristalizadas, perceberemos que as transformações recentes no campo brasileiro, são acentuadas, sobretudo, a partir da década de 50. A agricultura torna-se mercado consumidor para os maquinários e insumos produzidos pela indústria, provocando desdobramentos no emprego da mão-de-obra rural.

Nesse processo, ocorre uma significativa expansão do trabalho assalariado no campo. Porém, como afirma GNACCARINI (1993, p. 81), isso não gerou melhorias nas condições de vida das massas do campo. *“Pelo contrário, esse aumento significou crescimento do subemprego, na forma de massa numerosíssima de trabalhadores volantes, forma de trabalho clandestino ...”*. Observa-se, portanto, que em áreas de grande produção, de algum produto agrícola, é “normal” a utilização de trabalhadores em atividades de curta duração por empreitada.

O bóia-fria é arregimentado para o trabalho através de um intermediário conhecido como “gato”. Todavia, nos últimos anos, principalmente na década de 90, esta forma de arregimentação tem sofrido transformações muito drásticas. Os “gatos”, segundo GNACCARINI (1993, p. 81-82), são *“... capatazes, misto de agenciadores, transportadores, apontadores de serviços, fiscais,*

pagadores e finalmente chefes de disciplina". De acordo com STEIN (1976, p. 26), num artigo intitulado "Gatos e 'bóias-frias' ", os fazendeiros que têm na sua relação com bóia-fria o "gato" como mediador, colocam que essa forma de contratação dos trabalhadores é *"um mal necessário"*. Além disso, segundo a autora, os fazendeiros *"identificam o gato como o explorador dos trabalhadores, atribuindo à malícia e má-fé do intermediário a miséria dos bóias-frias"*.

O empreiteiro caracterizava-se como o "patrão" do bóia-fria, o que era muito conveniente para os proprietários rurais. Para o "gato" também era uma situação muito cômoda, pois ele possuía uma certa autonomia no processo de trabalho. Ele contratava o bóia-fria, realizava o seu transporte, fiscalizava o trabalho e fazia o pagamento. Neste último aspecto era onde o "gato" aumentava sua remuneração. Como ele tinha, ou em alguns casos ainda têm, autonomia no pagamento para os bóias-frias, ele aproveitava-se³¹ disso e ficava com a diferença do que o fazendeiro pagava para ele e o que era pago para o bóia-fria. Um típico exemplo seria o seguinte: se o dono da propriedade pagava para o empreiteiro R\$ 10,00 por dia de trabalho do bóia-fria, ele pagava R\$ 7,00 para bóia-fria, retirando para si uma participação. Portanto, o "gato" procurava conseguir o maior pagamento possível dos fazendeiros³² e pagava o mínimo possível aos bóias-frias.

³¹ Utilizamos o tempo passado para falar do "gato" (fiscalizava, pagava, controlava, etc.), pois em Florestópolis o "gato" já não executa mais grande parte dessas tarefas. Na pesquisa que realizamos em 1996, verificamos que isto ainda vem ocorrendo em Cambé, que está aproximadamente 80 quilômetros de Florestópolis.

³² Normalmente esse processo se dava com conivência do proprietário de terras.

O “gato” ainda tinha outros artifícios para obter ganhos com o trabalho dos bóias-frias. Como exemplo atrasar o pagamento e não pagar o combinado, pois o trabalhador tinha dificuldades em reclamar, haja vista que ele não tinha como saber quanto o empreiteiro combinou com o dono da propriedade e se ocorreu ou não o pagamento. Cabe colocar, ainda, que “gato” recebe uma determinada quantia pelo transporte dos bóias-frias.

Em Florestópolis o “gato” já não tem mais esta autonomia. Vê-se, atualmente, uma divisão social do trabalho mais definida. Na realidade, o “gato” é apenas o transportador dos bóias-frias. Ele recebe de acordo com a distância que transporta o bóia-fria, isto é, se o talhão a ser cortado está a 5 quilômetros do centro urbano do Município o empreiteiro recebe uma determinada quantia. Se o talhão estiver mais distante, ele recebe um valor maior. O “gato” também recebe uma porcentagem do que é colhido pelos bóias-frias que ele transporta. Aí reside uma especificidade, pois os “gatos” preferem ter na sua turma os “bons de facão”, chamados, popularmente, de “animais”.

Um outro aspecto que despertou nossa atenção refere-se à mão-de-obra. Na dissertação de OLIVEIRA (1989), numa pesquisa realizada entre os anos de 1986 a 1988, o pesquisador estudou os cortadores de cana-de-açúcar do que ele denominou da “região” de Porecatú, que compreende além deste Município, Florestópolis, Alvorada do Sul e Centenário do Sul, ou seja, quatro Municípios próximos. OLIVEIRA (1989, p. 152) constatou durante a pesquisa que estava ocorrendo, naquele momento, uma escassez de mão-de-obra para o corte da cana. Colocando que *“foram comuns entre 1982 e 1986, durante o pique de*

corte, os atrasos e o abandono de 'talhões' de cana mais velha, por falta de cortadores". Observa-se que em plena safra da cana, em muitos momentos, não havia "braços" suficientes para o corte da mesma. Após pouco mais de uma década, a situação mudou muito em Florestópolis. Atualmente há excesso na oferta de mão-de-obra para o corte da cana. A princípio ficamos em dúvida e levantamos algumas hipóteses a esse respeito.

A primeira hipótese era que entre as décadas de 80 e 90 tinha ocorrido um significativo aumento do número de cortadores de cana, o que ocasionaria um excesso de oferta de mão-de-obra. A segunda era que a modernização tinha se acentuado a tal ponto que não havia mais espaço para os bóias-frias na cultura da cana. A terceira hipótese foi a de que a remuneração no corte da cana estava "tão boa" que atraía muitos trabalhadores.

Aprofundando a pesquisa percebemos que na realidade, o que aconteceu, foi uma somatória dessas hipóteses, com algumas ressalvas. O número de cortadores de cana, de fato, aumentou entre as décadas de 80 e 90. Em 1980 a população urbana era de 6316, crescendo para 8545, em 1991. Como não se observa em Florestópolis, além do corte da cana, outra atividade que absorva tantos trabalhadores, este aumento populacional gerou um aumento de cortadores de cana. A modernização de fato se acentuou, com as novas variedades de cana que possibilitam um maior número de cortes, além da introdução da máquina de colher cana³³. Com relação a remuneração, esta é

³³ Florestópolis e os municípios vizinhos apresentam muitos declives nos solos onde a cana é cultivada, impossibilitando que, em muitas fazendas, ela seja colhida com a máquina.

pouco atrativa. A diária³⁴ estava, no ano de 1998, R\$ 5,20 (figura 2) e os cortadores entrevistados recebem em média R\$ 8,00 por dia.

Outra mudança encontrada em Florestópolis refere-se à forma de arregimentação dos trabalhadores. Quando OLIVEIRA (1989) realizou a pesquisa em Porecatú, Florestópolis, Alvorada do Sul e Centenário do Sul ele identificou a presença da chamada “turma firme”. Semelhante ao bóia-fria que GRAZIANO DA SILVA (1980) denominou de bóia-fria permanente. OLIVEIRA (1989) constatou na sua pesquisa que embora estivesse “... *diante de volantes, arregimentados por um gato em turmas e recebendo por dia em função da sua produtividade, existiam algumas turmas que apresentavam características que as diferenciavam das turmas de avulsos*”. Os trabalhadores dessas “turmas”, OLIVEIRA denominou de trabalhadores de “turmas firmes”³⁵.

De acordo com OLIVEIRA (1989), os trabalhadores da “turma firme” tinham concepções e aspirações específicas, além de algumas características que os diferenciavam dos trabalhadores de “turmas de avulsos”. Os trabalhadores da “turma firme”, segundo o autor, tinham resistência em sair do seu município de residência.

Além disso, segundo OLIVEIRA (1989), os trabalhadores da “turma firme” não se consideravam bóias-frias. Os entrevistados na pesquisa do autor colocavam uma distinção entre trabalhadores da “turma firme” e os

³⁴ Entende-se por diária o dia, durante a safra, em que o bóia-fria está no canavial cortando cana e no meio da expediente é impossibilitado de continuar o serviço, normalmente devido as chuvas.

³⁵ Segundo OLIVEIRA (1989, p. 133) a “turma firme” consiste em “... *grupos que trabalham juntos por espaços relativamente prolongados de tempo*”.

FIGURA 2: COMPROVANTE DE CORTE DE CANA

DESTILARIA COFERCATU			
Comprovante de Corte de Cana			
e Controle de Ponto			
No.: 085283 - Data: 03/10/98			

HORARIO DE TRABALHO			
07:00HS AS 16:30HS - SEGUNDAS AS SEXTAS-FEIRAS COM			
INTERVALOS: 01:00H P/ ALMOCO - 00:30MIN P/ CAFE			
07:00HS AS 12:00HS - SABADOS COM			
INTERVALO: 01:00H P/ ALIMENTACAO			

FUNCIONARIO:		NO.	
PROPRIEDADE:		NO.	
COOPERADO :		NO.	
=====			
QUANTID.	UNIT.	TAL OP.	TOTAL
1,000	5,200	000 DIARIA	5,20

FUNCIONARIO:			

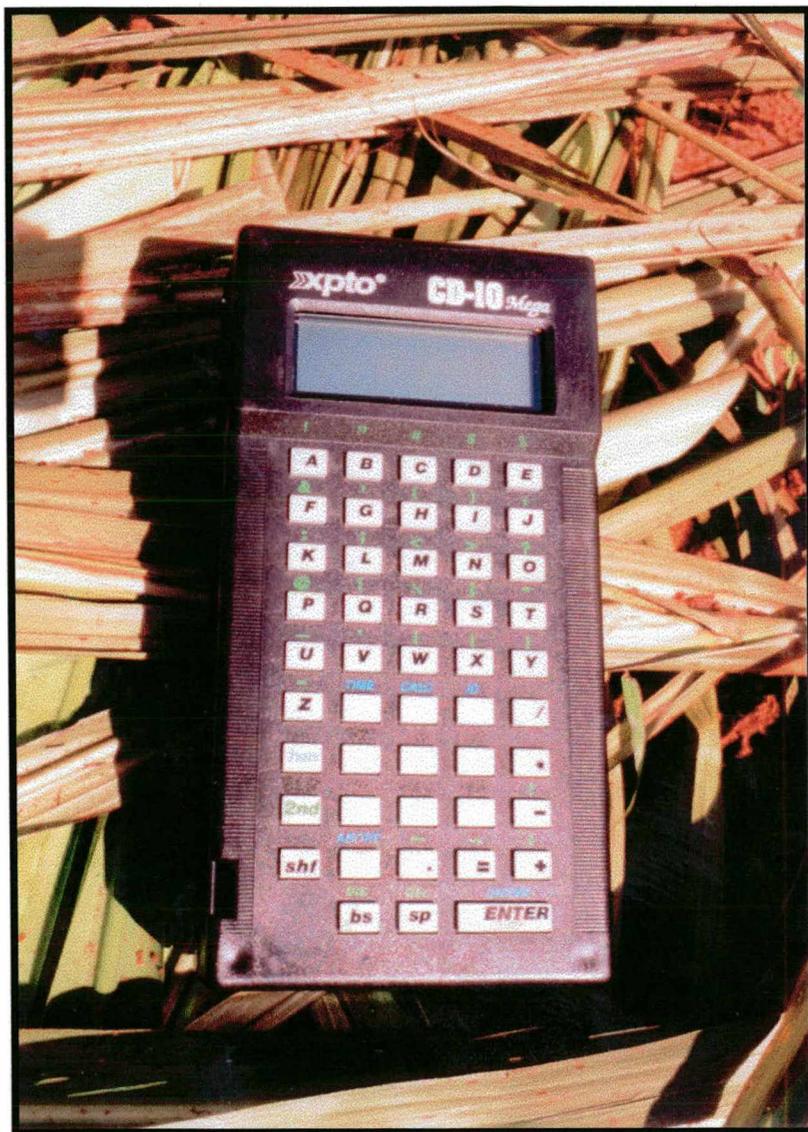
FISCAL:			
=====			

Este é o comprovante que o bóia-fria recebe demonstrando o quanto ele receberá por um dia de trabalho.

bóias-frias. Os trabalhadores da “turma firme” mantinham um vínculo com o mesmo “gato”. Já os “avulsos” podiam mudar de empreiteiro a cada semana. OLIVEIRA (1989) coloca, ainda, que os da “turma firme” se consideravam como “*um cortador de turma*”, “*cortador fixo*”, “*eu corto para empreiteiro*”, “*eu não ando catando empreita (...) vou dormir com serviço certo*”. Já o diarista “*não sabe o dia de amanhã (...) é ele e Cristo*”, ou seja, tinham que sair à procura de empreita, aceitando, muitas vezes, qualquer negócio. Simplificando, os da “turma firme” se consideravam como trabalhadores “com profissão” e os bóias-frias eram considerados como: avulsos, itinerantes, andarilhos, etc.

OLIVEIRA (1989, p. 147-148) salienta que “*os cortadores das ‘turmas-firmes’ praticamente não perdem dias de trabalho durante a safra e, após esta, continuam participando de empreitas numa relação que os aproxima em muito de trabalhadores ‘fixos’ ou permanentes*”. Todavia, encontramos em Florestópolis, durante a nossa pesquisa, um quadro diferente.

Como atualmente o “gato” apenas transporta os trabalhadores e a empresa agrícola é quem realiza o trabalho de fiscalização, o fiscal é contratado diretamente pela empresa, sendo, portanto, um funcionário desta. Ele é quem faz os cálculos de quanto o bóia-fria cortou de cana e quanto ele vai receber por dia. Nesse processo, já se observa reflexos da modernização, embora o corte da cana seja realizado da mesma forma, existe uma espécie “minicomputador” para coletar os dados (foto 7). Este equipamento é utilizado para processar e

FOTO 7: COLETOR DE DADOS

Fonte: Reinaldo Santos Gabriel
Ano: 1998

Além da máquina de colher cana, da empilhadeira e do caminhão a modernização no corte da cana também chegou através do coletor de dados. Ele é utilizado pelo fiscal para armazenar e, posteriormente, quantificar os rendimentos do bóia-fria.

armazenar os dados referentes ao corte da cana do bóia-fria. Além desse fiscal, existem os chamados “fiscais gerais”³⁶, estes perambulam pelo canavial observando o andamento do trabalho e dividindo os talhões.

Essas modificações nas atribuições do “gato” também geraram mudanças na chamada “turma-firme”. Como ele não é mais o patrão, pois quem contrata é a empresa, embora o agenciador ainda tenha alguma influência nesse processo. Como já foi dito, o “gato” tem interesse em ter no seu ônibus os “bons de facão”, os “animais”. Desse modo, ele recolhe as Carteiras de Trabalho desses bóias-frias nos meses próximos a safra (entre abril e maio) e às leva até a empresa sugerindo a contratação desses trabalhadores. Como o “gato” não tem controle de quem será contratado, há casos em que a carteira “espirra”, ou seja, determinados trabalhadores não são aceitos para trabalhar por algum motivo.

Percebemos durante a realização do nosso trabalho que a “turma-firme” não existe mais tão nitidamente como encontrou OLIVEIRA (1989) em sua pesquisa. Especialmente, porque antes, nas décadas de 70 e 80, na entressafra os trabalhadores das “turmas-firmes” continuavam vinculados ao “gato” (sempre existia algum tipo de trabalho para ser executado) e, atualmente, isso já não acontece mais com tanta freqüência.

³⁶ O fiscal geral também é contratado pela empresa agrícola, ele é o chefe dos fiscais que coletam os dados. No canavial, vários fiscais atuam conjuntamente.

No que se refere à manutenção da oferta de serviços para os trabalhadores na entressafra do corte da cana-de-açúcar, encontramos alguns empreiteiros agenciadores de um número reduzido de bóias-frias para determinadas atividades. Essas atividades correspondem ao plantio da cana, a colheita de algodão ou a carpa de alguma cultura, como o café. Nesses casos, o “gato”, de fato, tenta empregar os seus “melhores facões”, para no período da safra de cana-de-açúcar eles estejam na sua “turma”. Contudo, ainda encontramos casos raros de trabalhadores que são mantidos pelas próprias empresas para atividades variadas na roça, durante todo ano.

Para nossa surpresa, foi comum durante a pesquisa, ouvirmos uma espécie de saudosismo dos bóias-frias sobre a oferta de trabalho. Segundo eles, antes havia muita oferta de trabalho e agora **“a bóia-fria fracassou”**. Assim, surgiu uma indagação sobre o tempo mencionado como antes, quando existia oferta abundante de empregos. Na realidade, o antes citado não é tão distante. Refere-se à década de 80, quando os “facões” ali existentes não eram suficientes para atender a demanda do corte da cana-de-açúcar.

Como o nosso trabalho trata dos cortadores de cana de Florestópolis, a nossa pesquisa contemplou cortadores da Usina Central do Paraná (UCP), situada no Município de Porecatú, da Cooperativa de Cafeicultores de Porecatú (COFERCATU), que possui sua destilaria em Florestópolis e da Cooperativa Agropecuária Rolândia LTDA (COROL), esta, por sua vez, possui sua destilaria em Rolândia. Este esclarecimento, faz-se necessário porque

acreditávamos que iríamos encontrar diferenças entre essas empresas contratantes do serviço dos bóias-frias.

No início do trabalho de campo pensávamos que as cooperativas diferenciavam-se da Usina Central do Paraná (UCP) quanto ao relacionamento com o bóia-fria. A cooperativa, segundo D'ASSUMPÇÃO (1996, p. 60), é uma *“organização societária constituída por várias pessoas, visando a melhoria das condições econômicas e sociais dos seus associados, caracterizando-se como sociedade de pessoas e não de capitais”*. Assim, esperávamos que o tratamento das cooperativas com bóias-frias fosse diferente da UCP, por não serem propriamente empresas capitalistas. Contudo, durante as entrevistas com bóias-frias percebemos que as diferenças praticamente não existem, ou são mínimas. Ao iniciarmos a pesquisa, uma de nossas preocupações era de diferenciarmos as formas de exploração existente entre essas empresas.

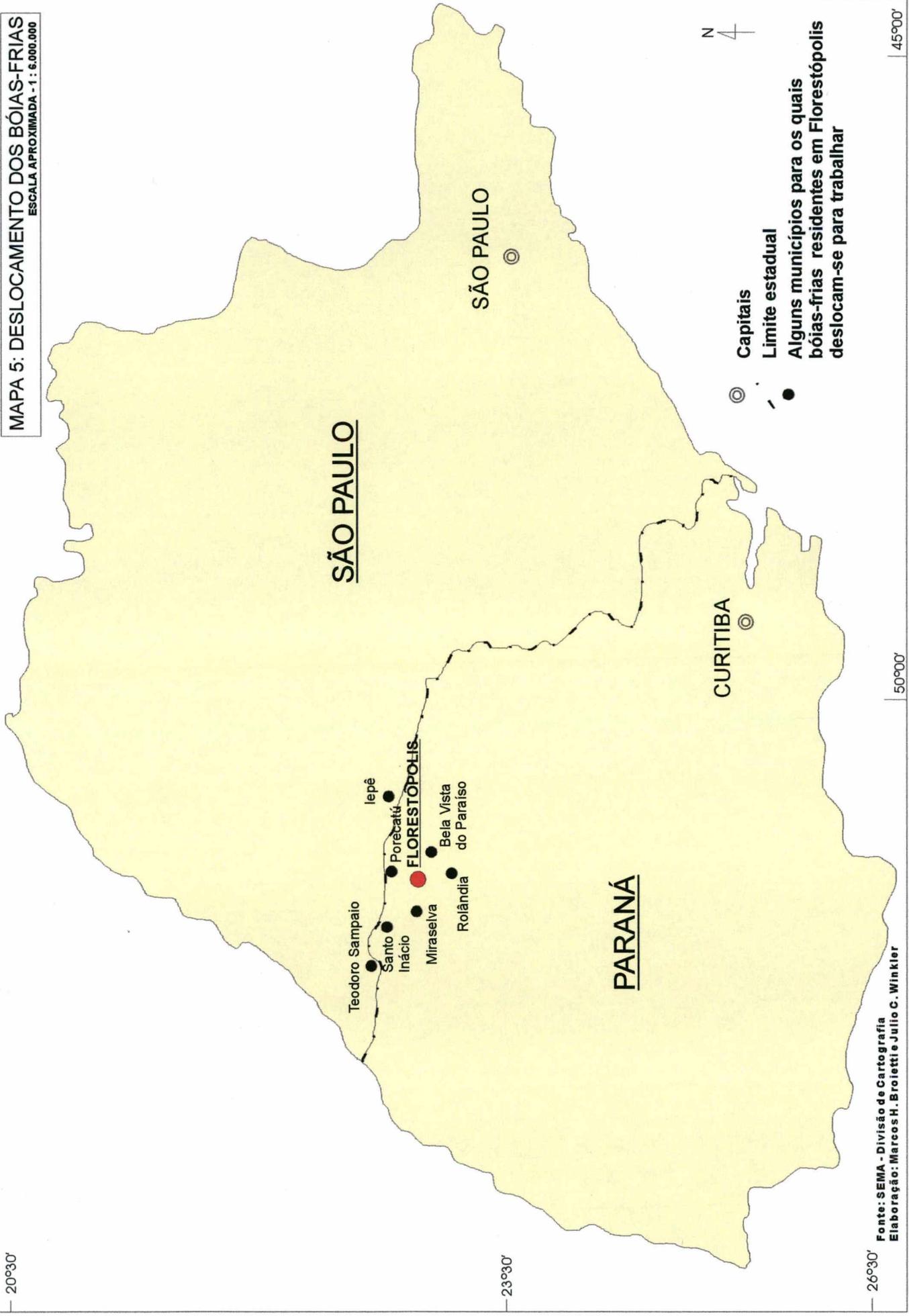
Ademais, verificamos a existência de uma espécie de cartel, na informalidade, entre a UCP e a COFERCATU, no que se refere à contratação dos bóias-frias, possibilitando a elas um maior controle sobre os trabalhadores. Exemplos da existência dessa forma de organização são os trabalhadores que por algum motivo apresentaram manifestação de reivindicação de salário, desentendimento com fiscais ou ingressaram com ação judicial contra a empregadora, eles não são contratados por nenhuma das empresas. Os trabalhadores até mandam a carteira para empresas e, muitas vezes, o “gato” tenta fazer a intermediação. Entretanto, quando a carteira “espirra”, eles não são aceitos para o trabalho.

Na ocorrência destes casos, a alternativa para os bóias-frias é a de procurar serviço em outras empresas, como é o caso da COROL que fica no Município de Rolândia, aproximadamente 50 quilômetros de Florestópolis. Outra é a de migrar, temporariamente, para outros municípios ou até mesmo estados. Todavia, salienta-se que, de acordo com MARTINS (1988, p. 45),

“migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos – diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca”.

Entre os bóias-frias entrevistados todos já saíram de Florestópolis para trabalhar em outros municípios (mapa 5). De forma geral, eles foram para municípios próximos a Florestópolis, tais como: Porecatú, Centenário do Sul, Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso e Rolândia, todos esses municípios paranaenses. É comum também eles irem para municípios de São Paulo, localizados na divisa com o Paraná, como Iepê e Teodoro Sampaio. Nesses municípios, concentram-se as terras da UCP e dos cooperados da COFERCATU. Trabalhando nesses municípios, os bóias-frias retornam a Florestópolis diariamente.

MAPA 5: DESLOCAMENTO DOS BÓIAS-FRIAS
ESCALA APROXIMADA - 1 : 6.000.000



Capitais
 Limite estadual
 Alguns municípios para os quais bóias-frias residentes em Florestópolis deslocam-se para trabalhar

20°30'

23°30'

26°30'

50°00'

45°00'

Fonte: SEMA - Divisão de Cartografia
 Elaboração: Marcos H. Broietti e Julio C. Winkler

Quando questionávamos os bóias-frias sobre a migração que realizavam, observamos o quanto ela era demasiadamente desgastante. Assim, consideramos oportuno descrevermos o relato de uma bóia-fria de vinte e um anos, trabalhadora nesta atividade desde os seis anos de idade, ou seja, há quinze anos. Ela nos fala da viagem diária de Florestópolis até Teodoro Sampaio-SP, distante aproximadamente 160 quilômetros da primeira: **“... eu saia daqui 6 horas, né. Chegava lá 9 horas e vinha de lá pra cá, saia de lá 5 horas e chegava aqui 8 horas da noite”**. Como esta rotina se repete diariamente, o bóia-fria não tem tempo e nem condições físicas para realizar qualquer outra atividade. Ela acentua que **“... só sobra tempo pra preparar a bóia pro dia seguinte”**.

Outro aspecto, por nós vivenciado, diz respeito ao controle realizado sobre os bóias-frias. Percebemos, sobretudo, entre os trabalhadores da UCP um certo receio em conceder as entrevistas, ou mesmo, de iniciar um bate-papo informal. Em geral, como as entrevistas foram feitas nas casas dos trabalhadores, eles indagavam **“pra que serve isso?”**. Um deles nos despertou a atenção. Quando realizávamos uma entrevista com ele, um bóia-fria, cortador de cana da UCP, passava um funcionário da empresa, no momento em que o bóia-fria viu o funcionário da UCP, sua expressão facial se alterou. O funcionário parou e escutou a conversa e, posteriormente, nos questionou do que se tratava. Este funcionário ficou até o final da entrevista e observou os locais para onde nos dirigíamos. O exemplo serve para mostrar que, mesmo não existindo um controle formal e rígido, existe um certo controle territorial das empresas, extrapolando os

limites do canavial. Como os bóias-frias necessitam do trabalho do corte da cana, é natural que tenham receio em perder seu emprego, pois ele constitui sua principal fonte de renda.

4.1 - O PAGAMENTO DO BÓIA-FRIA

O salário do bóia-fria pode ser por empreita, tarefa ou produção.

SILVA (1996, p. 90-91) coloca que

“estas três denominações vinculam-se à natureza do trabalho. Na realidade, elas são uma única coisa, ou seja, referem-se ao salário por peças. Trata-se de uma forma de salário mais vantajosa ao capitalista uma vez que a intensidade do trabalho não depende dos investimentos em capital constante, mas do próprio trabalhador”.

Uma das conseqüências dessa forma de trabalho é a “concorrência” que se estabelece entre os bóias-frias. Isto porque a habilidade, a força, a energia e a experiência individual provocam diferenças nos rendimentos dos trabalhadores.

Aos poucos, com passar do tempo, criam-se representações e imagens, ou mesmo, características para os que mais cortam e os que menos cortam cana. Denominações como “bom”, “mau”, “vagabundo”, são comuns de serem ouvidas no canavial. Sempre estes termos têm como parâmetros os objetivos das empresas, ou seja, o “bom” é porque corta muita cana e gera maior

lucratividade para empresa, o “mau” porque comparado com “bom”, não corta “muita” cana e não possibilita tanto lucro para empresa quanto o outro.

Para isto existem denominações específicas. Os que mais cortam cana são chamados de “bons facão”, ou de “animais”. Por outro lado, os que cortam pouca cana, recebem o pseudônimo de “facão de borracha”.

Existem no “eito”³⁷ algumas expressões, utilizadas pelos bóias-frias, que evidenciam uma linguagem própria, para algumas situações corriqueiras. Por exemplo, aquele bóia-fria que leva água quente³⁸ para canavial é chamado de “pela porco”. O bóia-fria que no meio do dia, durante o trabalho vai embora a pé do canavial é aquele que “engole o negão” (negão é o asfalto). Além dessas, existem várias outras formas de expressão utilizadas pelos trabalhadores, evidenciando a existência de figuras no imaginário dos bóias-frias.

As figuras são criadas e recriadas, segundo SILVA (1996, p. 91), no bojo das diferenças individuais, sendo “... *reproduzidas pelas práticas sociais que envolvem também as representações nascidas entre os próprios trabalhadores e os responsáveis pelo controle do processo de trabalho*”. Tal processo acontece em Florestópolis, pois os “gatos”, fiscais, pessoal do escritório das empresas e como o Município possui um grande contingente de bóias-frias, no próprio cotidiano dos moradores, todos sabem “quem é o que” no corte da cana. A autora coloca ainda que isso “*trata-se de práticas mscadoras da*

³⁷ De acordo com D'ASSUMPÇÃO (1996, p. 83) o eito “... tem sentido de tarefa”. No caso do corte da cana-de-açúcar o eito é à parte do talhão onde o bóia-fria deve cortar a cana.

³⁸ Quando o bóia-fria leva a água num recipiente não apropriado para manter a mesma em baixa temperatura a água esquentada e outros bóias-frias o chamam de “pela porco”.

exploração do trabalho, na medida em que o salário de cada um vai depender de si mesmo”.

Em nossa pesquisa percebemos isso claramente. Em uma das visitas ao canavial pedimos para um dos fiscais gerais a autorização para conversar com os bóias-frias e ele espontaneamente nos mostrou um “bom” bóia-fria, um “bom de facão” que chega a receber R\$ 20,00 por dia. Além disso, as empresas criam uma espécie de trabalhador “vitrine”, isto é, os trabalhadores que mais cortam cana (foto 8), recebem prêmios das empresas, geralmente, cestas com alimentos. Isto serve para estimular a concorrência, para ver quem corta mais cana. Os cortadores de cana ficam sabendo do resultado e quem é o mais “animal”. Existe uma divisão de gênero nesta espécie de disputa. Para estimular as mulheres (foto 9), elas concorrem separadamente, existindo, portanto, “os melhores” e “as melhores” cortadores(as) de cana. Isso serve também como uma discriminação entre eles, pois os que cortam mais incorporam a denominação de “o bom cortador”.

Os bóias-frias trabalham no sistema de metro de 5 ruas³⁹. Há rumores entre os trabalhadores que o sistema passará de 5 para 7 ruas, como já acontece em vários locais no Brasil. No Estado de São Paulo, o corte em 7 ruas já é comum. Tal mudança vai implicar, sem dúvida alguma, num aumento da produtividade do trabalho, gerando mais lucro para empresa capitalista.

³⁹ No sistema de 5 ruas, o cortador é responsável, ao mesmo tempo, por 5 ruas de cana, isto quer dizer que se cortar 200 metros por ruas dará um total de 1000 metros. Pois, os 200 metros cortados são multiplicados por 5, que é o número de ruas.

FOTO 8: O BÓIA-FRIA CORTANDO CANA



Fonte: Reinaldo Santos Gabriel
Ano: 1998

O bóia-fria no corte de cana tem uma rotina extremamente desgastante. Na foto acima temos um trabalhador labutando em seu eito.

FOTO 9: A BÓIA-FRIA CORTANDO CANA



Fonte: Reinaldo Santos Gabriel
Ano: 1998

As mulheres são presença comum no canavial, a maioria delas necessita da remuneração obtida através do corte da cana, sendo por vezes a única renda da casa.

Ainda sobre a questão da remuneração do bóia-fria, consideramos que as ferramentas merecem um comentário. MARX (1985, p. 270) nos coloca que *“a produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade do trabalhador mas também da perfeição de suas ferramentas”*. Talvez a ferramenta capaz de expressar o trabalho do bóia-fria no corte da cana seja o facão (foto 10).

Além de ser a principal ferramenta de trabalho, o facão é um dos “símbolos” dos cortadores de cana. Ao amolar o facão, ele realiza uma espécie de ritual, repetido várias vezes durante o dia. Tal procedimento é necessário para que o rendimento do bóia-fria não sofra prejuízos devido ao facão não estar amolado e, assim, possa cortar mais e mais metros de cana.

Atualmente, o fiscal é quem mede a quantidade de cana cortada pelo bóia-fria, a cada dia. O fiscal é contratado diretamente pela empresa. Para realizar tal tarefa, ele utiliza-se do compasso⁴⁰. O preço sofre variações, dependendo da cana. A cana mais fina, portanto, mais fácil de ser cortada, chamada de “casseteira” tem seu preço mais baixo. Encontramos bóias-frias que chegam a cortar 3 mil metros de cana “casseteira” por dia. Contudo, como o preço do metro dessa cana é mais barato, isso não quer dizer que cortando mais metros de cana ele vai ganhar mais. Assim, uma cana mais grossa, enrolada, difícil de ser cortada, denominada de “pé-de-rolô”, recebe um outro preço. Desta maneira, a empresa consegue manter/controlar o ganho dos trabalhadores.

⁴⁰ O compasso tem 1 metro. Portanto, quando o fiscal vai medir o quanto o bóia-fria cortou de cana, se der 100 compassos foram 100 metros. Como os bóias-frias trabalham em 5 ruas, multiplica-se por 5, ou seja, 500 metros cortados.

FOTO 10: FACÃO

Fonte: Reinaldo Santos Gabriel
Ano: 1998

O facão é a principal ferramenta de trabalho utilizada pelo bóia-fria no corte da cana-de-açúcar.

A cana-de-açúcar, antes de ser cortada, é queimada⁴¹. Na maioria das vezes isso acontece no dia anterior ao corte. A queima evita surpresas desagradáveis para os bóias-frias, como presença de cobras, outros animais e insetos capazes de “atacar” os trabalhadores. Com a queima, há possibilidade de ocorrer um aumento da produtividade dos trabalhadores, pois estes não têm que se preocupar, entre outras coisas, em tirar as folhas da cana, nem perder tempo na carpa desta. Já existem experiências com variedades de cana que não necessitam das queimadas para corte, não abaixando a produtividade do cortador de cana. Porém, se for efetivado realmente o corte sem queima, torna-se necessário proteção para o que bóia-fria não se exponha demasiadamente no canavial.

⁴¹ Os bóias-frias nos relataram que já realizaram experiências de cortar a cana-de-açúcar sem ela ser queimada. Há rumores, entre os trabalhadores, que isso nos próximos anos se tornará uma prática comum.

CAPÍTULO 5

OS BÓIAS-FRIAS DE FLORESTÓPOLIS

Com o objetivo de obter uma análise mais aprofundada da realidade dos bóias-frias de Florestópolis, foram realizadas algumas entrevistas com estes trabalhadores (processo já foi detalhado quando discutimos a metodologia desta dissertação). Através dos resultados das entrevistas tivemos a oportunidade de perceber melhor a situação dos trabalhadores do Município. Tais entrevistas também possibilitaram conhecer particularidades do passado dos bóias-frias. Passado, que segundo MARTINS (1994, p. 11), *“... se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno, fazendo da sociedade brasileira uma sociedade em que essa peculiaridade pesa mais do que à primeira vista se vê”*.

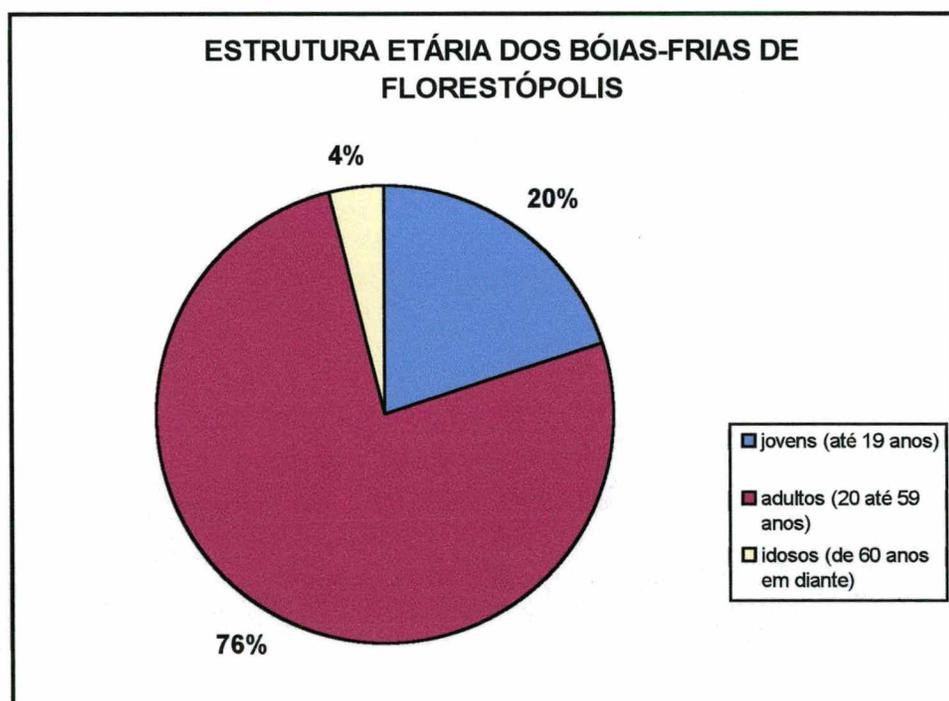
Quando realizávamos as entrevistas entre os trabalhadores estavam sempre presentes aspectos do passado. Ao mesmo tempo demonstravam uma certa desconfiança, ou mesmo, desilusão do presente, principalmente devido sua situação econômica. Na caracterização que realizamos, tivemos a preocupação de sermos o mais fiel possível, com o que observamos durante a pesquisa. Começamos pela estrutura etária dos bóias-frias existentes no

Município. Pode-se dividir etariamente a população de várias formas, sendo que, no nosso caso dividimos em três faixas:

- jovens (até 19 anos);
- adultos (de 20 até 59 anos);
- idosos (de 60 anos em diante).

Seguindo estes parâmetros, os trabalhadores entrevistados para realização deste trabalho estão assim distribuídos conforme gráfico 3.

GRÁFICO 3



Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (1998)

Observando o gráfico 3, constatamos que a maioria dos trabalhadores entrevistados são adultos, ou seja, estão na faixa etária de vinte até cinquenta e nove anos e representaram 76% da amostra. Já os jovens, com menos de dezenove anos, representaram 20% e os com sessenta anos ou mais, isto é, os idosos apenas 4%. Verifica-se, portanto, a predominância dos bóias-frias da faixa etária adulto, ou seja, pessoas que diretamente contribuem financeiramente para chamada manutenção da família, ou popularmente “manter a casa”. Uma das perguntas que fizemos aos entrevistados referia-se ao valor ganho por dia. Muitos tiveram dificuldades em responder esta pergunta, pois eles recebem mensalmente, conforme demonstrativo em pagamento, o holerite (figura 3), que discrimina quanto cada bóia-fria recebe por dia.

Como já salientamos, os bóias-frias da cana recebem pela quantidade de cana que cortam. Assim, existem diferenças entre os ganhos dos trabalhadores. Exemplo disso, foi encontrarmos bóias-frias com ganhos de R\$ 4,00 por dia e outros chegando a receber R\$ 20,00.

A respeito do tempo em que estes trabalhadores entrevistados atuam como bóias-frias, montamos a tabela 7.

FIGURA 3: DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

Código		Nome do Funcionário	CBO	Emp. Local	Depto.	Sector	Seção	Fl.
FAZENDA SANTA APOLONIA		Demonstrativo de Pagamento de Salário						
AGUA DO TENENTE		CHAPA:						
00140790007680		Julho/1997						
FUNCAO: 0223 TRABALHADOR RURAL		FAZENDA SANTA APOLON						
Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos		Descontos			
113	D S R	0.00	27,99					
151	BONIFICACAO	0.00	32,16					
179	TAREFEIROS/FAZENDAS	0.00	142,74					
200	ADC.IMTEMPERIES	0.00	1,00					
401	I.N.S.S.	0.00			15,94			
408	SINDICATOS/MENSALID.	0.00			5,40			
417	ASSOC.ESP.CENTRAL PR	0.00			0,01			
458	DESCONTOS DIVERSOS	0.00			3,00			
N133N			Total de Vencimentos		Total de Descontos			
			203,89		24,35			
			Valor Líquido		179,54			
Salário-Base		Sol. Contrib. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Calc. IRRF	Pag. a Receber		
0,54		203,89	203,89	16,31	187,95			

Demonstrativo de pagamento de salário dos bóias-frias.

TABELA 7 - Tempo de atividade como bóia-fria

Tempo de atividade	Número de bóias-frias	%
Menos de 1 ano	6	12
De 1 a menos de 5 anos	8	16
De 5 a menos de 10 anos	14	28
Mais de 10 anos	22	44
TOTAL	50	100

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (1998)

Estes dados denotam que a maioria dos informantes trabalha, como bóia-fria (foto 11), há mais de cinco anos, isto é, 72% dos entrevistados. Tal ocupação é uma das únicas opções de trabalho para os mesmos. Por isso, pode-se dizer que a estrutura ocupacional da cidade é ineficaz não absorvendo a totalidade da oferta de trabalho existente (D'INCAO 1979, p. 96-97).

Como esta dissertação estuda os bóias-frias que trabalham no corte da cana e, muitos destes, não necessariamente têm essa cultura como a de sua preferência para trabalhar, procuramos descobrir qual a cultura que estes trabalhadores preferem trabalhar.

FOTO 11: O BÓIA-FRIA



Fonte: Reinaldo Santos Gabriel
Ano: 1998

A pesquisa demonstrou que grande parte dos bóias-frias trabalham nesta atividade durante muitos anos. Dos entrevistados, 72% estão na labuta há mais de 5 anos.

TABELA 8 - Cultura que os bóias-frias preferem trabalhar

Cultura	Número de bóias-frias	%
Cana-de-açúcar	11	22
Algodão	1	2
Uva	1	2
Milho	1	2
Não tem preferência	36	72
TOTAL	50	100

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (1998)

A tabela 8 mostra que 22% dos entrevistados preferem algum trabalho relacionado à cana-de-açúcar, sendo ela a cultura mais lembrada. Culturas como o algodão, o milho e a uva foram pouco mencionados. Todavia, o que mais despertou nossa atenção foi a grande maioria dos entrevistados não terem preferência por alguma cultura em especial. Pelo contrário, eles responderam que trabalham em qualquer cultura. Um dos entrevistados sintetizou bem a disponibilidade do bóia-fria em trabalhar não importando a cultura. Quando perguntamos qual era atividade de sua preferência para trabalhar, sem titubear ele nos disse: **“o que pintar”**. De acordo com D’INCAO (1979, p. 88), a disponibilidade do bóia-fria em continuar trabalhando nesta atividade

“... está diretamente ligada à necessidade de trabalhar para sobreviver. Como tal, é característica de todo e qualquer trabalhador assalariado. (...) Resta ao assalariado, para poder continuar reproduzindo sua força de trabalho, utilizar o tempo durante o qual estes meios asseguram a sua existência, para produzir novos meios de subsistência, que venham substituir aqueles que são consumidos. Resta-lhe, portanto, continuar trabalhando”.

Mas como a cultura que absorve maior quantidade de bóias-frias em Florestópolis é da cana-de-açúcar, com sua safra, geralmente, realizada no período de junho a dezembro, indagamos aos trabalhadores sobre sua atividade na entressafra. Um dos entrevistados nos disse seguinte: ***“a gente empurra a vida com a barriga, né. Porque a gente é assim, você tem serviço hoje, você trabalha hoje, amanhã já não tem. É uma vez por semana. Você ganha ali seus 10 real, você vai no mercado, você compra um pacote de arroz, o dinheiro vai embora. Aí na outra semana trabalha, se compra o feijão e assim vai tocando”***. Um outro bóia-fria nos relatou o seguinte: ***“... trabaia dois dias pra fora, come alguma mandioca por aí, se virando assim. Luz e água tá três mês, quatro mês que não tem jeito de pagar”***. Perguntamos a mesma coisa a um terceiro e ele nos respondeu: ***“... a gente vai levando aí, quando tem um serviço a gente trabaia (...) O dia que tem serviço trabaia o dia que não tem fica parado”***. Como este trabalhador já estava labutando como bóia-fria há nove anos, tivemos a curiosidade de saber se ele tinha conseguido juntar algum dinheiro, trabalhando como bóia-fria. Sua resposta foi a seguinte: ***“de maneira***

nenhuma. O que fazia é pra ir mantendo as coisinha de casa. É como eu tô falando, um dia gente trabaia ou outro dia já não trabaia. Quer dizer que é desse jeito né". Pra um outro questionamos a mesma coisa, ou seja, se tinha guardado algum dinheiro trabalhando como bóia-fria. Ele está na atividade há vinte e quatro anos e nos respondeu o seguinte: ***"até hoje não, só consegui comprar uma data quando trabalhei pra fora, é que eu fui pro Estado de São Paulo. Aí comprei uma data, mas comprei a prestação (...) só que ainda tô devendo (...) vou pagar na safra entressafra"***. Diante disso, podemos constatar que mesmo os bóias-frias mais antigos, devido à sua péssima remuneração, não conseguiram acumular algum dinheiro ou mesmo comprar alguns bens.

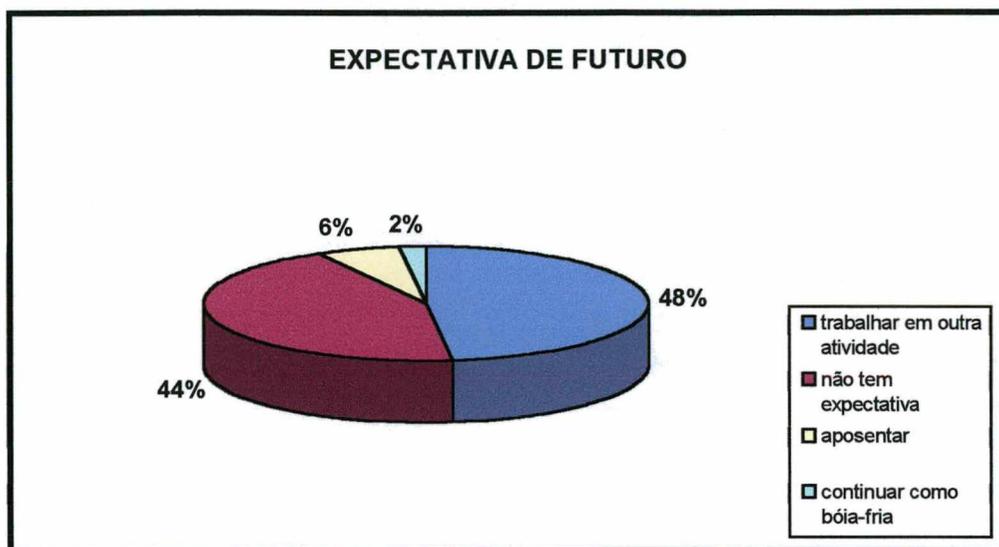
Um depoimento, em especial, despertou nossa atenção. Era de uma trabalhadora que começou a labutar como bóia-fria aos seis anos de idade. Com vinte e um anos, já tinha quinze anos de "boião". Ela tinha uma filha e durante a conversa que tivemos ficou nítida a miserabilidade com que ela vivia, principalmente na entressafra da cana. Seu relato foi emocionante. Em determinado momento ela nos contou que nas épocas de entressafra chegou a se alimentar com plantas colhidas no meio do mato: ***"você ia no meio do mato, não sei se você conhece aquela florzinha branca que dá umas foiona grande, fazia aquilo pra gente comer (...) artega, eu não sei como que é o nome, dá assim no meio do mato. Você pega, escolhe ela e tira aquela flor e pega à folha só. A folha você lava e cozinha ela com"***

óleo, se não tiver óleo você cozinha com água pura que nem eu fazia, não tinha nada e dava pro meu menino comer”.

Como o trabalho de bóia-fria não tem gerado a possibilidade melhoria sócio-econômica, investigamos as expectativas de futuro dos informantes. Embora, conforme tabela 7, a grande maioria dos entrevistados trabalha como bóia-fria há mais de cinco anos (72%), apenas 2% deles têm aspirações continuar trabalhando nesta atividade (gráfico 4). Isto confirma que os bóias-frias, na maioria dos casos, só continuam no “boião” porque não há outra ocupação onde possam vender sua força de trabalho.

No gráfico 4 podemos observar que 6% dos trabalhadores mencionaram que pretendem se aposentar. Aí, encontra-se outro problema para os bóias-frias, relacionado à aposentadoria. O direito de aposentadoria para o trabalhador está previsto na Constituição brasileira de 1988, no artigo 7º, XXIV. Mas, como a grande maioria dos bóias-frias não têm como comprovar o tempo de serviço e, tampouco, o tempo de contribuição para a Previdência Social, torna-se uma tarefa quase impossível conseguir sua aposentadoria. Isso acontece porque grande parte destes trabalhadores, quando ainda moradores do campo eram parceiros, arrendatários ou mesmo trabalhadores rurais fixos, não tendo registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

GRÁFICO 4



Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (1998)

Outro dado que provocou nossa atenção foi que 48% (gráfico 4) dos informantes demonstraram o interesse em trabalhar numa outra atividade. O interessante é que quando eles mencionaram outra atividade, a maioria demorou um pouco para responder quando perguntamos qual atividade. As respostas foram as mais diversas possíveis. A mais lembrada foi a de motorista, por 4 informantes, do total de 24, o que representava apenas 16,66%. Outras atividades lembradas foram: soldador (2), empregada doméstica (2), operário (2), operador de máquinas (1), caminhoneiro (1), “tocar um bar” (1), tratorista (1), “trabalhar” com informática (1), policial militar (1), professor (1), autônomo (1), cabeleireira (1), servente de pedreiro (1), “tocar gado” (1) e advogado (1). Como sonhar não é proibido, a bóia-fria que tem como expectativa futura em trabalhar como advogada cursa o

primeiro segmento do ensino fundamental (o antigo primário) numa das turmas do Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (PEART). Ela nos disse que seu sonho é ***“estudar e ser uma advogada”***. Mas, sem dúvida, o que nos chamou a atenção é que apenas 2 dos informantes demonstraram o interesse de voltar para o campo.

Tal fato nos causou surpresa, pois 86% dos informantes já moraram na zona rural, enquanto apenas 14% só moraram na zona urbana e, destes, nenhum deles possuía mais de trinta anos, quando da realização da pesquisa. Assim, apenas os “novos” não vieram da roça, mas tantos os “novos” como os “velhos” não pretendem voltar para o campo.

Acreditamos que isto esteja ligado a uma problemática mais ampla, ou melhor, ao fato desses trabalhadores terem vivenciado um processo histórico-social de proletarização do homem do campo. No caso brasileiro, este processo se concretizou através da liberação (“expulsão”) desses trabalhadores zona rural.

Com o passar do tempo, os bóias-frias deixam de ter como um dos seus objetivos a volta ao campo. Dessa forma, eles assimilam, por um lado, a condição de morador urbano e, por outro, a de trabalhador rural, isto é, assalariado rural temporário. Quando isso acontece, ele começa a se planejar como um trabalhador urbano e, como tal, uma de suas prioridades é a questão da moradia, ou melhor, o desejo de possuir uma casa na cidade.

5.1 – A MORADIA DOS BÓIAS-FRIAS

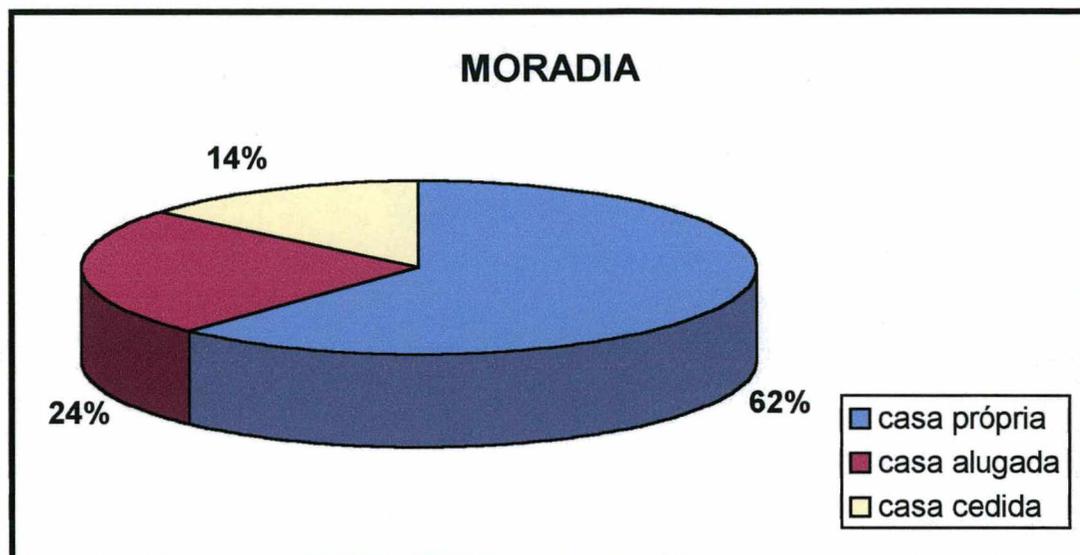
A questão da moradia é de fundamental importância, sobretudo no caso de Florestópolis, onde o êxodo rural ocorrido no Município gerou um crescimento urbano acelerado a partir da década 70. O grande contingente de trabalhadores liberados (“expulsos”) do campo quando se dirige para a cidade, tem de morar em algum lugar. RODRIGUES (1994, p. 11) nos coloca que

“de alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço”.

Em Florestópolis tivemos a oportunidade de comprovar que a moradia é uma das principais preocupações dos entrevistados. Cerca de 76% deles eram considerados adultos, isto é, com idade de vinte a cinquenta e nove anos. Muitos são os chamados “pais de família”. Identificamos a moradia como uma das prioridades destes trabalhadores.

Tal afirmação se faz respaldada no gráfico 5. Ele mostra que 62% dos pesquisados possuem casa própria, 24% casa alugada e 14% moram em casas cedidas, normalmente, por algum membro da família, como pai (mãe), sogro(a) e irmão(a).

GRÁFICO 5



Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (1998)

Como, na maioria das vezes, os bóias-frias encontram ofertas de serviços apenas no segundo semestre do ano, durante a safra da cana, algumas perguntas tornam-se inevitáveis. Dentre elas, podemos destacar as seguintes: como este trabalhador consegue adquirir uma casa, ou como é possível este trabalhador pagar o aluguel, sendo que este é cobrado o ano inteiro, ao contrário da oferta de emprego que é apenas durante um semestre.

Dos informantes, 72% são bóias-frias há mais de cinco anos, ou seja, a grande maioria. Sendo assim, o pouco rendimento mensal é destinado basicamente para aquisição de uma casa própria. Isso comprovamos durante nossas observações de campo, pois percebemos que para responder às questões elencadas no parágrafo anterior eles usam de meios transcendentais, como “é

por Deus”, “*é só com Deus*”, “*é Deus que nos mantém*”. O próprio presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Florestópolis, Derval Luiz Zamparoni, quando questionamos como os bóias-frias sobrevivem na entressafra, nos relatou “*eu acho que é um milagre de Deus. Eu não sei como esse povo sobrevive*”. A fé popular, neste caso, é uma saída utilizada para eles próprios explicarem a situação na qual se encontram.

Outro aspecto importante relaciona-se ao material utilizado na construção da casa onde moram. Dos entrevistados, 76% moravam em casa de alvenaria e 24% em casa de madeira. Observamos que as casas de alvenaria eram, em muitos casos, de madeira e com passar do tempo, com o pouco dinheiro que esses trabalhadores conseguem acumular foram transformando, paulatinamente, a casa de madeira em alvenaria.

Como nem todos os bóias-frias entrevistados possuíam casa própria, suscitou-nos a seguinte indagação: quais os bens (eletrodomésticos e veículos) que estes trabalhadores possuíam. Partimos da hipótese que alguns bens têm uma serventia maior para este trabalhador. Por exemplo, a geladeira, na nossa concepção seria prioridade, isto porque nela pode se conservar a comida, ou seja, a “bóia”.

TABELA 9- Eletrodomésticos e veículos que os bóias-frias possuem

Eletrodomésticos e veículos	POSSUEM		NÃO POSSUEM		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fogão a gás	49	98	1	2	50	100
Televisão	41	82	9	18	50	100
Rádio	41	82	9	18	50	100
Geladeira	39	78	11	22	50	100
Bicicleta	27	54	23	46	50	100
Máquina de costura	11	22	39	78	50	100
Veículo	1	2	49	98	50	100
Moto	0	0	50	100	50	100

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (1998)

Dentre os pesquisados, 98% possuem fogão a gás. Como este é um utensílio de extrema necessidade para o bóia-fria, ou para qualquer outro trabalhador, há uma lógica correta nisto, pois com o fogão é que se prepara a “bóia”. Em seguida ao fogão a gás, o utensílio que eles mais possuem é a televisão, com 82%.

Outro aspecto contemplado relaciona-se aos meios de transporte que os bóias-frias possuem. Com 54% a bicicleta aparece em primeiro lugar, isso acontece devido a dois aspectos básicos: a) seu preço, muito inferior aos veículos automotivos, b) sua manutenção tem custo muito baixo. Apenas um dos entrevistados tem carro, como ele mesmo mencionou um **“fusquinha 66”**.

Pela observação da tabela 9, pode-se verificar que em plena era da chamada globalização, onde computadores, fax e telefones fazem parte do cotidiano de muitas pessoas, muitos bóias-frias não possuem, ainda, fogão a gás, geladeira e televisão. Isto evidencia um processo de exclusão social destes trabalhadores. Na realidade, isso confirma a afirmação de IANNI (1996, p.125) quando acentua que *“a globalização não apaga nem as desigualdades nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial”*.

Além disso, o caso da televisão merece um destaque especial nessa discussão. Ela é, na maioria dos casos, além de um meio de comunicação uma possibilidade de diversão “barata” possível de ser desfrutada por toda a família. Existem poucas opções de lazer para os jovens em Florestópolis, pois no Município não existe cinema, parque de diversão, etc. Assim, a televisão acaba suprimindo, em parte, essa necessidade.

5.2 - ESCOLARIZAÇÃO

De maneira geral, como já mencionamos, os bóias-frias encontram alguns obstáculos para conseguir outro tipo de trabalho, principalmente um urbano, isto, entre outras coisas, relaciona-se ao que D'INCAO (1979, p. 104-105) denomina de “qualificação pessoal”. Segundo a autora, a *“qualificação pessoal (...) em se tratando do acesso do migrante rural ao trabalho urbano, pode ser entendida como um conjunto de habilidades gerais, que definem uma postura*

adequada para meio urbano". Vai desde a disciplina para o trabalho urbano até mesmo a familiaridade de aproveitar as diferentes oportunidades que eventualmente possam ali existir. Quando encontram algum tipo de emprego na cidade, é comum mencionarem que foi mediado por algum amigo ou parente. Já no campo, mencionam já ter "conhecimento" com os "patrões". Outro aspecto referente à "qualificação pessoal", mencionado pela autora, relaciona-se à escolaridade⁴² (tabela 10). Ela denomina de "instrução escolarizada", na verdade falta da mesma, no caso dos bóias-frias.

TABELA 10 - Grau de escolaridade

Grau de escolaridade	Número de bóias-frias	%
Não alfabetizados	12	24
Ens. Fund. (1ª a 4ª série) incompleto	14	28
Ens. Fund. (1ª a 4ª série) completo	4	8
Ens. Fund. (5ª a 8ª série) incompleto	13	26
Ens. Fund. (5ª a 8ª série) completo	1	2
Ensino médio incompleto	3	6
Ensino médio completo	3	6
TOTAL	50	100

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (1998)

⁴² Para uma melhor compreensão das questões referentes à escolarização dos bóias-frias dividimos o Ensino Fundamental em primeiro segmento (1ª a 4ª série) e segundo segmento (5ª a 8ª série).

Dos informantes, 14% já haviam concluído o ensino fundamental, isto é, até a 8ª série e também constatamos que 6% concluíram o ensino médio. Torna-se importante colocar a faixa etária destes trabalhadores. Todos eles estavam entre quinze e trinta anos. Eles são de uma geração em que a possibilidade de estudar esteve presente. Nos que já concluíram o ensino médio encontramos dois que fizeram um curso técnico, em ambos os casos contabilidade, eles são, portanto, técnicos em contabilidade trabalhando como bóias-frias.

Com relação aos não alfabetizados, encontramos um número muito expressivo, em torno de 24%. Dos informantes, 28% possuem o primeiro segmento do Ensino Fundamental incompleto e com ele completo 8%. Como Florestópolis é um Município com grande número de trabalhadores bóias-frias, a APEART, entidade que gerencia vários projetos relacionados à educação, dentre eles o PEART, que trabalha com escolarização de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, mantém em Florestópolis 3 turmas em funcionamento.

5.2.1 – O Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário

Na escolarização dos bóias-frias o Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (PEART) merece um destaque especial. Sendo um projeto que visa atender às especificidades destes trabalhadores, o Projeto tem características diferentes da escolarização tradicional. O PEART surgiu como um dos canais por onde os agentes das pastorais, principalmente da CPT, pudessem

conhecer a realidade dos bóias-frias (em 1992), além de procurar organizar uma ação articulada visando não só à escolarização, mas também um processo de politização. O PEART, em 1997, ganhou destaque em nível nacional, no que diz respeito à educação de jovens e adultos. O Projeto foi uma das experiências premiadas pelo Ministério da Educação e do Desporto com o “Prêmio Educação para a Qualidade do Trabalho”. Em 1998, o mesmo Ministério, publicou um livro com todas as experiências premiadas. Nesse livro foi ressaltado o objetivo geral do PEART

“desencadear uma ação educativa voltada para a formação crítica do indivíduo, de forma a atingir um nível mínimo de informação, conhecimento e compreensão da realidade, proporcionando-lhe instrumentos para o exercício da cidadania, tornando-os sujeitos de sua própria história. Reconhecer as manifestações culturais dos trabalhadores como um dos elementos de construção, numa perspectiva de transformação da sociedade”
(BRASIL, 1998, p, 9-26).

Os educadores que ministram as aulas do PEART moram no próprio Município. Eles possuem algum trabalho na comunidade onde residem. Dessa forma, o educador conhece a realidade circundante, possibilitando uma maior integração com bóias-frias. Assim, o conteúdo ministrado busca resgatar aspectos do cotidiano dos alunos, pois os adultos denominados de analfabetos, mesmo não dominando os chamados códigos da leitura e da escrita, estão inseridos num contexto social. Isto é, ele contribui com a alienação da sua força de trabalho para o “desenvolvimento” da sociedade, porém, nem sempre ele tem esta percepção.

Nos locais onde existem turmas do PEART em funcionamento, como em Florestópolis, verifica-se que o Projeto, além de oferecer uma escolarização com qualidade, tem se firmado com uma espécie “fonte aglutinadora” para diversos tipos de reivindicações dos bóias-frias. Nos momentos de aula são problematizados, pela “turma”, assuntos relacionados a dinâmica do bóia-fria, tais como: o preço pago pelo seu trabalho, causas da expulsão do campo, e até mesmo, assuntos relacionados à reforma agrária. Portanto, a politização ocorre, juntamente, com a escolarização.

Além disso, existe um outro momento em que as discussões realizadas em sala de aula são extrapoladas e chegam até a comunidade. Isso acontece através do Grupo de Base de Alfabetização (GBA) que se constitui num espaço onde as lideranças comunitárias possam participar do processo de alfabetização e de politização gerado a partir do PEART. O GBA se consolidou, com passar o tempo, como uma das bases para a viabilização e sucesso do PEART, pois é através dele que comunidade participa efetivamente do Projeto.

Encerramos este capítulo com abordagem sobre a educação. Pensamos que o mesmo possibilitou visualizar aspectos do mundo real, concreto dos bóias-frias. A extrema miserabilidade destes trabalhadores é uma face do sistema sócio-ecômico que impõe a eles a condição de vendedores de uma força-de-trabalho super-explorada e pouco remunerada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os objetivos propostos para este trabalho, buscamos discutir, ao longo do seu desenvolvimento, a inserção do assalariado rural temporário, o bóia-fria, no processo de (de)formação do espaço agrário do Município de Florestópolis. Como trata-se de um estudo de caso, o trabalho contou com pesquisas de campo, onde tivemos a oportunidade de diagnosticar algumas particularidades destes trabalhadores.

Quando do início da pesquisa, acreditávamos que os bóias-frias, por serem trabalhadores desprovidos dos meios produção e sabendo que a maioria destes tinha migrado do campo para cidade, eram potencialmente uma "categoria"⁴³ onde a luta pela reforma agrária era uma das prioridades. Ora, isto nos parecia lógico, por se tratar de trabalhadores que não possuem os meios de produção. Porém, percebemos que essa não era a realidade. Isso nos mostrou que para diagnosticarmos os aspectos do cotidiano e da identidade de uma fração da classe trabalhadora era imprescindível não tentarmos enquadrar a mesma dentro daquilo que esperávamos encontrar. A cada entrevista, isso tornava-se mais perceptível.

⁴³ D'INCAO (1984, p. 14) acentua que na forma de assalariados temporários são identificados, enquanto categoria, na condição de subempregados.

Nesse sentido, o referencial teórico deste trabalho nos mostrou, através da apreensão teórica mais geral, o suporte para interpretação de situações particulares, nuances que só com desenrolar da pesquisa empírica percebemos o quanto eram importantes. Por isso, quando nos deparamos com questões, que nas obras lidas sobre os bóias-frias tinham cunho geral, tivemos a oportunidade de particularizar para a realidade em apreço. Um caso típico que podemos exemplificar é sobre reforma agrária. Afinal, essa questão nos deixou muito inquietos e a pergunta se os bóias-frias lutam por terra ou direito trabalhistas se tornou inevitável. D'INCAO (1984, p. 38) nos coloca que

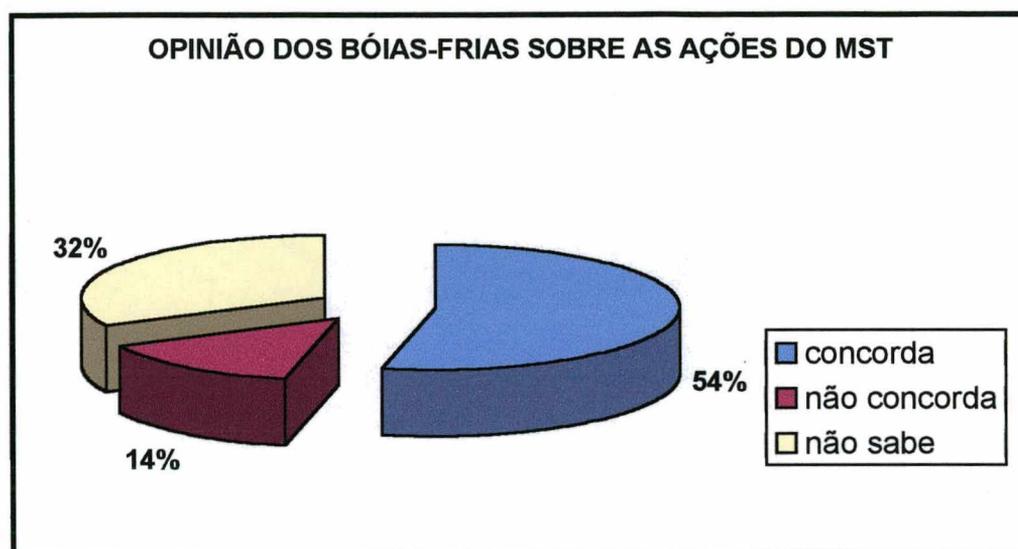
“à primeira vista, esta parece uma pergunta sensata, já que atenta para a demanda dos trabalhadores, ocorre, entretanto, que o bóia-fria não está demandando nem terra, nem direitos trabalhistas. Ele está lutando pelo direito à sobrevivência. A forma específica através da qual essa demanda se expressa é que tem sido direcionada, ora para a luta pela terra, ora para a luta por melhores condições de trabalho. No primeiro caso, ela poderá ser incorporada à luta pela reforma agrária. No segundo, tem sido equacionada sob a forma de reivindicação por direitos trabalhistas”.

No caso de Florestópolis, concordamos com a autora citada acima, quando enfatiza que o bóia-fria luta por direito à sobrevivência. Porém, quando ela menciona que ora ele luta pela terra, ora por direitos trabalhistas, o estudo de caso nos mostrou uma realidade diferente. Nenhum dos entrevistados, espontaneamente, mencionou alguma questão relacionada à reforma agrária. Quando questionados sobre a terra, apenas dois trabalhadores demonstravam interesse em voltar para a roça. Quando a pergunta era diretamente sobre a

opinião dele acerca da reforma agrária, as respostas eram, em sua maioria, evasivas. Um bóia-fria, quando indagado sobre o que achava da reforma agrária nos disse o seguinte: “... **agora me apertou, tô por fora**”. Um outro informante na mesma pergunta respondeu: “... **pra uns é bom à reforma agrária**”. Ele não se incorporou como um dos beneficiados da mesma. Também encontramos casos também onde percebemos a presença já enraizada do individualismo. Exemplo disso foi quando um dos informantes nos colocou que “**se me dê um pedaço de terra eu concordo com reforma agrária**”.

Ademais, para realização de uma verdadeira reforma agrária, onde haja uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola, tem-se visto a necessidade de um “ator” social que coloque efetivamente a reforma agrária na pauta das negociações políticas. Nos últimos anos, o MST vem se constituindo como esta figura. Encontra-se aí um gravíssimo entrave para que os bóias-frias, no caso de Florestópolis, lutem pela reforma agrária. Dos entrevistados, 56% disseram que conhecem ou ouviram falar alguma coisa sobre o MST.

GRÁFICO 6



Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (1998)

Dos 56% que mencionaram conhecer o MST, 54% concordam com a forma de atuação do Movimento, usando as palavras de um dos entrevistados *“o negócio é luta e ganha essa bixiga”*. Por outro lado, 14% não concordam e 32% não souberam responder. No entanto, ao perguntarmos quantos haviam participado de alguma atividade do MST, como reuniões ou mesmo ocupações, a reação foi inversa a resposta anterior, sendo que 79% (dos 56% que mencionam conhecer o MST) disseram que não participaram e, vários, fizeram questão de ressaltar que não participariam de nenhuma atividade do MST. Um dos entrevistados, quando perguntamos a opinião dele sobre o MST disse o

seguinte: ***“é errado invadir o que é dos outros. Você luta e vem outro dá porretada e toma o que é seu”***.

Diante das respostas apresentadas, a luta pela reforma agrária, praticamente, não existe entre os bóias-frias entrevistados. Assim, a luta por direitos trabalhistas deveria ser uma prioridade, mas não é. Constatamos algumas tentativas do Grupo de Articulação dos Assalariados Rurais Temporários (GAART), formado por algumas lideranças dos bóias-frias e ex-bóias-frias não mais aceitos para o corte da cana por terem sido líderes de alguma reivindicação desses trabalhadores. A falta de mobilização desses trabalhadores os deixa fragilizados frente à empresa capitalista. Dessa forma, o bóia-fria não tem perspectivas de melhorias sócio-econômicas enquanto permanecer nesta atividade.

Outro problema encontrado para uma melhora sócio-econômica significativa dos bóias-frias foi, sem dúvida alguma, o reordenamento na forma do uso do solo e, posteriormente, de exploração da área agrícola em estudo, gerando uma territorialização monopolista. Isso é explicitado através do crescimento da área ocupada pelas culturas temporárias, e, dentre elas, destacando-se a cana-de-açúcar. Tal processo não acontece isoladamente, trata-se de múltiplas determinações articuladas, onde a construção de agroindústrias, neste caso, pautadas na monocultura da cana, tem no seu eixo central dois aspectos: o rearranjo das relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas. No primeiro caso, as empresas se modernizam, visando aumentar sua produtividade e alterar a forma de arregimentação dos trabalhadores. Com isso, o

intermediário perde força e o bóia-fria se vê enfraquecido para negociar com a empresa capitalista. No segundo, as forças produtivas se desenvolvem através do processo concentracionista da estrutura fundiária, bem como de uma forma mais eficaz de obtenção da mais-valia dos trabalhadores.

Constatamos em Florestópolis certas faces inerentes da dinâmica do sistema capitalista. Esse sistema (re)cria relações para o seu desenvolvimento. Isso tornou-se claro quando verificamos que a agroindústria, com suas particularidades e necessidades, alterava o uso e exploração do solo, além de subordinar aos seus interesses específicos, a produção e as relações trabalho. Por isso, os pequenos proprietários, arrendatários e parceiros foram expulsos do campo sendo forçados a migrar para a periferia da cidade, voltando a trabalhar no campo como bóias-frias e, em Florestópolis, sendo obrigados a especializar-se numa cultura, isto é, o corte da cana-de-açúcar. Como bem coloca THOMAZ JÚNIOR (1988, p. 288) *“ao mesmo tempo que o capital se territorializa desterritorializando camponeses e trabalhadores que estavam disseminados pelo campo, abre a possibilidade histórica de concentração destes proletariados ...”*. O capital se concentra, concentrando também os trabalhadores as suas necessidades.

Aqui cabe a citação de MARTINS (1991, p. 50), na qual encontramos sintetizado, de maneira primorosa, o processo de exploração do trabalho.

“O capital só pode crescer, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar

riqueza. Por isso, uma lei básica do capital é a de subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem subjugação do trabalho. Assim, na medida em que o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, mediante o salário, os frutos do seu trabalho aparecerão necessariamente como frutos do capital que o comprou, como propriedades do capitalista. Para que isso ocorra é necessário separar o trabalhador dos seus instrumentos de trabalho; para evitar que o trabalhador trabalhe para si mesmo, isto é, para evitar que deixe de trabalhar para o capitalista”.

A análise acima, referente à separação do trabalhador e às coisas que necessita para trabalhar (terra, ferramentas, máquinas), é condição básica para a expansão do capitalismo e, simultaneamente, a permanente proletarização do trabalhador. Tal processo é típico dos bóias-frias e diagnosticado na nossa pesquisa.

Desse modo, podemos dizer que existe a tendência de uma diminuição drástica na oferta de empregos para os bóias-frias. A onda “modernizante”, planejada através de políticas, estatutos e créditos agrícolas tende a continuar diminuindo cada vez mais os postos de empregos desses trabalhadores.

A inserção do bóia-fria no processo de (de)formação do espaço agrário de Florestópolis mostra que este trabalhador é “produto social típico” (BRITO et al., 1984, p. 6) das transformações no meio rural brasileiro das últimas décadas, solidificado através das relações capitalistas de produção, baseadas na separação destes trabalhadores dos meios de produção.

O bóia-fria é um trabalhador que sofre diretamente os reflexos da desigualdade econômica existente no Brasil. Embora a sociedade, num todo, não seja estática, apresentando alterações estruturais e conjunturais, num processo dialético, não observamos perspectivas de mudanças, na direção de melhorias nas condições de vida deste trabalhador. Ele se constitui como parte desprivilegiada do sistema que o explora e expropria. Como teve suas raízes arrancadas ao ser expulso do campo, ele tem dificuldades de adaptação e construção de uma identidade social na cidade. Assim, suas possibilidades de organização e representação na procura de melhores condições de trabalho tornam-se dificultadas.

Todo este processo teve impactos diretos no cotidiano dos bóias-frias. Morando na zona urbana, alteraram-se seus hábitos alimentares e de consumo, sendo obrigado a se adaptar aos requisitos impostos pela comercialização.

Como o período abordado pela pesquisa corresponde à segunda metade desse século, onde se processou, de maneira mais acentuada, o desenvolvimento do capitalismo no meio rural, sobretudo, através da incorporação das inovações tecnológicas para atividades no campo. Temos uma mudança espacial da população, que a partir da década de 70 (em Florestópolis) começa concentrar-se na cidade, temos também um rearranjo na produção da paisagem agrária, especialmente com consolidação da cultura da cana-de-açúcar.

De fato, como tentamos demonstrar no decorrer do trabalho, a (de)formação do espaço agrário de Florestópolis ocorreu através de múltiplas formas, que se somaram, tendo no assalariado rural temporário, o bóia-fria, a figura mais visível da materialização capitalista, ou seja, o assalariamento rural de um trabalhador residente na área urbana. A urbanização de Florestópolis, bem como de muitos outros municípios brasileiros, tem expressado em sua dinâmica uma nova diferenciação social do trabalho entre o campo e a cidade, onde manifestações por melhores condições de trabalho no campo são realizadas na cidade e grande parte da mão-de-obra empregada no campo mora na cidade.

Essa população empregada no campo como bóia-fria que reside na cidade é, muitas vezes, considerada preconceituosamente como trabalhadores sem profissão. Todavia, a organização diferenciada dos bóias-frias da cana, caso de Florestópolis, tem ajudado a quebrar esse preconceito. O padre Dirceu Luiz Fumagalli, assessor da CPT no Paraná, coloca que **“é errado dizer que o bóia-fria é uma pessoa sem profissão, ele é um trabalhador rural profissional. Ele sabe cortar cana, colher café, plantar (...) ele é um profissional, mas não para o urbano, para o campo”**. A obtenção do registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social foi, sem dúvida alguma, passo decisivo para isso, sendo que posteriormente direitos como 13º de salário e seguro desemprego têm sido garantidos pelo registro em Carteira.

Por fim, salientamos que este trabalho, com suas imperfeições e limites, não procurou finalizar questões. As discussões aqui realizadas não são definitivas e estão em processo. Nossa intenção foi a de contribuir com reflexões

sobre a organização do espaço agrário, enfocando a situação dos bóias-frias. Esperamos que este estudo desperte o interesse em outros pesquisadores pré-dispostos a fazer investigações sobre os assalariados rurais temporários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFONSI, Rogério Remo et al. Condições climáticas para cana-de-açúcar. In: PARANHOS, Sérgio Bicudo (coord.) **Cana-de-açúcar: cultivo e utilização**. Campinas: Fundação CARGILL, 1987. p. 43-55.
- ALEGRE, Marcos; MORO, Dalton Áureo. A mobilidade nas antigas áreas cafeeiras do norte do Paraná. **Boletim Geografia**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 28-73, jan. 1989.
- ALMEIDA, Moacir J. C. P. O desenvolvimento da atividade agrícola e o meio ambiente no Brasil. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 20, n. 1/3, p. 13-22, abr./dez. 1990.
- BARROS, Marcelo; PEREGRINO, Artur. **A festa dos pequenos: romarias da Terra no Brasil**. São Paulo: Paulus, 1996.
- BASTOS, Maria I.; GONZALES, Élbio N. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: UNESP. Departamento de Economia Rural. **Mão-de-obra volante na agricultura**. São Paulo: Polis, 1982. p. 35-55.
- BRAGUETO, Cláudio Roberto. **A inserção da microrregião geográfica de Londrina na divisão territorial do trabalho**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1998**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Prêmio educação para a qualidade do trabalho: experiências premiadas 1997**. Brasília: SEF, 1998.
- BRITO, Sebastiana R. de et al. O trabalhador volante na agricultura. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 15, n. 1, p. 5-78, 1984.
- BROIETTI, Marcos Henrique. **Bóias-frias: relações de trabalho e formas de exploração na periferia de Cambé**. Londrina, 1996. Trabalho acadêmico (graduação em geografia) - Universidade Estadual de Londrina.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense – 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CASTRO, Ana Célia et al. **Evolução recente e situação da agricultura brasileira: síntese das transformações**. Brasília: BINAGRI, 1979.

- CERNEV, Jorge. **Liberalismo e colonização: o caso do norte do Paraná**. Londrina: Ed. UEL, 1997.
- COLOSSO, Leonardo. **"Bóia-fria da Silva"**. Assis, 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, UNESP.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Terra e trabalho, direito de todos: conquistá-lo é um dever. In: ROMARIA DA TERRA-PR, 8, 1992, Florestópolis. **Romaria...** Florestópolis: Arquidiocese de Londrina, 1992.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **12º plano de pastoral dos organismos nacionais: 1193/1994**. São Paulo: Edições Paulinas, 1993. Cap. 4: Programa das Pastorais específicas, p. 165-261.
- CORBINI, José Luiz. Operações agrícolas em tratos culturais. In: PARANHOS, Sérgio Bicudo (coord.) **Cana-de-açúcar: cultivo e utilização**. Campinas: Fundação CARGILL, 1987. p. 333-372.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- CORRÊA, Walquíria Kruger. **Transformações sócio-espaciais no município de Tijucas (SC): o papel do Grupo Usati-Portobello**. Rio Claro: 1996. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP.
- CUNHA, Fábio César Alves da. **Crescimento urbano e poluição hídrica na zona norte de Londrina – PR**. Presidente Prudente, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP.
- D'ASSUMPÇÃO, Clovis Edilberto. **Vocabulário agrário**. Curitiba: Open English House, 1996.
- DIAS, Edson dos Santos. **Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte**. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- D'INCAO, Maria Conceição. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **A questão do bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GANCHO, Cândida Vilares et al. **A posse da terra**. São Paulo: Ática, 1991.
- GOLDESNTEN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, n.1, p. 21-47, 1994.

- GOMES DA SILVA, José; RODRIGUES, Vera Lúcia G. Silva. A problemática do "bóia-fria": uma revisão bibliográfica. In: UNESP. Departamento de Economia Rural. **A mão-de-obra volante na agricultura**. São Paulo: Polis, 1982. p. 56-77.
- GNACCARINI, José César. O trabalho infantil agrícola na era da alta tecnologia. In: MARTINS, José de Souza (coord.) **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 81-116.
- GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O "bóia-fria": entre aspas e com os pingos nos is. In: UNESP. Departamento de Economia Rural. **A mão-de-obra volante na agricultura**. São Paulo: Polis, p. 137-176, 1982b.
- _____. **De bóias-frias a empregados rurais**. Maceió: EDUFAL, 1997.
- _____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982a.
- _____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **A sociedade global**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IBGE. **Censo Agrícola de 1960: Paraná - Santa Catarina**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. v. 2, t.12, 1ª parte.
- _____. **Censo Agrícola de 1960: Paraná - Santa Catarina**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. v. 2, t.12, 2ª parte.
- _____. **Censo Agropecuário - Paraná : 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v. 3, t. 19.
- _____. **Censo Agropecuário - Paraná : 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. v. 1, t. 18 - 1ª parte.

- _____. **Censo Agropecuário – Paraná : 1975.** Rio de Janeiro: IBGE, 1979. v. 1, t. 18 - 2ª parte.
- _____. **Censo Agropecuário – Paraná : 1980.** Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v. 2, t. 3.
- _____. **Censo Agropecuário – Paraná : 1985.** Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. **Censo Agropecuário - Paraná : 1995-1996.** Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- _____. **Censo Demográfico – Paraná : 1970.** Rio de Janeiro: IBGE, 1982.
- _____. **Censo Demográfico – Paraná : 1980.** Rio de Janeiro: IBGE, 1973.
- _____. **Censo Demográfico – Paraná : 1991.** Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. **Contagem da população – 1996.** Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- _____. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 1960.** Rio de Janeiro: IBGE, 1962.
- INSTITUTO AGRÔMICO DO PARANÁ. **Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Paraná.** Londrina, 1984. T. 1.
- _____. **Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Paraná.** Londrina, 1984. T. 2.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- KOFFLER, Natálio Felipe; DONZELI, Pedro Luiz. Avaliação dos solos brasileiro para a cultura da cana-de-açúcar. In: PARANHOS, Sérgio Bicudo (coord.) **Cana-de-açúcar: cultivo e utilização.** Campinas: Fundação CARGILL, 1987. p. 19-41
- LOPES, Ana Yara Dania Paulino. **Pioneiros do capital: a colonização do norte novo do Paraná.** São Paulo: 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, USP.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. **O cativo da terra.** 2. ed. São Paulo: LECH, 1981.
- _____. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

- _____. **Não há terras para plantar neste verão:** o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo.** São Paulo: HUCITEC, 1984.
- MORO, Dalton Áureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no norte do Paraná.** Rio Claro, 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP.
- MÜLLER, Nice L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 22, p. 55-97, mar. 1956.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. “Aos trabalhadores nem o bagaço” ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, p. 153-226, 1984.
- _____. **A geografia das lutas no campo.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. **Modo de produção capitalista e agricultura.** São Paulo: Ática,
- OLIVEIRA, Miguel Arturo C. **De “trabalhador volante” a “morador de periferias”:** o cortador de cana de Porecatú, PR (1945-1985). São Paulo: PUC, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PIZZOLATTI, Roland Luiz. **Os pequenos produtores do oeste catarinense:** integrados ou entregados? São Paulo: USP, 1996. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, USP.
- REFORMA AGRÁRIA. Os volantes. Campinas: ABRA, v. 15, n. 4, jan./mar., 1986. 96 p. Edição Especial.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** 5. Ed. São Paulo: Contexto, 1994.

- SCHWARTZ, Widson. A cidade surgiu dos 50 alqueires de João Dias. **Folha de Londrina**. Londrina, 14 mar. 1984. p. 22.
- SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Modernização e superexploração na agroindústria sucroalcooleira. In: SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; VALARELLI, Leandro (Orgs.). **Modernização e impactos sociais: o caso da agroindústria sucro-alcooleira na região de Ribeirão Preto (SP)**. Rio de Janeiro: Fase, 1995. p. 49-86.
- _____. A região de Ribeirão Preto e a agroindústria sucroalcooleira. In: SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; VALARELLI, Leandro (Orgs.). **Modernização e impactos sociais: o caso da agroindústria sucro-alcooleira na região de Ribeirão Preto (SP)**. Rio de Janeiro: Fase, 1995. p. 21-47.
- SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Errantes do fim do século**. Araraquara, 1996. Tese (Livre-Docência em Sociologia) – UNESP.
- SILVEIRA, Fátima Rotundo da. **Poeira e sumo nos olhos dos que produzem**. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, USP.
- STEIN, Leila. Gatos e “bóias-frias”. **Cadernos**, Niterói, p. 22-27, 1976.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **A territorialização do monopólio: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal**. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, USP.
- TOMAZI, Nelson Dacio. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Assis: UNESP, 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, UNESP.
- _____. **Norte do Paraná: história e fantasmagorias**. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, UFPR.
- TORTATO, Mari. CPI dos bóias-frias condena autoridades. **Folha de Londrina** Londrina, 19 mar. 1993.
- TRANSPORTE irregular predomina. **Folha de Londrina**. Londrina, 23 jul. 1993.
- UNESP. Departamento de Economia Rural. **Mão-de-obra volante na agricultura**. São Paulo: Polis, 1982.
- VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANEXOS

ANEXO 1

PARANÁ

Terça-feira, 28 de julho de 1992

Romaria da Terra leva milhares a Florestópolis

Romeiros elaboram documentos exigindo aprovação da Lei de Reforma Agrária e cobrando fiscalização das leis no campo

Da Editoria

Milhares de pessoas participaram, domingo, da 8ª Romaria da Terra do Paraná, em Florestópolis, a cerca de 80 quilômetros de Londrina. Caravanas de mais de 120 municípios do Estado participaram da romaria, promovida pela Pastoral da Terra da Arquidiocese de Londrina, e discutiram, sob o tema "Terra e trabalho, um direito: conquistá-lo é um dever", os principais problemas que afetam os trabalhadores rurais, principalmente os bóias-frias.

Os romeiros — 10 mil para os organizadores e 7 mil para a PM — elaboraram dois abaixo-assinados. Um exige o cumprimento das leis trabalhistas no campo, a ser entregue ao Ministério Público da Justiça do Trabalho. E o outro, cobra do Senado a agilização na aprovação da Lei de Reforma Agrária. Os documentos serão entregues por uma comissão formada por bispos e representantes de trabalhadores rurais.

Além dos romeiros, a maioria de bóias-frias, participaram do evento o arcebispo de Londrina, dom Albano Cavallin, o bispo auxiliar de Curitiba e conselheiro da Pastoral da Terra do Paraná, dom Ladislau Bersnieski, o bispo de Umuarama, dom José Maria Malnoli, o pastor Olmar Klisck, da Igreja Presbiteriana Independente de Florestópolis, diretores de sindicatos de trabalhadores rurais e o deputado federal Pedro Tonelli (PT), que é pequeno produtor rural no Sudoeste do Paraná.

Dom Albano destacou temer que a romaria pudesse ficar apenas no discurso: "Tememos as religiões que ficam apenas no discurso. Todos os homens e mulheres que têm compromisso com as transformações devem

se unir e se organizar para defender os oprimidos", disse o arcebispo de Londrina conclamando toda a sociedade para exigir e assegurar os direitos dos trabalhadores no campo.

O pastor Olmar enfatizou a importância da união das igrejas na defesa dos direitos dos trabalhadores. "É muito importante que as igrejas, em uma ação ecumênica, se solidarizem com os bóias-frias e trabalhem com eles para exigir e garantir pelo menos os direitos básicos já assegurados em lei." Já para o deputado Pedro Tonelli, a romaria é muito importante para chamar a atenção da sociedade para os esquecidos bóias-frias. "Hoje eles são mais de 7 milhões de trabalhadores esquecidos, como se não tivessem a menor importância, tanto como força produtiva quanto como seres humanos que são."



Portando faixas e cartazes, milhares de romeiros assistem atentos à encenação que retrata o dia-a-dia do bóia-fria

Encenações lembraram o sofrimento do bóia-fria

Portando faixas e cartazes, as caravanas de romeiros de todo o Estado se concentram em uma área marginal à rodovia, na entrada de Florestópolis. No palco, improvisado na carroceria de dois caminhões, encenações teatrais e cânticos demonstravam e denunciavam o sofrimento vivido pelos trabalhadores do campo e as injustiças praticadas contra eles. Os romeiros ainda rezaram e leram trechos da Bíblia que tratam da relação do homem com a terra. Relembrou os temas e discussão das sete romarias anteriores e seguiu em passeata pelas ruas da cidade.

A primeira parada foi em frente à Igreja Matriz, onde foi

invocada a Nossa Senhora Mãe dos Migrantes. Os discursos destacaram o processo de informação da mão-de-obra volante, os bóias-frias, que compõem cerca de 70 por cento dos moradores de Florestópolis. Foi destacada uma frase proferida em 1978 por dom Geraldo Fernandes, primeiro arcebispo de Londrina e já falecido: "As máquinas das usinas espremem mais sangue e suor dos trabalhadores do que caído de cana".

Da Igreja os romeiros seguiram em passeata até o Conjunto Vale Feliz, formado por casas de 23 metros quadrados ocupadas por bóias-frias. No centro do conjunto a questão abordada foi "A mulher bóia-fria". Crianças fizeram encenações retratando

a dupla e penosa jornada de trabalho desempenhada pela mulher.

Em seguida, os romeiros se espelham por uma vasta área ao lado do conjunto para o almoço, simbolizado pela divisão de alimentos entre os romeiros. À tarde prosseguiram as discussões e apresentação de peças teatrais abordando as questões dos trabalhadores do campo. O destaque ficou por conta do grupo formado por trabalhadores acampados na Fazenda Ingá, no município de Bela Vista do Paraíso.

Os acampados da Ingá encenaram a "História da colonização e o surgimento do bóia-fria no Norte do Paraná".

ANEXO 2

Descaso

CPI dos bóias-frias condena autoridades

Mari Tortato
Sucursal de Curitiba

Eles formam um contingente de 400 mil num levantamento da Secretaria da Agricultura. Esse número é muito maior, bate em um milhão, garante um estudo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Saber ao certo de quanto é a população de bóias-frias no Paraná foi a primeira dificuldade enfrentada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os trabalhadores volantes nas lavouras do Paraná. "O bóia-fria está completamente excluído das prioridades de todas as autoridades", afirma a deputada Emília Belinati (PDT), relatora da CPI.

A deputada apresentou o relatório final ontem pela manhã ao presidente da CPI, Luiz Henrique Bona Turra (PMDB), e a outro integrante da comissão, Domingos de Carvalho (PMDB). A investigação no campo se desenvolve desde agosto. Deputados e assessores percorreram 2.500 quilômetros no Paraná. A reunião de documentos chegou a 1.117 páginas. As conclusões serão levadas à votação em plenário em janeiro.

Depois de ouvir os depoimentos de uma centena de bóias-frias e entrar em contato direto com a

realidade desses trabalhadores, Emília Belinati defende a reforma agrária como meio estrutural de tentar mudar o perfil do campo. A fiscalização do governo para garantir carteira de trabalho assinada, transporte seguro, atendimento às crianças com creches volantes e orientação profissional aos adolescentes são indicações básicas para mudança desse quadro. "Enquanto animais de raça são transportados em avião, o bóia-fria continua vivendo em

condições desumanas", diz a deputada.

O relatório apontou o descaso dos três Poderes para com essa população. "Visitamos três regiões do Estado (Norte, Noroeste e Vale do Ivaí) e em todas a situação se repete", resume a deputada. Exploração do trabalho, fome, analfabetismo, doenças,

transporte sem segurança e crianças sem assistência são uma constância. Ela aponta que em Santa Cruz do Monte Castelo (Noroeste), 80% da população de 10 mil habitantes são bóias-frias. Em São Pedro do Ivaí, 80% dos jovens entre 15 e 25 anos não terminaram o curso primário. O Ministério do Trabalho tem três carros para fiscalizar o trabalho no Paraná inteiro.



Emília: "reforma agrária já"

Arquivo FL

ANEXO 3

Requião promete rigor e punição

Da Editoria

O governador Roberto Requião garantiu ontem em Londrina às entidades representantes dos trabalhadores, e aos comandos das polícias Militar e Rodoviária, que a partir do próximo dia 24 haverá uma rigorosa fiscalização e punição aos veículos e proprietários rurais que transportarem trabalhadores de maneira irregular. A promessa foi feita num encontro que manteve na Catedral com o arcebispo D. Albano Cavallin, lideranças dos trabalhadores, pastorais, transportadores e pequenos proprietários, além de familiares das vítimas do acidente com bóias-frias ocorrido na semana passada.

Requião se rendeu às argumentações de policiais militares, que baseando-se em estudos feitos pela Divisão dos Serviços

de Transporte Comercial — DSTC, em conjunto com a Universidade Federal do Paraná.

Os oficiais da Polícia Militar disseram que a adequação dos caminhões não tem custo alto e é viável a curto prazo. As determinações correspondem à resolução 633 do Contran: bancos fixos, compartimento para ferramentas, e número de passageiros de acordo com a capacidade do veículo.

O governador no início da reunião se dizia preocupado com a reação dos próprios bóias-frias, que ficariam impedidos de trabalhar pela falta de transporte. "O que podemos fazer é fiscalizar, mas essas exigências podem paralisar o fluxo da safra na época da colheita" — afirmou, lembrando que foi obrigado a revogar o decreto 7.303,

diante da liminar expedida por um desembargador do Tribunal de Justiça.

A princípio Requião prometia uma ação gradativa, com fiscalização e um processo de conscientização de trabalhadores, transportadores e proprietários. Depois de ouvir relatos dos policiais, dos representantes das entidades e dos próprios bóias-frias, Requião decidiu determinar que até o próximo dia 24 as polícias Militar e Rodoviária vão desenvolver um trabalho de orientação, acompanhando os caminhões que estiverem em situação irregular até as propriedades, apreendendo-os em seguida. Os transportadores e proprietários têm até o dia 24 para fazer as adequações nos veículos. Depois disso estarão sujeitos às penalidades.

Fonte: Jornal Folha de Londrina

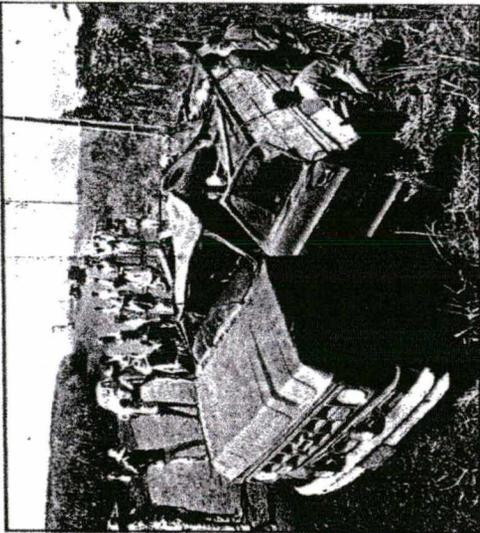
Vale do Ivaí

Acidente com bóias-frias fere 57

O motorista fugiu após o capotamento do caminhão que não estava equipado para este transporte

Mais um acidente com bóias-frias nas estradas do Paraná. O motorista Florivaldo Sachelli, 44 anos, conduzia o caminhão em alta velocidade e acabou perdendo o controle em uma curva. Com o capotamento, 57 bóias-frias ficaram feridas, a maioria jovens entre 14 e 28 anos. O caso mais grave é o de Paulo Cesar Bueno, 19 anos, em coma. O motorista fugiu e está sendo procurado pela polícia.

Conforme boletim da Polícia Rodoviária, o acidente ocorreu ontem às 6h50m, no entroncamento da PR 082 com a BR 466, entre São João do Ivaí e Lunardelli. O caminhão Chevrolet, placas EJ 0739 (Borrazópolis) não tinha toldo, nem bancos fixos e levava excesso de pessoas. Segundo bóias-frias feridos, o motorista dirigia de maneira perigosa e por pouco não sofreram um acidente na Ivaiporã e iriam cair algodão



Segundo denúncia da CPT, o caminhão levava mais de 100 pessoas

região do Vale do Ivaí é comum o transporte de bóias-frias em carretas de tratores e caminhões-caçamba, além dos caminhões comuns sem a menor proteção, como exige a lei. "As irregularidades continuam" - revolta-se Gilmar.

Ele informa que hoje os membros da CPT e dos sindicatos de trabalhadores rurais da região vão visitar os feridos em suas casas em Ivaiporã. "Vamos estudar uma ação pedindo indenização para as famílias" - adiantou.

ANEXO 5

2 - Folha de Londrina

PARANÁ

Quarta-feira, 7 de fevereiro de 1996

Imprudência

Caminhão tomba e fere 36 bóias-frias

Acidente aconteceu na BR-373, entre Prudentópolis e Imbituva. Três trabalhadores estão internados em estado grave

Da redação e
Agência Estado

PRUDENTÓPOLIS - Um acidente com um caminhão que transportava bóias-frias deixou 36 feridos ontem de manhã, na BR-373, entre Prudentópolis e Imbituva (65 quilômetros de Guarapuava) na entrada para a localidade de Boa Vista. Três estão internados em estado grave no hospital São Vicente de Paula, em Guarapuava, e segundo os médicos, correm risco de vida.

Testemunhas disseram que o caminhão ano 79, placas ABZ 6974, de Prudentópolis, conduzido por Orestes Lutacevski Michalivzysyl, 41 anos, trafegava em alta velocidade e não teria conseguido frear com a aproximação de um ônibus. O mo-

torista teria jogado o veículo fora da pista e tombou no acostamento. O veículo, que ficou com o rodado para cima, levava cerca de 45 bóias-frias, com idades entre 12 e 64 anos, para a colheita de feijão no distrito de Boa Vista.

A ocorrência foi registrada pela Polícia Rodoviária de Ponta Grossa como tombamento, mas as causas do acidente ainda não foram apuradas.

Após o acidente, os trabalhadores foram atendidos no hospital Sagrado Coração de Jesus e Santa Casa de Prudentópolis. Os casos mais graves foram transferidos para Guarapuava. Antônio Andreoli, 52 anos e Maria Iaguel, 46 anos, sofreram fratura no crânio. Maria

teve ainda fratura em quase todas as costelas do lado direito e Antônio, fratura na clavícula. Dirceu dos Santos Genu, 14 anos, sofreu múltiplas escoriações.

O médico Mário Gilberto Cruz disse que os três correm risco de vida. "No caso de Maria Iaguel, há risco de hemorragia e pneumo-

torax". Dos dez trabalhadores internados na Santa Casa de Prudentópolis, a maioria apresentava escoriações generalizadas. Três continuam em observação até o final da tarde de ontem, entre eles a bóia-fria Lúcia Aparecida Moreira, grá-

vida de três meses. Ela teve uma fratura na perna.

No hospital Sagrado Coração de Jesus, 26 acidentados foram atendidos. "Ficamos superlotados. Não foram só eles que assustaram. Nós também", reconhece a enfermeira Natália Onesko. Ontem, dois continuavam internados em observação.

A funcionária do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Prudentópolis, Marucha Vitorazzi, disse que o veículo, pertencente à Cerealista Agibert Ltda., não era adequado ao transporte de trabalhadores volantes. Ela informou que em dissídio coletivo ficou acertado com o Sindicato Rural do município que os bóias-frias só seriam transportados em ônibus ou caminhões com toldo e bancos, o que não era o caso do veículo acidentado. O motorista teve ferimentos leves e deve ser indiciado por lesões corporais.

**Testemunhas
disseram que o
motorista trafegava
em alta velocidade**

ANEXO 6

LONDRINA

Folha de Londrina Sábado, 24 de agosto de 1996

3

CAMINHÃO INCENDIADO

Morre vítima de queimadura*Aurea Constantino foi ferida gravemente no acidente com veículo que levava bóias-frias***Lúcio Horta**

Morreu nesta quinta-feira, às 16h45, no Hospital Universitário (HU), Aurea de Oliveira Constantino, 49 anos. Ela foi a vítima que sofreu ferimentos mais graves no acidente ocorrido ocorrido terça-feira, na rodovia Alvaro Godoy, com o caminhão que transportava bóias-frias e pegou fogo. Segundo informações da Administração de Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina (Accsf), o atestado de óbito apresentava falência de múltiplos órgãos e queimaduras de primeiro, segundo e terceiro graus. O corpo de Aurea Constantino foi enterado ontem, por volta do meio-dia, no cemitério do distrito rural de Irerê.

Outras três vítimas do acidente ainda continuam internadas. No HU, Vera Ferreira da Silva, 24 anos, já se alimenta normalmente e seu estado de saúde é bom, segundo informações do Hospital. Ela chegou ao pronto-socorro com queimaduras de segundo grau, em 30% do corpo, e ainda não tem previsão para receber alta.

No Hospital da Zona Sul está internado o motorista e proprietário do caminhão, Geraldo Gomes Guerreiro, 33 anos. Ele sofreu queimaduras nas mãos e no rosto ao tentar socorrer uma das vítimas. No local também está internada Selma Silva Santos, 33 anos, com queimaduras no braço esquerdo. Segundo informações do hospital, o estado de saúde dos dois também é bom mas não há previsão para altas.

Na Santa Casa, o garoto Adriano Militão, 16 anos, recebeu alta ontem. Ele fraturou o tornozelo ao pular do caminhão para fugir do fogo.

O acidente com o caminhão Chevrolet, ano 51, aconteceu entre os distritos de São Luiz e Guaravera (zona sul). O tanque de combustível do veículo se soltou, durante o trajeto, e o atrito com o chão causou o incêndio. O caminhão transportava, no momento do acidente, 37 bóias-frias que trabalhavam na fazenda Santa Ifigênia. Além de Aurea, mais 15 pessoas ficaram feridas quando o Chevrolet 51 se incendiou. O dono do caminhão afirma que toda documentação do veículo estava regularizada para o transporte dos trabalhadores. Ele será intimado a depor na Delegacia de Trânsito de Londrina, que apura as causas do acidente.

Na edição de sexta-feira, a Folha publicou erroneamente o nome de Aurea de Oliveira Constantino. Segundo informações do Hospital Universitário, ela seria Aurea Alves de Oliveira. O nome correto consta na certidão de óbito.